



**Editora
Uniesp**

Vozes Indígenas: os saberes tradicionais e a ciência na formação profissional

**Cícero de Sousa Lacerda
Heloysa Helena de Oliveira Tomé
Lusival Barcellos
Eliane Silva de Farias Barcellos
(Organizadores)**

ISBN 978-65-5825-267-2

**Vozes Indígenas: os saberes tradicionais e a ciência na formação
profissional**

Cícero de Sousa Lacerda
Heloyza Helena de Oliveira Tomé
Lusival Barcellos
Eliane Silva de Farias Barcellos
(Organizadores)

Centro Universitário UNIESP

CABEDELO
2024



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editor-assistente

Karelline Izaltemberg Vasconcelos Rosenstock

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmento – Estética
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura
Arlindo Monteiro de Carvalho Júnior – Medicina
Aristides Medeiros Leite – Medicina
Carlos Fernando de Mello Júnior – Medicina
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda
Érika Lira de Oliveira – Odontologia
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia
Patrícia Tavares de Lima – Enfermagem
Marcel Silva Luz – Direito
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores
Luciano de Santana Medeiros – Administração
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis
Márcio de Lima Coutinho – Psicologia
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária
Giuseppe Cavalcanti de Vasconcelos – Engenharia
Rodrigo Wanderley de Sousa Cruz – Educação Física
Sandra Suely de Lima Costa Martins – Fisioterapia
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2024 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)

V977 Vozes indígenas : os saberes tradicionais e a ciência na formação profissional / Organizado por Cícero de Sousa Lacerda, Heloysa Helena de Oliveria Tomé, Lusival Barcellos, Eliane Silva de Farias Barcellos. – Cabedelo, PB : Editora UNIESP, 2024.

137 p. ; il. ; color.

ISBN: 978-65-5825-267-2 (Digital)

1. Indígena – Formação profissional. 2. Tradição indígena. 3. Ciência – Ensino superior. I. Título. II. Lacerda, Cícero de Sousa. III. Tomé, Heloysa Helena de Oliveira. IV. Barcellos, Lusival. V. Barcellos, Eliane Silva de Farias.

CDU: 378.2(=1-82)

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,

Bloco Central – 2 andar – COOPERE

Morada Nova – Cabedelo – Paraíba

CEP: 58109 – 303

APRESENTAÇÃO

A Paraíba Pindorama persiste e resiste desde sempre neste território. Uma grande riqueza étnica/cultural surgiu do encontro de vários povos, com origens diversas, carregando consigo suas histórias, memórias, ancestralidades! Nessa convergência houve genocídio, etnocídio, espoliação territorial, violências, agressões etc., mas também resistências, resiliências, descobertas, reafirmações etc., resultando numa população pluriétnica genuinamente brasileira! Esta obra é uma centelha desse universo pluricultural. São Trabalhos de Conclusão de Cursos - TCCs dos universitários Tabajara da Paraíba, revelando aspectos interculturais e acadêmicos pertinentes! Para tanto é preciso: (des) vender!

(des) nudar

(des) mercantilizar

(des) capitalizar

(des) midializar

(des) fake news

(zar)

(DES) colonizar!

Há um princípio que precisa ser respeitado e disseminado: “Nada deles, sem eles”.

Foi com essa intenção que o UNIESP ousou abrir as portas, para os indígenas Tabajara cursarem o Ensino Superior, com bolsa de estudo integral, oferecendo-lhes uma oportunidade única em realizarem seus sonhos se tornando profissionais graduados nas suas respectivas áreas de conhecimentos. A proposta ‘Tabajara na Universidade’ dos professores doutores Lusival Barcellos (UFPB) e Emanuel Falcão (UFPB), encontrou apoio junto ao Profº. Dr. Cícero Lacerda e a Reitora Profª. Drª. Erika Marques, do Centro Universitário UNIESP e firmaram uma parceria para a formação acadêmica com os indígenas Tabajara da Paraíba. Agora, com a publicação desse E-book, o leitor, não só navegará desconstruindo o imaginário colonizador, como poderá se permitir DESCOLONIZAR. Mergulhar nessas fontes de conhecimentos, é saborear de temáticas que nos encham de possibilidades e encantamentos! Lusival Barcellos.

Não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes - Paulo Freires

SUMÁRIO

OS POVOS INDÍGENAS E O CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP: UMA HISTÓRIA DE INCLUSÃO E INOVAÇÃO -----	7
OS DESAFIOS DA ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE ÍNDIGENA -----	21
IMPACTOS DO PROCESSO DE REIVINDICAÇÃO TERRITORIAL NA SAÚDE MENTAL DO POVO INDÍGENA TABAJARA DA PARAÍBA -----	35
JOGOS TRADICIONAIS INDÍGENAS -----	69
PERFIL NUTRICIONAL E DESENVOLVIMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NOS POVOS INDÍGENAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA -----	94
A INFLUÊNCIA DA ESTÉTICA NA POPULAÇÃO INDÍGENA TABAJARA DA PARAÍBA -----	131

OS POVOS INDÍGENAS E O CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP: UMA HISTÓRIA DE INCLUSÃO E INOVAÇÃO

Heloyza Helena de Oliveira Tomé

Cícero de Sousa Lacerda

Arthur Heinstein Apolinário Souto

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho possui grande relevância tanto para o campo acadêmico quanto para a etnia Tabajara, pois apresenta o histórico dos povos indígenas Tabajara nos cursos de graduação do Centro Universitário UNIESP. Ele evidencia o impacto positivo da formação superior para essa comunidade, além de ressaltar a importância da preservação e disseminação dos saberes populares indígenas.

Por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando os métodos de pesquisa bibliográfica e exploratória com base no estudo de caso dos egressos indígenas Tabajara das Aldeias Vitória e Barra de Gramame, situadas no município de Conde, Paraíba, este estudo oferece uma análise integrada de como a educação superior contribui para a valorização cultural e o fortalecimento social dessas comunidades. Os egressos participaram de diferentes cursos na área da saúde no Centro Universitário UNIESP, demonstrando como a formação acadêmica pode ser uma ferramenta transformadora para os povos indígenas.

Além disso, este trabalho reforça a importância da preservação do patrimônio cultural imaterial dos povos indígenas e da promoção da justiça social, destacando como suas tradições e direitos podem ser valorizados em uma sociedade contemporânea. A inclusão desses saberes no ensino superior permite uma compreensão mais ampla e integrada do mundo, enriquecendo o ambiente acadêmico com diferentes perspectivas.

¹ Mestranda em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Assessora Acadêmica do Centro Universitário UNIESP. E-mail: heloyza.hhot@gmail.com

³ Pós Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente

O Centro Universitário UNIESP, localizado no município de Cabedelo, Paraíba, desempenha um papel central nesse contexto, por meio de sua política de inclusão social que promove o ingresso e a permanência de estudantes indígenas, assegurando que a diversidade cultural seja respeitada e integrada à comunidade acadêmica. Em específico, o UNIESP concedeu cinco bolsas de estudo integrais a indígenas Tabajara das Aldeias Vitória e Barra de Gramame. Esses estudantes escolheram seus cursos de acordo com suas vocações e as necessidades das aldeias. Esse esforço não apenas contribui para a formação acadêmica dos estudantes, mas também fortalece a preservação cultural, promove a inclusão social e defende os direitos humanos.

No Brasil, um país com vasta riqueza étnica e cultural, os povos indígenas representam uma expressão singular de tradições e saberes. Incorporar esses conhecimentos aos currículos universitários não apenas enriquece o ambiente acadêmico, mas também fomenta uma atitude de respeito e inclusão, valorizando as culturas presentes no país. Essa integração amplia a compreensão dos estudantes sobre a complexidade da sociedade brasileira, contribuindo para a formação de profissionais mais conscientes, éticos e inclusivos.

A inclusão social e a valorização da diversidade cultural são pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A luta pelos direitos dos povos indígenas, incluindo o acesso à educação superior, reflete a necessidade de criar oportunidades reais de inclusão. Entre as iniciativas que geram impacto significativo está o programa de apoio ao ingresso e formação de indígenas no ensino superior promovido pelo Centro Universitário UNIESP.

Este estudo, ao abordar a trajetória dos povos indígenas Tabajara egressos do UNIESP, demonstra como a educação superior tem sido uma ferramenta de transformação social e fortalecimento cultural. Apesar dos desafios históricos enfrentados pelos Tabajara, o acesso à educação tem possibilitado o desenvolvimento de sua autonomia e o fortalecimento de suas comunidades.

Além disso, esta pesquisa destaca a importância da preservação e disseminação dos saberes populares indígenas no contexto do ensino superior. Esses saberes, que incluem conhecimentos em medicina tradicional, manejo sustentável dos recursos naturais, astronomia e organização social, oferecem uma valiosa contribuição para a inovação acadêmica. Ao integrar essas perspectivas ao ambiente

universitário, é possível impulsionar pesquisas e projetos inovadores, criando novas metodologias e enriquecendo o campo acadêmico.

Assim, a trajetória dos estudantes Tabajara no Centro Universitário UNIESP exemplifica como a educação pode ser um motor de inclusão, inovação e valorização cultural. Este estudo reafirma a relevância de iniciativas que promovam a diversidade, a preservação cultural e a equidade social, oferecendo um modelo inspirador para outras instituições e políticas públicas comprometidas com a justiça social e o respeito à diversidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O povo indígena Tabajara tem sua trajetória marcada por lutas, conquistas e resistência. No final do século XIX, foram desapropriados de suas terras no litoral sul paraibano, uma região de ocupação colonial e antigos aldeamentos. Esse processo resultou no silenciamento e na invisibilidade dos Tabajara, que foram considerados extintos. No entanto, através da transmissão oral de lembranças afetivas familiares e de sua mitologia, eles conservaram suas tradições em memórias vivas. “No século XXI, os Tabajara emergiram em um processo de reivindicação de sua identidade e de seu território tradicional, no Sítio dos Caboclos, na antiga Sesmaria da Jacoca, no município de Conde-PB” (BARCELLOS; FARIAS, 2015, P. 16).

Os Tabajara têm origem na língua Tupi. Segundo Barcellos e Farias (2015, p. 13), o nome deriva de "taba" (aldeia) e "jara" (de yara), significando "Senhores da Aldeia". Entre o final do século XIX e o início do século XXI, este povo preservou costumes, tradições e ancestralidade, apesar das adversidades

2.1 Organização Social e Política

Como muitos povos indígenas, os Tabajara enfrentam diariamente desafios como o processo de demarcação de suas terras, acesso a políticas públicas, respeito à sua identidade e cultura, e a garantia de seus direitos como povos originários. No contexto de ressurgência, os Tabajara estabeleceram sua organização política interna, criando hierarquias e atribuições específicas para funções dentro da comunidade. A estrutura organizacional inclui caciques, que representam a principal liderança, com grande responsabilidade por serem os representantes do povo, tanto dentro quanto fora da aldeia. Eles ocupam uma posição de destaque na mediação de

conflitos e na busca de soluções, além de fortalecer a comunidade por meio de estratégias políticas eficazes, (BARCELLOS; FARIAS, 2015).

Atualmente, cada uma das quatro aldeias dos Tabajara (Vitória, Barra de Gramame, Nova conquista Taquara e Bernardo Severo) possui seu próprio cacique. Dentro dessa estrutura, existem diversas organizações, como as Associações das Aldeias, o Conselho de Saúde e os grupos de mulheres: Moaras (na Barra do Gramame) e Niaras (na Aldeia Vitória). Os anciãos são respeitados e vistos como conselheiros, detentores de sabedoria tradicional, contribuindo para a organização da comunidade e o fortalecimento e resistência de sua cultura originária. A dinâmica indígena é fluida e contínua de acordo com a transmissão dos conhecimentos dos antepassados. (VALE, 2008, p. 19).

2.2 Educação e Resistência Cultural

Os Tabajara vivem um processo de etnogênese, buscando fortalecer e preservar sua identidade étnica, seus mitos, costumes, tradições e a linguagem herdada de seus antepassados. Segundo Barcellos e Farias (2015, p. 37-38), a educação desempenha um papel central nesse fortalecimento. A construção do conhecimento é um processo contínuo e transformador, que exige a reconstrução ativa do saber, como defende Freire (2022). Nesse contexto, a educação não deve apenas transmitir conteúdos, mas também valorizar as culturas indígenas.

Apesar das conquistas, os jovens indígenas enfrentam barreiras como preconceitos, desvalorização de suas culturas e dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico, frequentemente alheio às suas especificidades culturais (Farias, 2021). No entanto, iniciativas como cotas e políticas afirmativas têm contribuído para a inclusão. Conforme Baniwa (2019, p. 168), "são inegáveis as conquistas e os avanços de inclusão social no âmbito das políticas públicas brasileiras nos últimos 20 anos, especialmente no acesso à educação superior por povos indígenas". Neste contexto, Segato (2014, p. 69) argumenta que "a busca por autonomia muitas vezes desconsidera a importância da relação entre ensino e estudo como uma unidade indispensável no processo de aquisição do conhecimento".

Eles sugerem que a construção de um método para adquirir, elaborar e descobrir conhecimentos parece ser mais valiosa do que simplesmente absorver conhecimentos elaborados por outras pessoas. Usam a analogia de desbravar uma mata fechada, comparando a autonomia a tentar construir uma trilha perfeita sozinho,

enquanto entender o processo de criação de uma via de acesso já existente pode levar com segurança ao outro lado da mata, considerando os desafios já enfrentados por outros desbravadores. Observar e compreender esse processo de construção pode permitir ir além, contribuindo para a criação de novas trilhas com alternativas ainda melhores.

2.3 Cultura e Religiosidade

Os aspectos culturais e religiosos são fundamentais na formação dos estudantes indígenas, conectando-os às suas raízes ancestrais.

Segundo, Barcellos; Farias (2015, p. 39-40).

Atualmente os Tabajara continuam na construção da sua história, ressignificando costumes, sendo uma dessas maneiras o reavivamento e reconquista de suas terras. Então, em momentos oportunos ou necessários como assembleias, reuniões de conselho eles se reúnem para despertar a sensibilidade dos indígenas compreenderem a extrema importância de cada um, no processo de reconhecimento da própria etnia. Acrescentando ainda, a complexidade da ressignificação sociocultural, reconstrução e valorização da ancestralidade.

A preservação e valorização da cultura indígena entre os povos é essencial para fortalecer sua autoestima, resiliência e senso de pertencimento em um mundo muitas vezes marcado pela marginalização e pelo preconceito. Como também vale ressaltar a importância da religiosidade que desempenha um papel central na vida dos estudantes indígenas Tabajaras, fornecendo-lhes um sistema de crenças que orienta suas ações e valores e oferecendo conforto espiritual em tempos de dificuldade (BARCELLOS; FARIAS, 2015, p. 18).

Na educação dos estudantes indígenas é necessário incorporar e respeitar suas tradições culturais e religiosas, reconhecendo que esses aspectos são parte integrante de sua identidade e enriquecem sua experiência de aprendizado. Diante o exposto, Barcellos e Farias (2015, p. 19), fala que “os estudantes indígenas devem ser encorajados a promover e celebrar suas tradições culturais e religiosas dentro do ambiente escolar, criando um espaço seguro e acolhedor para expressar sua identidade cultural”.

Assim “Os novos profissionais indígenas trazem na sua bagagem formativa os conhecimentos acadêmicos sistematizados buscados e aprendidos na universidade e colocados, possivelmente, a serviço das comunidades” (AMARAL, 2010, p. 466).

De acordo com Baniwa (2019, p. 21):

Tais sujeitos coletivos indígenas apresentam habilidades potencialmente relevantes para as lutas indígenas, como o domínio de ferramentas modernas preciosas e inovadoras que podem reforçar substantivamente as trincheiras das lutas indígenas, por meio do domínio e manejo crescente das novas tecnologias de comunicação e informação, das mídias digitais (CD e DVDs) e da presença e participação marcante nas redes sociais, sites, blogs etc., além da presença e diálogo constantes com as autoridades públicas e privadas, por estarem nas sedes administrativas dos municípios e estados ou próximas delas.

Os professores e educadores que trabalham com estudantes indígenas necessitam receber capacitação e orientação adequadas para compreender e respeitar suas tradições culturais e religiosas, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e respeitoso. Pois, ao reconhecer e valorizar os aspectos culturais e religiosos na formação dos estudantes indígenas, podemos ajudá-los a se tornarem líderes e agentes de mudança em suas comunidades, preservando e promovendo sua herança cultural para as gerações futuras. Essa troca de conhecimento e experiência é um enriquecimento para a experiência profissional dos professores e demais estudantes com a aquisição dos conhecimentos e práticas tradicionais.

O referencial teórico se fundamenta em estudos sobre educação indígena, identidade cultural e o papel da educação na transformação social. Autores como Paulo Freire (2017) destacam a importância de uma educação que valorize a identidade cultural dos alunos e promova a emancipação social, valorizando assim uma educação crítica e libertadora, essencial para os grupos marginalizados. Conforme destaca Figueiredo (2020), o povo indígena Tabajara da Paraíba é uma etnia que vive na tentativa de obter o fortalecimento e a preservação da própria identidade étnica, considerando seus costumes, tradições, cultura e linguagem, que vêm de um legado milenar de seus ascendentes. É necessário, portanto, que o povo Tabajara se reconheça como agente de mudança, prevendo que o conhecimento adquirido no âmbito acadêmico promova melhorias na saúde, educação e cultura de sua aldeia.

Além disso, a presença de estudantes indígenas nas universidades contribui para a desmistificação de estereótipos e preconceitos, promovendo um diálogo intercultural enriquecedor. Ao compartilhar suas histórias e vivências, os jovens Tabajara e de outras etnias podem ampliar a compreensão sobre suas realidades,

desafios e conquistas, sensibilizando a comunidade acadêmica para a importância da diversidade. Esse ambiente de aprendizado colaborativo não apenas beneficia os estudantes indígenas, mas também enriquece a formação de todos os alunos, preparando-os para atuar em uma sociedade multicultural.

Nessa perspectiva a contribuição da ciência para o desenvolvimento cultural e religioso indígena também é significativa, ao fornecer acesso a novas informações e tecnologias que podem enriquecer suas práticas tradicionais e fortalecer sua identidade cultural. Assim afirma Amaral (2010, p. 474):

a atuação dos novos profissionais indígenas no meio urbano e rural nos municípios e região onde habitam também pode potencialmente alterar a leitura, compreensão e as relações sociais, políticas e culturais dos moradores do entorno das terras indígenas acerca da realidade indígena, vindo a afirmar ou superar os preconceitos atualmente existentes.

Ainda vale ressaltar que a inclusão dos saberes indígenas na educação superior é crucial para a formação de profissionais culturalmente capacitados a interagir respeitosamente com diferentes culturas estão melhor preparados para atuar em um mundo cada vez mais globalizado e multicultural. Em campos como a saúde, educação e assistência social, é vital que os profissionais compreendam e respeitem as tradições e crenças das comunidades indígenas. Essa compreensão permite um atendimento mais humano e eficaz, melhorando a qualidade dos serviços prestados e promovendo a inclusão social.

Ao ingressar em instituições de ensino superior, os jovens indígenas têm a chance de trazer conhecimentos técnicos e acadêmicos que podem ser aplicados para a solução de problemas locais, como a preservação de suas culturas, a defesa de seus direitos e o fortalecimento de suas identidades. Essa troca de saberes é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural, onde as experiências dos povos originários sejam reconhecidas e respeitadas.

Diante o exposto, Barcellos e Farias (2015), fala que os estudantes indígenas devem ser encorajados a promover e celebrar suas tradições culturais e religiosas dentro do ambiente escolar, criando um espaço seguro e acolhedor para expressar sua identidade cultural. MURA (2015), aborda que a integração dos aspectos culturais e religiosos na formação dos estudantes indígenas pode contribuir para uma

educação mais significativa e contextualizada, que reconhece e valoriza os conhecimentos tradicionais indígenas.

A inclusão educacional de populações indígenas no Brasil encontra amparo em dispositivos constitucionais e legais, como o Artigo 231 da Constituição Federal, que reconhece os direitos indígenas, e a Lei 12.711/2012, que institui cotas raciais e sociais no ensino superior. Essas políticas têm impulsionado o ingresso de indígenas em instituições de ensino público, buscando reduzir desigualdades históricas.

2.4 Educação Superior e Transformação Social

A inclusão dos Tabajara na educação superior, especialmente por meio do programa de bolsas integrais na UNIESP, é um exemplo concreto de inovação acadêmica e inclusão social. Esse programa permite que jovens indígenas escolham cursos de graduação alinhados às demandas específicas de suas aldeias, promovendo um processo de transformação social em que a educação funciona como um catalisador de mudanças. Segundo Candau (2002), a educação superior deve ser conduzida por uma abordagem inclusiva e pluralista, fortalecendo a cultura indígena e capacitando as comunidades para enfrentar os desafios contemporâneos.

A formação acadêmica proporciona aos jovens indígenas a oportunidade de aplicar conhecimentos técnicos para solucionar problemas locais, ao mesmo tempo em que preservam suas culturas e fortalecem suas identidades. Nesse contexto, o UNIESP desenvolve programas que respeitam as especificidades culturais dos alunos indígenas, criando um ambiente que incentiva tanto o aprendizado quanto a valorização das tradições.

Os Tabajara demonstram como a educação pode atuar como uma ferramenta poderosa para a transformação social e a preservação cultural. A inclusão de saberes indígenas no ensino superior é essencial para a formação de profissionais aptos a interagir com diversas culturas em um mundo multicultural. Ao ingressarem nas universidades, os jovens indígenas não apenas enriquecem suas comunidades com novos conhecimentos, mas também contribuem para a sociedade como um todo, promovendo um diálogo intercultural e ajudando a construir uma sociedade mais inclusiva e plural.

A formação superior dos Tabajara no UNIESP reflete mais do que conquistas individuais; representa um processo coletivo de inovação social. Mulgan (2007)

descreve a inovação social como a implementação de soluções novas e eficazes para questões sociais e culturais, o que se aplica ao impacto que esses programas têm nas comunidades indígenas. A educação se torna um meio de empoderamento, permitindo que os egressos apliquem seus conhecimentos de forma inovadora, impulsionando o desenvolvimento comunitário.

A inclusão social é um conceito amplo, abrangendo dimensões como educação, saúde e direitos humanos. Silva (2020) afirma que "a educação é um direito fundamental que deve ser garantido a todos, independentemente de sua origem étnica". Ao ingressarem no ensino superior, os Tabajaras desafiam estereótipos, desconstruindo preconceitos e criando novas narrativas sobre sua identidade e potencial.

De acordo com Figueiredo (2020), "vivendo à margem da sociedade, essa população necessita de ações afirmativas e políticas públicas que revertam esse quadro tão avassalador e contribuam para uma vida com dignidade humana e usufrua de direitos que lhe são próprios". Essa análise destaca a necessidade de iniciativas inclusivas, como as promovidas pela UNIESP, que permitem aos indígenas não apenas acesso à educação, mas também oportunidades de transformação pessoal e coletiva.

A experiência educacional dos Tabajara exemplifica como políticas inclusivas podem transformar vidas e fortalecer comunidades. A integração de saberes indígenas no ensino superior é uma prática que beneficia não apenas as comunidades indígenas, mas também a sociedade em geral, ao promover uma convivência enriquecida pela diversidade cultural. Dessa forma, a educação transcende o espaço acadêmico, consolidando-se como um elemento-chave na construção de um futuro mais justo e inclusivo.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa com aporte etnográfico, empregando os métodos de pesquisa bibliográfica e exploratória, com ênfase no estudo de caso e na observação participante. O foco da investigação recai sobre os egressos indígenas do Centro Universitário UNIESP, buscando compreender suas experiências e impactos socioculturais.

O método etnográfico é particularmente relevante neste contexto, pois, conforme destaca Gonsalves (2018, p. 115):

facilita o estudo e a compreensão do ambiente sociocultural de uma comunidade, com o objetivo de descrever as particularidades da situação. Nesse sentido, ocupa-se de costumes, crenças e tradições de um determinado grupo ou comunidade que são transmitidos de forma geracional e que sedimentam uma cultura ou sistema social.

Esse método permite uma análise aprofundada das práticas culturais e sociais dos egressos indígenas, valorizando a integração de seus saberes tradicionais com o contexto acadêmico.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, fornece a base teórica necessária para contextualizar e embasar o problema investigado. Conforme Gil (2002), a revisão de literatura tem como objetivo “a contextualização teórica do problema e a sua relação com o que tem sido investigado a respeito”. O autor também enfatiza que, “mediante revisão da literatura e discussão com pessoas que tiveram experiência com o assunto, vão progressivamente tornando o problema mais específico” (Gil, 2008).

Dessa forma, o estudo combina métodos complementares para aprofundar o entendimento do objeto de pesquisa, conciliando a observação direta da realidade com o suporte teórico necessário para sustentar as análises e conclusões apresentadas.

4 RESULTADO

A conclusão deste trabalho marca a colação de grau dos estudantes indígenas no Centro Universitário UNIESP, destacando um feito notável: todos os estudantes envolvidos na pesquisa concluíram seus respectivos cursos sem qualquer desistência. Esse resultado comprova a relevância da inclusão dos saberes indígenas na educação superior como uma estratégia eficaz para promover uma educação mais equitativa e inclusiva.

Nos campos da saúde, educação e assistência social, a formação de profissionais capacitados a compreender e respeitar as tradições e crenças das comunidades indígenas é essencial. Essa compreensão possibilita um atendimento mais humanizado e eficiente, melhora a qualidade dos serviços prestados e promove a inclusão social. Além disso, profissionais preparados para interagir de forma respeitosa com diferentes culturas estão mais aptos a enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais globalizado e multicultural.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) realizados pelos estudantes indígenas foram marcantes, pois eles escolheram desenvolver pesquisas voltadas para suas próprias comunidades. Essa decisão enaltece a relevância do conhecimento científico como um instrumento que pode beneficiar a cultura, a saúde e a qualidade de vida dos povos indígenas.

Durante a formação acadêmica, foi evidente, por meio de diálogos com professores e estudantes, o quanto a integração entre o conhecimento científico e os saberes culturais e religiosos indígenas enriqueceu a comunidade acadêmica. Nesse período, diversas atividades e eventos foram realizados, tanto nas aldeias quanto no Centro Universitário UNIESP, promovendo a cultura e a religiosidade indígena.

Após a conclusão do curso, os egressos continuam sendo acompanhados pelo UNIESP, que os incentiva a dar continuidade à formação acadêmica por meio de programas de pós-graduação lato sensu. Esse acompanhamento reforça o compromisso da instituição com a educação continuada, promovendo o desenvolvimento acadêmico e profissional dos indígenas e, conseqüentemente, fortalecendo suas comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória destacada neste estudo renova a esperança de que, para avançar na inclusão dos povos indígenas no ensino superior, é essencial estabelecer uma base sólida que possibilite compreender melhor a relação entre esses povos e as instituições de ensino. Isso pode ser alcançado por meio de programas que respeitem e integrem as culturas indígenas à comunidade acadêmica.

No caso do Centro Universitário UNIESP, ficou evidente o quanto a presença de universitários indígenas enriqueceu os cursos oferecidos, promovendo discussões e trocas de saberes culturais e religiosos, além de conhecimentos científicos. Ao mesmo tempo em que, os conhecimentos científicos adquiridos durante a formação superior engrandeceram a vida das Aldeias. Esse processo confirma a necessidade de um diálogo contínuo entre as Instituições de Ensino Superior e as comunidades indígenas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas nas decisões que impactam sua educação.

A inclusão dos povos originários no ensino superior é um passo essencial para a promoção da justiça social e da diversidade cultural. Este estudo destaca a

relevância do ensino superior como uma ferramenta de representatividade e de desenvolvimento para a comunidade indígena Tabajara das Aldeias Vitória e Barra de Gramame. A experiência do povo Tabajara no UNIESP reforça a importância de um processo de seleção inclusivo, que não apenas ofereça oportunidades de ingresso, mas também garanta suporte contínuo durante e após a formação acadêmica.

O UNIESP, por meio de sua política afirmativa, evidencia a integração entre o conhecimento científico e os saberes culturais e religiosos indígenas. Atualmente, a instituição conta com cinco egressos indígenas e um estudante indígena matriculado, comprovando sua experiência em oferecer acesso e acompanhamento aos povos originários. A pesquisa também ressalta a importância da orientação e do incentivo ao ensino superior como um meio de transformação e enriquecimento social das comunidades indígenas.

A história dos povos indígenas Tabajara no Centro Universitário UNIESP é um exemplo concreto de como políticas inclusivas no ensino superior podem gerar transformações sociais significativas. Garantindo acesso à educação de qualidade, o UNIESP não apenas prepara profissionais, mas também promove o fortalecimento cultural e a autonomia das comunidades indígenas.

Por fim, este exemplo de inclusão social e inovação acadêmica deve servir de inspiração para outras instituições e políticas públicas, reafirmando a importância do respeito à diversidade e do enfrentamento das desigualdades históricas. Dessa forma, o protagonismo indígena é fortalecido, contribuindo para uma sociedade mais justa e enriquecida por sua diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. 586 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula/Laced, 2019.

_____. **Os saberes indígenas e a escola: é possível e desejável uma escola indígena diferenciada e intercultural?** Belo Horizonte: XV ENDIPE, 2012

BARCELLOS, Lusival Antonio. **As práticas educativo-religiosas dos índios Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

BARCELLOS, Lusival Antonio; FARIAS, Eliane Silva. **Memória Tabajara: manifestações de fé e de identidade étnica**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação**. Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 79, Ago. /2002, p. 125-161.

COQUEIJO, Fernanda Luna Maciel. *Cota não é esmola: Análise da eficácia social da Lei nº 12.711/2012 para estudantes indígenas na Universidade Federal da Paraíba*. 2020. 202f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

FARIAS, Eliane. **Estudo sobre as práticas educativas do povo indígena Tabajara da Paraíba no século XXI**. 2021. 335f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidad Internacional Iberoamericana, Porto Rico, 2021.

FIGUEIREDO, Márcia Medeiros. **A mística da dança do toré**: Imaginário social do povo indígena Tabajara da Paraíba. 2020. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 6 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEGATO, Rita Laura. **Que cada povo teça os fios de sua história**. Revista de Direito da Universidade de Brasília, v. 1, n. 1, p. 65-92, 2014.

TUCAO, Álvaro. **Identidade e Educação**: Um Estudo sobre a Educação Indígena. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

VALE, Cláudia Netto do; RANGEL, Lucia Helena. **Jovens indígenas na metrópole**. *Revista ponto-e-vírgula*, n. 4, p. 254-259, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/14190/10416>. Acesso em: 24 jul. 2024.

OS DESAFIOS DA ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE ÍNDIGENA

Bruna Flávia Rodrigues da Silva³

Jancelice dos Santos Santana²

1 INTRODUÇÃO

No artigo 196 da Constituição Federal de 1988, registra que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doença e de outros agravos e permite o acesso universal e igualitário da população brasileira às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação de saúde (BRASIL, 1988).

Reconhecendo que os modos de vida indígenas possuem especificidades que devem ser respeitadas e que o SUS não estava pronto, concordaram com uma proposta que levou a uma reunião com eles para organizar um sistema de saúde especial para os povos indígenas. Como um quadro a reforma sanitária legal e política enfatizou a ideia do sistema único de saúde, proposta de criação de um subsistema SUS, que prevê uma relação hierárquica entre esses casos. A partir dessa configuração, foi criado o Subsistema de Saúde Indígena em 1999, por meio da Lei 9.836, conhecida como Lei Arouca, em homenagem ao sanitarista e deputado federal Sérgio Arouca que propôs e tornou possível aprovação desta lei no Congresso Nacional (GARNELO; MACEDO; BRANDÃO, 2003)

A Funasa gerencia o subsistema de atenção à saúde indígena como parte de uma estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre as entidades que compõem a fundação, destacamos a atenção integral à saúde em nossas atividades e ainda 26 coordenações regionais (CORES) instaladas em áreas especiais de saúde indígena, em todos os estados, exceto no Distrito Federal, onde a Funasa está sediada. A tarefa dessas coordenações é garantir o cumprimento da tarefa institucional, gestão de

³ Graduanda do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário UNIESP. Email: CV :

² Enfermeira e Doutora em Enfermagem na Atenção à Saúde. Docente do Centro Universitário UNIESP. Email: jancelice@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/5059281532664323>

recursos humanos e patrimônio, realizando licitações para aquisição de insumos produtivos e serviços que possibilitam atendimento aos povos indígenas e assessoria jurídica e técnica aos DSEIS (LIMA et al., 2009).

Atualmente, o número de indígenas no Brasil é estimado em aproximadamente 538.000 pessoas pertencentes a 210 nacionalidades e mais de 170 línguas reconhecidas. É presente em todos os estados brasileiros, exceto Piauí e Rio Grande do Norte, onde vivem 579 povos indígenas, que estão em diversas situações de regularização fundiária e ocupam 12% do território do país. Uma pequena parte vive em áreas urbanas, geralmente nos subúrbios (COIMBRA JR; SANTOS; ESCOBAR, 2003).

De acordo com Lima et al. (2009), o Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999, instituiu em 2002 pela Portaria nº 254, de 31 de janeiro do mesmo ano, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) que exigiu a adoção de um modelo complementar e diferenciado de organização dos serviços, voltados à proteção, promoção e recuperação da saúde que assegurasse aos índios o exercício de sua cidadania. Para a efetivação dessa política, a Funasa criou uma imensa rede de serviços nas terras indígenas, para suprir as deficiências de cobertura, acesso e aceitabilidade do SUS pelos índios. Existem 751 postos de saúde e neles são executadas atividades de atenção básica à saúde, tais como o acompanhamento de crianças e gestantes, imunização e o atendimento a casos de doenças mais frequentes, como infecção respiratória aguda, diarreia e malária. Além do acompanhamento de pacientes crônicos e de tratamentos de longa duração, também são desenvolvidas ações de primeiros socorros, de promoção à saúde e prevenção de doenças de maior prevalência. E, ainda, oficinas de educação sanitária e atividades das equipes de apoio multidisciplinar.

Segundo Maia et al. (2021), constatou-se que diante de todos os desafios, a Enfermagem é uma profissão importante na prestação de cuidados direcionados às populações indígenas. De modo geral, as atividades assistencialistas realizadas pelos enfermeiros na saúde indígena, não divergem daquelas realizadas na atenção primária. O enfermeiro realiza ações de gerenciamento da enfermagem, educação em saúde e ações de promoção à saúde e prevenção de agravos preconizados pelo Ministério da Saúde.

A saúde indígena é repleta de desafios, o que exige do enfermeiro um conjunto de qualificações que vão além do viés para promover uma atenção diferenciada para apreciar os aspectos culturais dos indivíduos e suas especificidades e idiosincrasias. Os indivíduos que possuem culturas diferentes podem impor outros significados a uma mesma realidade, além de manifestar diferentes representações, o que na prática poderá ocasionar divergências, estereótipos e dificuldades de comunicação (MAIA et al., 2021).

Este estudo se propõe a buscar na literatura as barreiras enfrentadas por esses profissionais e identificando maneiras para oferecer suporte aos povos indígenas. Espera-se produzir um documento com o conhecimento apurado dos profissionais de enfermagem ao lidar com a saúde indígena atendendo as suas especificidades.

A pesquisa objetiva identificar na literatura as principais dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros no atendimento aos povos indígenas; como objetivos específicos, relatar a situação da saúde indígena no Brasil; conhecer as ações de enfermagem para melhoria da assistência à saúde indígena e discutir sobre a importância do enfermeiro na saúde indígena.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica a partir do método de revisão integrativa da literatura. Os estudos de pesquisa qualitativa diferem entre si quanto ao método, à forma e aos objetivos (NEVES, 1996). A pesquisa descritiva inclui um estudo observacional, onde se compara dois grupos similares, sendo assim, o processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. A grande contribuição da pesquisa descritiva é proporcionar novas visões sobre uma realidade já conhecida (NUNES; NASCIMENTO; LUZ, 2016). A pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas (DE SOUSA; DE OLIVEIRA; ALVES, 2021).

A revisão integrativa, segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008) consiste em preparar uma análise abrangente da literatura, participando da discussão dos métodos e resultados da pesquisa e refletindo sobre pesquisas futuras. Ainda de acordo com

os autores antes citados, em geral, uma revisão integrativa requer a passagem por seis estágios distintos, semelhantes aos estágios de desenvolvimento de um trabalho de pesquisa tradicional. As seis etapas estão descritas logo abaixo.

1ª Etapa: Estabelecimento da hipótese ou questão norteadora (escolha e definição do tema, objetivos, identificar palavras-chaves e tema relacionado com a prática clínica).

2ª Etapa: Amostragem ou busca na literatura (estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, o uso de base de dados e seleção dos estudos).

3ª Etapa: Categorização dos estudos (extração das informações, organizar e sumarizar as informações e formação do banco de dados).

4ª Etapa: Avaliação dos estudos incluídos na revisão (aplicação de análises estatísticas, inclusão/exclusão de estudos e análise crítica dos estudos selecionados).

5ª Etapa: Interpretação dos resultados (discussão dos resultados, propostas de recomendações e sugestões para futuras pesquisas).

6ª Etapa: Síntese do conhecimento ou apresentação da revisão (resumo das evidências disponíveis, criação de um documento que descreva detalhadamente a revisão).

Desta forma, a pesquisa tem por questão norteadora: Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros no atendimento aos povos indígenas? Para responder a esse questionamento será feito uma busca nas bases de dados da SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Scholar (Google acadêmico) com o objetivo de encontrar literaturas pertinentes a temática. Serão utilizadas frases e/ou palavras chaves como: saúde indígena, assistência de enfermagem ao povo indígena, dificuldades na oferta de ações de saúde a população indígena para busca na base de dados.

Como critério de inclusão, serão selecionados artigos em textos completos e gratuitos que abordem o assunto no tema ou resumo, disponíveis no idioma português do Brasil, publicados nos últimos 10 anos (2013 – 2023), no entanto, serão priorizadas as publicações mais recentes dentro do período estipulado. Serão excluídos todos os trabalhos científicos que não atendam aos critérios de inclusão. Após a seleção do

material, será feita uma leitura integral e agrupados as expressões e frases que respondem aos objetivos desse trabalho, a qual ficará disponível nos resultados dessa pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As fontes selecionadas foram analisadas para este estudo e representam o total de 08 (oito) publicações apresentadas na Tabela 1, separadas por título, autores, ano de publicação e resultados da pesquisa. Diante as leituras realizadas foram apresentados os resultados de cada um dos artigos pesquisados, a fim de apontar as contribuições e os enfoques de investigação que os estudos dão ao objeto pesquisado como observado no Quadro 1.

TÍTULO	AUTORES	ANO	RESULTADOS
Produção, modelo de vida e singularidade: o caso das comunidades indígenas da etnia Wai Wai em Roraima	PORTO	2016	Com conhecimentos obtidos, constata-se que ainda existem povos isolados, sem ter contato com a sociedade, e preservando sua integralidade social e cultural.
Saúde indígena: experiência do adoecimento com a etnia Munduruku	FERNAND O e SIMPSON	2016	O enfermeiro que se compromete com a assistência na saúde indígena deve ser capaz de se familiarizar com as peculiaridades do subsistema de saúde, assim como, buscar entender de modo holístico como a comunidade que ele está inserido, responde as situações de saúde e doença.
O cuidado á saúde da população indígena Mura de Autazes-Amazônas: a perspectiva das	PINA	2017	As enfermeiras que não cursaram a disciplina de saúde indígena durante a graduação apontam como necessário a obrigatoriedade dessa disciplina na matriz curricular dos cursos de graduação em

enfermeiras do serviço			enfermagem, e que a ausência dessa disciplina deixou lacunas que são sentidas no exercício dos cuidados de enfermagem dirigidos a essa população.
O trabalho do enfermeiro na saúde indígena: desenvolvendo competências para a atuação no contexto intercultural	MARTINS	2017	Na prática, reproduzindo o que se é observado em outros espaços de atuação, no trabalho dentro da área indígena o enfermeiro assume um papel gerenciador dentro da equipe se responsabilizando pela organização de serviço, além disso, algumas atividades figuram quase como exclusivas desses profissionais, como a formação dos profissionais indígenas e a realização de atividades educativas.
Atributos da atenção primária à saúde no contexto da saúde indígena	ROCHA	2020	Implicaria aos profissionais de enfermagem incorporar , no âmbito das ações de saúde, a capacidade de compreender (e agir de acordo com) as especificidades culturais da população ; viabilizar formas de melhoria do acesso equitativo aos serviços de saúde e da qualidade da atenção ; gerar impactos sobre os indicadores de saúde ; oferecer informações epidemiológicas específicas em relação à saúde das populações indígenas e propor estratégias de intervenções

			adequadas as realidades socioculturais.
Dificuldades vivenciadas pelos profissionais de saúde no atendimento á população indígena	SILVA et al	2021	Dentre os fatores que limitam a atuação do enfermeiro nas áreas indígenas são os espaços físicos para a realização de procedimentos, situações de conflitos ocorridas em ambiente de trabalho devido ao dialogo e as negociações com os especialistas tradicionais (xamãs, parteiras, pajés e outros) assim como a negociação com familiares em casos de urgência e emergência.
O enfermeiro na saúde indígena: uma revisão da literatura	DOS SANTOS, CARDOSO, SIQUEIRA	2021	Faz-se necessário criar ações de saúde que levem em consideração a realidade dos povos indígenas, principalmente aqueles que vivem em regiões mais remotas, que por vezes são afastados dos grandes centros urbanos , e conseqüentemente , onde a saúde básica acaba por ser negligenciada , isso tanto por falta de recursos estruturais e materiais , como quanto a recursos humanos capacitados.
Os desafios da enfermagem na atenção integra a saúde indígena	MAIA et al	2021	Evidenciou-se que a localização das aldeias e a barreira linguística são fatores predominantes, a saúde indígena é repleta de desafios e exige do enfermeiro um conjunto de qualificações que vão

			além do viés para promover atenção diferenciada para apreciar os aspectos culturais dos indivíduos e suas especificidades.
--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria 2023.

Quadro 1 – Publicações selecionadas para o tema abordado, com os principais resultados e contribuições sobre o tem investigado.

No Quadro 1, observa-se os desafios enfrentados pela enfermagem ao prestar a assistência á saúde indígena, bem como a importância da atuação da enfermagem nas comunidades. A enfermagem tem papel fundamental, porém a saúde indígena exige desses profissionais formações e capacitações além da graduação, para assim lidar com as especificidades dessa população. A seguir, apresenta-se os resultados classificados nas categorias temáticas.

3.1 Categoria 1: Os desafios da enfermagem no atendimento aos povos indígenas

Maia et al. (2021) evidencia que a localização das aldeias e a barreiras linguística são fatores preponderantes e de grande relevância para os enfermeiros. Além disso, para os entrevistados da sua pesquisa, essas dificuldades se tornavam evidentes devido à falta de saneamento nas aldeias, no dia-a-dia, durante o atendimento, devido às questões culturais, logísticas e de comunicação. Dentre os fatores que limitam a atuação do enfermeiro nas áreas indígenas são o espaço físico para a realização de procedimentos, situações de conflito ocorridas em ambiente de trabalho devido ao diálogo e à necessidade de negociação com os especialistas tradicionais (parteiras, xamãs, pajés e outros), assim como a negociação com as famílias na tomada de decisões em situações de urgência e emergência (SILVA et al., 2021).

Quando os participantes foram questionados acerca de capacitações para atender as necessidades de saúde ao primeiro contato com os indígenas, Maia et al. (2021) apontam que 70% dos entrevistados afirmaram que não tem capacitação, no entanto, os demais (30%) declararam que receberam capacitações sobre a medicina tradicional, situação de vulnerabilidade epidemiológica e questão social. Segundo

Pina (2017), as enfermeiras que não cursaram a disciplina Saúde indígena durante a graduação apontam como necessário a obrigatoriedade dessa disciplina na matriz curricular dos cursos de graduação em enfermagem em toda a região Norte, e relatam que a ausência dessa disciplina deixou lacunas que são sentidas no exercício dos cuidados de enfermagem dirigidos a essa população.

Mediante o cenário apresentado, o enfermeiro tem diversas atribuições como planejar mensalmente as atividades de vacinação para cada entrada em área, monitorar e avaliar o trabalho desenvolvido de forma integrada ao conjunto das demais ações de saúde, além de trabalhar os programas preconizados pelo Ministério da saúde, ainda dentre as atribuições do enfermeiro, configura-se a: atenção e promoção à saúde, que muitas vezes fica comprometida devido à barreira linguística (MAIA et al., 2021).

A atuação de enfermagem em comunidades indígenas é repleta de desafios diários, pois exige dos profissionais, além dos conhecimentos práticos e teóricos, a lidar com as especificidades destes povos, que possuem seus usos, costumes e tradições, aos quais são singular de cada povo indígena.

3.2 Categoria 2: Ações da enfermagem para a melhoria da assistência a saúde indígena

Faz-se necessário criar estratégias de ações de saúde que levem em consideração a realidade dos povos indígenas, principalmente aqueles que vivem em regiões mais remotas, que por vezes são afastadas dos grandes centros urbanos, e consequentemente, onde a saúde básica acaba por ser negligenciada, isto tanto por falta de recursos estruturais e materiais, como quanto a recursos humanos capacitados (DOS SANTOS; CARDOSO; SIQUEIRA, 2021). Segundo Rocha et al. (2020) implicaria aos profissionais de enfermagem incorporar, no âmbito das ações de saúde, a capacidade de compreender (e agir de acordo com) as especificidades culturais da população; viabilizar formas de melhoria do acesso equitativo aos serviços de saúde e da qualidade da atenção; gerar impactos sobre os indicadores de saúde; oferecer informações epidemiológicas específicas em relação à saúde das populações indígenas e propor estratégias de intervenção adequadas às realidades socioculturais.

A comunicação em saúde entre o profissional e o cliente mostraram-se benéficas para a melhoria da qualidade da atenção, na adesão de tratamentos, na recuperação dos pacientes, bem como no cumprimento dos direitos das minorias étnicas. Assim, a dificuldade de comunicação no contexto intercultural pode prejudicar de maneira expressiva as ações e serviços de saúde prestados pelos enfermeiros. Ao avaliar, na literatura científica a assistência de enfermagem, voltada às populações indígenas, foi identificado que, para minimizar os problemas advindos da barreira linguística, os enfermeiros realizavam a maioria das consultas com a presença do AIS (Agente Indígena de Saúde), uma vez, que maioria dos enfermeiros não eram indígenas (MAIA et al., 2021).

Os profissionais de saúde devem compreender que o ambiente dos serviços de saúde são espaços de construção de saberes e a forma como se dá a organização social local vai influenciar diretamente em como o indivíduo pode ou não agir. A prática educativa é um simples instrumento que direciona a gestão, ao cuidado e a educação em diferentes ambientes da prática profissional, como forma de construir saberes, relacionar com pessoas, dialogar, construindo um cenário humanizado e de respeito, atendendo a necessidade de cada um (DA SILVA et al., 2021).

Os profissionais de enfermagem que atuam junto a saúde indígena precisam compreender a forma de organização de cada comunidade, para que assim possa atuar juntamente com a equipe multidisciplinar e principalmente com auxílio do AIS (Agente Indígena de Saúde), e desta forma desenvolver atividades de educação em saúde e alcançar êxito em sua assistência, ofertando assim uma assistência qualificada.

3.3 Categoria 3: Importância da enfermagem na saúde indígena

Os conhecimentos do enfermeiro a respeito de saúde indígena são fundamentais para ofertar uma assistência de qualidade, no entanto, um fator que deve ser levado em consideração são as suas experiências a partir do momento que este começa a realizar seus trabalhos junto a essas populações. O conhecimento científico, aliado à experiência humana com a cultura peculiar desses povos, é que faz o verdadeiro profissional. Constata-se que diante de todos os desafios, a Enfermagem é uma profissão importante na prestação de cuidados direcionados às

populações indígenas (DOS SANTOS; CARDOSO; SIQUEIRA, 2021; MAIA et al., 2021).

De acordo com Fernandes e Simpson (2016), o enfermeiro que se compromete com a assistência na saúde indígena deve ser capaz de se familiarizar com as peculiaridades do subsistema de saúde, assim como, buscar entender de modo holístico como a comunidade que ele está inserido, responde as situações de saúde e doença. Para Martins (2017), a enfermagem é uma parcela do trabalho da saúde. Nesta perspectiva, os profissionais de enfermagem são parte de um trabalho coletivo e colaborativo desenvolvido junto com os demais profissionais da equipe. Na prática, reproduzindo o que é observado nos outros espaços de atuação, no trabalho dentro de área indígena o enfermeiro assume um papel gerenciador dentro da equipe se responsabilizando pela organização do serviço. Além disso, algumas atividades figuram quase como que exclusivas desse profissional, como a formação dos profissionais indígenas e a realização de atividades educativas.

A assistência de enfermagem na saúde indígena merece atenção devido a sua importância nos processos de familiarização com as comunidades, dedicação para compreender as especificidades de cada povo e realizar a assistência qualificada a essa população, respeitando os seus usos ,costumes e tradições ,bem como aprendendo junto a comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da revisão de literatura apresentada , verifica-se que o enfermeiro que atua na saúde indígena enfrentam diversas barreiras para prestar assistência qualificada a essa população, tendo em vista que cada povo possui seus usos, costumes e tradições , que é algo singular de cada povo. De um modo geral os enfermeiros que prestam assistência a população indígena realizam atividades de atenção primária a saúde , porém diante dos desafios encontrados no dia-a-dia desses profissionais , exigem um conjunto de formações que vai além do viés para promover a assistência especializada as comunidades indígenas.

A assistência de enfermagem na saúde indígena consiste em compreender o modo de vida dos povos indígenas , suas singularidades , bem como a sua cultura (usos, costumes e tradição). Essa compreensão é de suma importância , pois ira fazer

com que o enfermeiro se familiarize com a comunidade , e consiga prestar a assistência de forma qualificada. O enfermeiro tem papel importante na assistência aos povos indígenas , pois desenvolvem estratégias de ações em saúde de acordo com a realidade das comunidades indígenas, desenvolvem a comunicação com o cliente , possibilitando assim a melhor qualidade da assistência.

Por meio deste estudo de revisão da literatura , constitui-se uma fonte de informações para ser utilizada por estudantes e profissionais de enfermagem que contribui positivamente sobre os desafios da enfermagem na assistência a saúde indígena , bem como a importância desses profissionais , assim , torna-se necessário a realização de outras pesquisas científicas sobre esta temática

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF**: Centro Gráfico, 1988.

COIMBRA JR, Carlos EA; SANTOS, Ricardo Ventura; ESCOBAR, Ana Lúcia. Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil. **Editora Fiocruz**, 2003.

DA SILVA, Edivania Cristina et al. **Dificuldades vivenciadas pelos profissionais de saúde no atendimento à população indígena**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 1, p. e5413-e5413, 2021.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

DOS SANTOS, Antônia Batista; CARDOSO, Sâmia Livia Miranda; SIQUEIRA, Maria da Conceição Caetano. O enfermeiro na saúde indígena: uma revisão da literatura. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 10, n. 16, pág. E259101624004-e259101624004, 2021.

FERNANDES, MNF; SIMPSON, CA Saúde indígena: experiência do adoecimento com a etnia Munduruku. Biblioteca Lascasas, v. 12, não. 2 p. 01-09, 2016.

GARNELO, Luiza; MACEDO, Guilherme; BRANDÃO, Luiz Carlos. Os povos indígenas e a construção das políticas públicas no Brasil. Brasília: **Ed. OPAS**, 2003, 120 p.

GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia; Saúde Indígena: uma introdução ao tema, 2012.

LIMA, Anna et al. Lei Arouca: a Funasa nos 10 anos de Saúde Indígena. 2009.

MAIA, Alini Silva et al. Os desafios da enfermagem na atenção integral a saúde dos povos indígenas. **Enfermagem em Foco**, v. 12, n. 2, 2021.

MARTINS, Juliana Cláudia Leal. **O trabalho do enfermeiro na Saúde Indígena: desenvolvendo competências para a atuação no contexto intercultural**. 2017. Tese de Doutorado.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, p. 758-764, 2008.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996

NUNES, Ginete C.; NASCIMENTO, Maria Cristina D.; LUZ, Maria Aparecida C.A. Pesquisa Científica: conceitos básicos. **Id on Line Revista de Psicologia**, Fevereiro de 2016, vol.10, n.29. p. 144-151.

ROCHA, Esron Soares Carvalho et al. Atributos da Atenção Primária à Saúde no contexto da saúde indígena. **Revista Brasileira de Enfermagem** , v. 73, 2020.

SILVA , E. C., Silva, Niedja C. D. L., Café, L. A., Almeida, P. M. O., Souza, L. N., & Amanda, D. da S. Dificuldades vivenciadas pelos profissionais de saúde no atendimento à população indígena. **Revista Eletrônica Acervo Saúde** (2021).

PINA, Rizioliéia Marina Pinheiro. **O Cuidado à saúde da população indígena mura de autazes-amazonas: a perspectiva das enfermeiras dos serviços**. 2017. Tese de Doutorado.

PORTO, Rafael Gastal; et.al; Produção, modo de vida e singularidades: o caso das comunidades indígenas da etnia wai wai em roraima. 2016.

IMPACTOS DO PROCESSO DE REIVINDICAÇÃO TERRITORIAL NA SAÚDE MENTAL DO POVO INDÍGENA TABAJARA DA PARAÍBA

Janiara Araújo da Silva

Marcos Pablo Martins Almeida

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, devido à colonização, os povos indígenas passaram por vários processos de genocídio e etnocídio, assim como a perda do seu território. Devido a essa situação, algumas etnias indígenas foram dadas por extintas por tantos atos de violência e sofrimento causados. Essa realidade não foi diferente para os indígenas Tabajara da Paraíba (Callou; Melo, 2018).

Os Tabajara são um dos povos indígenas que habitam a região da Paraíba desde antes da chegada dos portugueses ao Brasil, e uma das etnias que compõem o tronco linguístico Tupi. Durante o período colonial, os Tabajara enfrentaram vários conflitos com os colonizadores Portugueses no Brasil. No final do século XIX, muitos indígenas Tabajara foram retirados de suas terras e tiveram que se adaptar às novas condições de vida, enfrentando dificuldades na interação com a sociedade. Atualmente os indígenas Tabajara lutam pelos seus direitos e pela preservação de sua cultura e na recuperação de suas terras (Farias; Barcellos, 2017).

Em 2006 os indígenas Tabajara da Paraíba começaram o processo de etnogênese, pelo qual o grupo étnico se formou e se transformou ao longo do tempo, envolvendo a identidade, tradições, mitos, crenças, práticas e costumes, em um processo constante e dinâmico através do qual os indígenas e as comunidades se redefinem. Isso pode ocorrer por meio de mudanças culturais e do reconhecimento étnico, territorial e o fortalecimento da sua cultura. Juntamente com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), os Tabajara começaram a reivindicar a demarcação do seu território tradicional, que está localizado no litoral sul da Paraíba, que atualmente está ocupado por proprietários e empresários (Callou; Melo, 2018).

No dia 13 de novembro de 2023, participei de um ato em defesa do meu território Tabajara contra a construção de um resort em uma área que já foi desmatada

pelos donos desse empreendimento, que é reivindicada como território indígena Tabajara e uma área de preservação de mata. Como pesquisadora e indígena Tabajara, decidi deixar temporariamente a escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para participar desse importante processo junto com o meu povo, com o objetivo de não aceitar nenhum empreendimento e preservar nosso território. Pretendo trazer os meus relatos pessoais como primeira pessoa em alguns trechos do artigo, pois acredito que isso fará toda a diferença, sendo uma pesquisadora indígena envolvida na pesquisa sobre a saúde mental do meu povo, em concordância com a atuação de outros pesquisadores indígenas, inclusive no âmbito da psicologia, como a psicóloga Nita Tuxá, primeira psicóloga indígena a assumir uma cadeira no conselho federal de Psicologia⁴. Afinal, ninguém melhor do que nós, membros da comunidade indígena, para relatar as experiências vivenciadas e trazer uma perspectiva autêntica sobre a realidade que enfrentamos. Nas palavras de Ribeiro:

Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta. [...] Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível “voz de ninguém”, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade (Ribeiro, 2017, p.50-51).

O processo de reivindicação territorial é um processo contínuo e complexo, que envolve a identificação das terras tradicionais, a delimitação das áreas e a regulamentação das mesmas. No caso do Povo Tabajara, esse processo tem gerado muitos conflitos e tensões devido às consequências do sistema político e econômico (Silva, 2018). Sendo indígena Tabajara e graduanda em Psicologia, percebo a influência profunda nas mudanças de vida do meu povo, uma vez que o sistema político e empresarial tem interesse em construir empreendimentos particulares nas áreas de reivindicação territorial, o que tem causado confrontos entre as partes. Esses conflitos começam com a reivindicação dos indígenas sobre a extensão do seu território que está sendo alvo de desmatamento do meio ambiente para construção de empreendimentos imobiliários e turísticos, como na experiência relatada acima.

⁴ Disponível em: <https://site.cfp.org.br/marco-historico-indigena-psicologa-integra-plenario-do-cfp/>.

Em resposta, os empresários têm se utilizado de estratégias de pressão e negociação para tentar alcançar seus objetivos. Entretanto, por muitas vezes os indígenas se recusam a ceder e continuam a defender seu direito, o que muitas vezes resulta em conflitos mais graves, envolvendo até mesmo a intervenção dos órgãos de segurança pública e judiciais. A instalação destes empreendimentos tem provocado prejuízos graves nas formas de vida tradicionais, fazendo com que os indígenas se tornem dependentes de recursos externos e formas de se adaptar a novos modos de vida.

Atualmente, devido às ações de reivindicação de parte do seu território, os Tabajara da

Paraíba possuem quatro aldeias dentro do município do Conde-PB: Aldeia Barra de Gramame, Aldeia Vitória, Aldeia Nova Conquista-Taquara e Aldeia Severo Bernardo, resultados de suas reorganizações na recuperação de pequenas áreas. Cada aldeia é liderada por um cacique, que é um líder político e espiritual responsável por tomar decisões importantes para a comunidade. Além disso, há associações comunitárias e de mulheres, que trabalham para fortalecer a identidade cultural. Enquanto isso, alguns núcleos familiares indígenas estão concentrados em diversos locais do município de Conde, como Jacumã, Tambaba e outros, mas de alguma forma organizaram-se filiados a uma das quatro aldeias (Palitot; Cruz, 2022).

Os impactos na saúde mental dos povos indígenas estão relacionados ao contato com a sociedade dominante, às mudanças ambientais e às violências sofridas. O contato com a sociedade dominante traz preocupações com as transformações possivelmente degradantes da identidade, da cultura e do território. As mudanças ambientais, como a degradação do meio ambiente e a exploração dos recursos naturais, causam impactos na saúde física e mental. De acordo com Wayhs, Bento e Quadros (2019), na sua discussão sobre as políticas públicas em saúde mental indígena do Brasil, dados do Ministério da Saúde reconhecem os indígenas como uma população em extrema vulnerabilidade com altas incidências de consequências psicossociais. Além desses impactos já citados, o processo de reivindicação territorial é complexo, concomitantemente, durante esse período, os membros das comunidades indígenas Tabajara enfrentam várias formas de preconceito a partir do momento do seu reconhecimento étnico, vivenciando

dificuldades financeiras quando começam se reorganizar e lutar pela demarcação de suas terras e vários conflitos com a sociedade local. Na compreensão desse artigo, as formas de preconceito aqui descritas, assim como o quadro de agravamento das condições sociais e de saúde dessa população, são expressões do racismo estrutural (Almeida, 2019).

Os conflitos em torno das reivindicações territoriais indígenas são processos que muitas vezes envolvem ações de violência e destruição de comunidades e suas culturas. Apesar disso, as reivindicações territoriais continuam presentes, sobretudo em áreas estratégicas do ponto de vista ambiental e econômico (Bragato; Bigolin Neto, 2017). Nesse contexto, os indígenas em processo de reivindicação do território enfrentam dificuldades socioeconômicas, racismo, marginalização e diversas formas de ameaças à sua identidade cultural.

Um exemplo é a situação enfrentada pelos indígenas Tabajara da Paraíba, cuja reivindicação pelo seu território tem impactado de diversas formas nos modos e condições de vida do seu povo. A questão que se desdobra desse cenário e que orientou essa pesquisa foi a seguinte: De que forma a reivindicação pelo seu território ancestral vem afetando os indígenas Tabajara da Paraíba e como isso contribui para desdobramentos negativos no que se refere a questões de saúde mental?

A primeira dimensão da relevância desse estudo diante dos indígenas Tabajara da Paraíba é trazer a minha contribuição para meu povo como pesquisadora e indígena Tabajara. Sou Agente Indígena de Saúde (AIS) da aldeia Barra de Gramame, e desde o início do processo de reivindicação territorial estou acompanhando de perto e participando das reivindicações dos direitos e da demarcação do território ancestral. Através do meu trabalho como AIS, foram levantados questionamentos sobre a saúde mental do povo indígena Tabajara da Paraíba, decorrente do processo de reivindicação territorial, visto que as ameaças, a violação dos direitos e as formas de racismo podem levar a sentimentos de desarraigamentos e deslocamento, afetando a saúde mental e bem-estar dessa população.

Além disso, é importante conhecer os fatores que podem estar contribuindo para o problema, para que possa ser compreendido e que a pesquisa contribua oferecendo sugestões para implantações de políticas públicas específicas ou

aplicação de serviços de políticas já existentes, que venham a atender as demandas dessa população. Essa pesquisa também se justifica pelo propósito de possibilitar um olhar minucioso sobre os impactos negativos dos conflitos de terra, que podem acarretar problemas de saúde mental como a depressão e o aumento da mortalidade dos povos indígenas.

De acordo com Batista e Zanello (2016), a temática de saúde mental indígena passou a ser vista no final da década de 1990. No entanto, esse olhar permanece incipiente e fragmentado. Apesar de todos os avanços, a saúde das populações indígenas é uma questão pouco discutida e explorada no Brasil. Através das pesquisas realizadas na plataforma de estudo Scielo foram encontrados poucos artigos com o cruzamento dos indexadores “saúde mental” e “indígena”, resultando em 7 publicações, algumas destas utilizadas ao longo da fundamentação teórica deste trabalho. Dessa forma, mesmo com a escassez de literatura científica que aborda a saúde mental dos povos indígenas, é possível contar com as referências técnicas fornecidas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), para embasar e orientar a atuação de psicólogas (os) nesse contexto. A utilização dessas referências contribui para uma prática mais ética, respeitosa e efetiva, buscando promover o bem-estar e a saúde mental dessas comunidades de forma culturalmente sensível (Cfp, 2022). Por isso, é de extrema relevância fazer estudos sobre as questões de saúde mental do povo indígena Tabajara da Paraíba diante da reivindicação territorial.

Nesse sentido, desenvolver uma pesquisa que busca compreender os impactos desse processo na saúde mental na comunidade, pode estimular a construção de estratégias para promover a saúde mental em colaboração com os indígenas dentro do seu território, assim como abrir caminhos para o enfrentamento do racismo estrutural. Como indígena Tabajara, agente indígena de saúde e estudante do curso de psicologia, a minha contribuição como pesquisadora é fundamental nesse processo.

A pesquisa realizada teve como objetivo geral compreender como a luta pelo território vem impactando na saúde mental do povo indígena Tabajara da Paraíba. E como objetivos específicos descrever o processo de reivindicação territorial e os possíveis determinantes sociais da saúde mental associados a essa luta; investigar através das percepções dos próprios indígenas, os problemas de saúde mental na

comunidade; e analisar o processo de reivindicar a identidade indígena, buscando refletir sobre as possíveis implicações na saúde mental decorrentes do racismo e de outras formas de exclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Povos Indígenas no Nordeste

Durante muito tempo, os indígenas do Nordeste foram negligenciados pelos estudos antropológicos e diversos autores da época consideravam que a região não tinha mais populações indígenas. Essa negligência era resultado de um estigma fundamentado nos estereótipos que os pesquisadores tinham em relação aos povos indígenas do Nordeste, como a ideia de que eles eram “misturados” em comparação com outras culturas (Oliveira, 1998). Essa visão estigmatizada dos indígenas em aldeamento como “misturados” foi parte de uma narrativa que justificava o processo de assimilação cultural; ao apresentar os indígenas “puros” do passado, ideal inatingível, como referência e parâmetro para o reconhecimento como indígenas, a antropologia da época negava a possibilidade das culturas indígenas do Nordeste se desenvolverem e se transformarem ao longo do tempo.

No entanto, as pesquisas antropológicas e etnográficas realizadas na região demonstraram a permanência dessas populações indígenas, envolvidas em processos de resistência à colonização e à assimilação cultural. Historicamente, o órgão indigenista sempre demonstrou desinteresse e hesitação em trabalhar junto com os indígenas do Nordeste, onde os grupos indígenas estavam inseridos e integrados a sociedades regionais pelo seu alto grau de incorporação econômica (Oliveira, 1998). Em contrapartida, após os anos 80 os movimentos indígenas se intensificam na região Nordeste, lutando pelo reconhecimento étnico e territorial. A partir daí os povos indígenas do Nordeste passaram a se mobilizar em processos de territorialização, movimentos impulsionados pelo surgimento de novas concepções sobre a identidade indígena e a importância da preservação da diversidade cultural (Oliveira, 1998).

2.2 Processo de Etnogênese

O termo etnogênese é definido como o processo pelo qual novos grupos étnicos são formados através da redefinição de fronteiras culturais e identidades

étnicas e distintas. Portanto, a antropologia recorreu ao conceito compreendendo que os grupos étnicos, ao longo da história, vivenciam processos de construções identitárias dinâmicas. Olhar as dimensões culturais envolvidas em cada caso proporciona uma visão mais ampla e profunda dos processos de formação de grupos étnicos, suas relações com outros grupos, bem como as formas de resistência e reivindicação política de seus direitos de reconhecimento social. Além disso, a emergência de novos grupos étnicos também está relacionada às lutas por reconhecimento e valorização das identidades culturais minoritárias, bem como aos processos de resistência contra as práticas de racismos e de exclusão social (Hill, 1996 *apud* Bartolomé, 2006).

Ainda de acordo com Bartolomé (2006), a etnogênese é um processo dinâmico e contínuo, que não se restringe apenas à formação inicial de um grupo étnico, mas pode ocorrer em diferentes momentos históricos, conforme as condições sociais e políticas mudam. Ao longo da história, diversos fatores contribuíram para o processo de etnogênese, como a migração, a invasão dos territórios originários, a colonização, a escravidão, as guerras, as migrações forçadas, entre outros. Cada um desses fatores pode gerar uma dinâmica particular de interação entre grupos humanos, que pode ou não levar à reivindicação de novos grupos étnicos ou à transformação da identidade étnica existente.

No caso dos povos indígenas, a etnogênese remete ao momento em que eles passaram a se reconhecer como grupos distintos, com suas próprias culturas, línguas e tradições, este processo foi imposto pela violência da colonização. Durante séculos, os povos indígenas tiveram que redefinir suas identidades à medida que lidavam com novas realidades políticas, sociais e culturais impostas pelo mundo externo (Bartolomé, 2006).

A partir do século XX, surgiram movimentos indígenas de resistência e de afirmação étnica que ajudaram a consolidar essas identidades e a reivindicar seus direitos coletivos. A luta pela terra, pela autonomia e pela valorização da cultura e das tradições indígenas foram algumas das principais bandeiras desses movimentos (Fernandes, 2018). Portanto, o processo de etnogênese para os povos indígenas significa reconhecer que esses povos têm o direito e a capacidade de se auto definirem, de se afirmarem como sujeitos políticos e culturais e de se manterem fiéis

às suas tradições e cosmovisões, bem como reinventá-las a partir dos fragmentos culturais que resistiram ao violento processo de colonização e genocídio. Tendo em vista que a etnogênese é um processo de auto definição, é preciso considerar que mobiliza o fenômeno da identidade.

2.3 Identidade

A identidade é um fenômeno complexo, que inclui tanto aspectos pessoais quanto culturais e sociais, não é algo fixo ou estático, mas sim fluido e mutável ao longo do tempo. Além disso, a construção da identidade envolve uma série de fatores, como as experiências de vida, a educação recebida, a pertença a grupos sociais específicos, entre outros. A identidade pode ser entendida como um processo dinâmico de construção e reconstrução da própria imagem, que se faz na inter-relação com outras pessoas e realidades sociais (Oliveira, 2000).

O processo da construção identitária dos povos indígenas foi longo e complexo, marcado pela luta pela preservação das tradições e costumes ancestrais, pela defesa de seus territórios e pela luta contra a dominação colonialista e a imposição de valores e crenças estrangeiras, esses grupos sociais foram submetidos a diversos processos de preconceito e violação de seus direitos culturais. Ainda assim, muitos deles mantiveram e continuam mantendo suas tradições e formas de expressão cultural (Chiriboga, 2006).

Correia e Viana (2023) destacam que a identidade indígena não pode ser compreendida apenas como algo estático ou homogêneo. Segundo elas, há diversas formas de vivenciar a cultura e a identificação com o grupo social de origem, que variam conforme as experiências pessoais e as dinâmicas socioculturais presentes em cada comunidade. Por outro lado, a identidade indígena muitas vezes é associada a estereótipos negativos e preconceitos raciais, gerando o processo de estigmatização dos povos indígenas.

O estigma é uma marca social que se utiliza para designar as características ou diferenças de uma pessoa considerada negativa pela sociedade, atribuída a um indivíduo ou grupo, geralmente com base em estereótipos e preconceitos (Goffman, 1988 *apud* Nascimento; Leão, 2019). Do mesmo modo, o estigma com os povos indígenas é um problema antigo e recorrente na sociedade brasileira. O processo de

estigmatização e o preconceito podem afetar negativamente o acesso aos cuidados de saúde, principalmente, aos grupos sociais como os povos indígenas. Esse preconceito reflete-se em diversas áreas, como na literatura, em que personagens indígenas são tratados de forma discriminatória e preconceituosa, sendo vítimas de estereótipos negativos, como serem considerados "preguiçosos", "selvagens" ou "atrasados". Esse estigma é perpetuado por diversos fatores, como a falta de informação sobre a cultura e a história dos povos indígenas, a invisibilidade e marginalização a que são submetidos, além de políticas públicas insuficientes para garantir seus direitos e preservar seus territórios (Ferreira, 2013). O processo de estigma compõe a experiência do racismo, pois é a partir dos atributos sociais profundamente depreciativos associados aos povos indígenas, que se justifica e se invisibiliza a violência física e verbal por causa da cor de sua pele, da sua cultura ou de suas características físicas.

2.4 Racismo Estrutural e a População Indígena

O Racismo estrutural se baseia na compreensão de que é um sistema de opressão e discriminação estruturado hierarquicamente, em que certos grupos raciais são socialmente privilegiados em detrimento de outros. O racismo vai além de atitudes individuais de preconceito ou discriminação racial, pois é um fenômeno abrangente que permeia todas as esferas da sociedade (Almeida, 2019). João Pacheco de Oliveira enfatiza que o racismo é uma construção social e histórica que molda as relações entre grupos raciais, influenciando a distribuição de poder, recursos e oportunidades (Oliveira, 1997).

Segundo Oliveira (1997), o racismo estrutural contra os povos indígenas está enraizado na sociedade brasileira, e isso se reflete na marginalização e discriminação sistemática enfrentadas pelos indígenas. Ele destaca que a dominação colonial, presente desde o período do descobrimento, ainda influencia as relações entre a sociedade brasileira e os povos indígenas. Essa dominação resultou no despojamento de terras tradicionais, na imposição de valores culturais, na violência física e simbólica, bem como na negação dos direitos básicos dessas populações. Além disso, o racismo estrutural permeia as instituições do país, o que dificulta o acesso dos indígenas a serviços básicos, como saúde, educação e justiça.

3 METODOLOGIA

A pesquisa em questão foi desenvolvida na comunidade indígena Tabajara da Paraíba que se encontra no Litoral Sul da Paraíba no município de Conde, focando na observação direta do fenômeno estudado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória (Gil, 2008). A amostragem utilizada foi a amostragem bola de neve, onde os participantes foram selecionados a partir de indicações de outros participantes (Vinuto, 2014).

Os instrumentos e técnicas de coleta dos dados utilizados foram um questionário socioeconômico, a entrevista aberta, a entrevista de história de vida temática e a observação do participante. 1) O questionário socioeconômico consistiu em um instrumento utilizado para coletar informações e dados objetivos sobre o perfil socioeconômico. 2) A entrevista aberta é uma técnica de pesquisa qualitativa que consiste em realizar entrevistas com perguntas pré-estabelecidas sobre um determinado tema, mas permitindo a livre expressão do entrevistado (Augusto; Souza; Dellagnelo; Cario, 2013). 3) A observação participante é uma técnica de coletas de dados que consiste na observação direta dos fatos, comportamentos e interações sociais dos sujeitos envolvidos em um determinado contexto.

A partir desse método, a pesquisadora experimentou um novo lugar de inserção no grupo pesquisado, uma vez que é parte do grupo. Se colocando como observadora atuante, buscou compreender a dinâmica e as relações sociais presentes no local (Cruz Neto *et al.*, 2002). 4) A história oral de vida temática consiste em uma técnica de pesquisa que visa coletar informações e narrativas de experiências passadas por meio de falas de pessoas que vivenciaram tais acontecimentos. Essa técnica buscou capturar depoimentos orais sobre o processo de reivindicação territorial (Silva; Barros, 2010).

A coleta de dados foi interrompida quando, seguindo a orientação do ponto de saturação, já havia a compreensão de que os objetivos da pesquisa tinham sido alcançados. A composição da amostra foi finalizada então com 8 participantes (Fontanella; Ricas; Turato, 2008). Os nomes citados pelos entrevistados foram alterados de acordo com as questões de ética para a preservação da identidade, só ficaram os representantes da história de vida temática para compreensão dos relatos. A análise dos dados foi realizada utilizando o método hermenêutico-dialético, que

busca compreender o significado dos dados em relação aos contextos sociais, econômicos e culturais (Minayo *et al.*, 2002). Ademais, questões éticas foram respeitadas de acordo com as resoluções do Conselho Nacional de Saúde. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário UNIESP (CEP), com a numeração da aprovação do CAEE 74397623.6.0000.5184 e aceito no dia 29 de setembro de 2023.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Perfil Sócioeconômico

Nesse sentido, exibimos a seguir uma tabela com a síntese do perfil socioeconômico dos participantes. A tabela socioeconômica inclui os dados mais relevantes sobre o perfil dos participantes indígenas da comunidade Tabajara. Essas informações são essenciais para compreender o nível socioeconômico da comunidade.

Tabela 01: Dados socioeconômicos dos participantes

Variáveis	n°	%
Faixa etária		
23 a 26 anos	1	12.5
27 a 30 anos	3	37.5
31 a 45 anos	1	12.5
46 a 50 anos	1	12.5
51 a 64 anos	2	25
Acima de 65 anos	-	-
Gênero		
Mulher Cis	4	50
Homem Cis	4	50
Mulher Trans	-	-
Homem Trans	-	-
Gênero Fluido ou não-binário	-	-
Orientação Sexual		
Heterossexual	8	100
Homossexual	-	-
Pansexual	-	-
Demissexual	-	-
Assexual	-	-
Estado Civil		
Solteiro (a)	3	37.5

Casado (a)	4	50
Divorciado (a)	-	-
Separado (a)	-	-
Viúvo (a)	-	-
União Estável	1	12.5
Nível de Escolaridade		
1° à 4° ano do ensino Fundamental I	3	37.5
5° à 9° ano do ensino Fundamental II	2	25
Ensino Médio	1	12.5
Ensino Superior	-	-
Especialização	1	12.5
Mestrado	1	12.5
Doutorado	-	-
Não estudou	-	-
Outros	-	-
Renda Familiar		
Nenhuma renda	2	25
Menos de 1 salário mínimo	1	12.5
Até 1 salário mínimo	3	37.5
De 1 a 3 salários mínimos	2	25
De 3 a 6 salários mínimos	-	-
Cômodos na Residência		

1 cômodo	-	-
2-3 cômodos	2	25
4-5 cômodos	5	62.5
6-7 cômodos	1	12.5
8 ou mais cômodos	-	-
Qual Aldeia Reside		
Aldeia Barra de Gramame	4	50
Aldeia Severo Bernardo	2	25
Aldeia Vitória	2	25
Aldeia Nova-Conquista (Taquara)	-	-

Fonte: Autoria própria.

4.2 A História do Conflito Sob a Perspectiva de Uma Liderança

Para escrever esse tópico, que visa dar ao leitor a possibilidade de conhecer a trajetória social recente do povo indígena Tabajara da Paraíba, utilizou-se uma entrevista de história oral temática, realizada com uma liderança indígena da localidade, que vivenciou diretamente os fatos relatados.

A perspectiva do entrevistado aborda a história do conflito territorial, que de acordo com sua narrativa teve início em 2005, a partir do tronco genealógico Sivino. Ednaldo e Carlinhos, juntamente com outros familiares, uniram-se, dando início ao movimento.

O Processo de reivindicação territorial por Tabajara se inicia em 2005. Ele se inicia a partir do tronco Sivino. Alguns familiares do tronco Sivino principalmente a partir de Ednaldo, que veio, se juntou com Carlinhos aqui da Aldeia Barra de Gramame, se juntou com meus avós e meus tios. E aí começou essa movimentação. Inicialmente, a gente tinha ido, na verdade, Ednaldo, avô e Biu e João Boinho tinham ido simplesmente reivindicar um lote de terra que a gente sabia que era dono lá no sítio dos caboclos. Só que aí, quando a gente chega lá, aí chega no INCRA. Aí que a gente fala... a gente não... Na verdade, são memórias dada por Ednaldo, avô, Biu e João Boinho. Chega lá... Eu digo porque eu já tava em movimento naquela época (Entrevistado 4).

Através da perspectiva dessa liderança, é possível traçar a história do conflito territorial enfrentado pelos Tabajara, marcada pela luta pela posse de suas terras e pelos efeitos prejudiciais provocados por projetos de desenvolvimento e colonização. Essa visão amplia nossa compreensão dos desafios enfrentados por essa comunidade indígena.

4.2.1 Entre O INCRA⁵ e a FUNAI⁶: a reconstituição do povo Tabajara

Nessa fala do entrevistado, podemos observar a dificuldade enfrentada pelo povo indígena Tabajara ao buscar reconhecimento de suas terras. Inicialmente, ao procurarem o INCRA, eles são informados de que a questão não é de responsabilidade desse órgão e que deveriam buscar apoio na FUNAI.

E aí chegaram pra reivindicá-la no INCRA, explicaram o que era os caboclo, e aí o INCRA, disse não, não é com agente, não. Quem vai apoiar a história de vocês deve ser com a FUNAI, então porque não tem nenhum relato histórico, não tem nenhum relato de que vocês foram assentados pela reforma agrária. Então eu acho que você tem que ir na Funai pra buscar essa história aí quando chega na Funai, a Funai também não tem nenhum relato sobre o povo Tabajara e mandaram procurar universidade. Chega na universidade, eles encontram Estevão⁷, e aí Estevão começa a lembrar que já tinha lido os textos sobre os Tabajara aqui do litoral sul da Paraíba. O povo indígena da Jacoca e disse, ah, vocês são os Tabajara. Vocês são os caboclos, lá do sítio dos caboclos, lá de perto de Gurugi, então vocês são os Tabajara, Então, a partir daí aqui se inicia essa movimentação. Ela se inicia porque a gente, na verdade, queria só uma terra que a gente lembrava que era da nossa avó. E a partir disso, uma história ela se abre, um leque de uma história se abre. Para um movimento que é muito maior do que a gente queria (Entrevistado 4).

Esse relato retrata a luta enfrentada pelo povo indígena Tabajara para terem seus direitos reconhecidos e suas histórias valorizadas. A necessidade de buscar informações em diferentes instituições revela a falta de registros e documentação adequada, o que muitas vezes dificultou o reconhecimento étnico.

⁵ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

⁶ Fundação Nacional dos Povos Indígenas

⁷ Estevão Palitot é professor do departamento de antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

4.2.2 Etnogênese: reconhecendo-se como Tabajara

A fala do entrevistado indica um processo de etnogênese, que é o reconhecimento e a afirmação de uma identidade étnica. No início, a comunidade não buscava uma identidade específica, apenas consideravam-se um lote de terra. No entanto, ao ter contato com os Potiguara e participar de reuniões da APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), começaram a construir sua reivindicação identitária.

De início a gente não estava querendo movimentação, a gente não estava querendo identidade, a gente não estava querendo se dizer que era tabajara, e sim simplesmente um lote de Terra. Só que a luta ela se desdobra de uma forma totalmente diferente. E aí a gente começa a ter contato com os Potiguara, começa a ir para os Potiguara, começa a ir para as reuniões da APOINME. Eu acho, se eu não me engano, acho que foi em 2007 a primeira reunião que a gente foi participar da APOINME lá em Baía da Traição... o encontro da APOINME que teve e a partir daí também, parte desses vínculos com os Potiguara, a gente também começa a construir essa nossa reivindicação identitária. E aí a gente começa a viajar pra Brasília, Ednaldo, Carlinhos começa a viajar para Brasília reivindicar nossos direitos, assim, muito pouco tempo, né? Depois de 2005, em 2009, para 2010. Na verdade, a gente iniciou-se o processo de construção do relatório de fundamentação antropológico. É a Funai, ela constitui um grupo de trabalho. Que foi um grupo contratado pela Funai, através da associação brasileira de antropologia, é... onde o coordenador era Fábio Mura, aí tinha Estevão, Alexandra e Amanda Marques, que é geóloga, e eles vieram fazer esse relatório de fundamentação antropológica, né? Que é mostrando como que se dá essa ocupação, essa história. Como que se fundamenta essa história desse povo indígena aqui do litoral sul da Paraíba. Então eles vêm para buscar os relatos e a partir dos relatos que o pessoal ia contando, eles também iam ligando. Alguns relatos históricos, que existiam no Museu Nacional, tudo mais, construíram esse relatório de fundamentos antropológicos (Entrevistado 4).

O processo de etnogênese envolveu a coleta de relatos e a conexão dessas informações para construir o relatório antropológico. Esse documento destacou a história e as bases para o reconhecimento da identidade indígena Tabajara. Portanto, a fala do entrevistado retrata a transformação da percepção da comunidade, que inicialmente não buscava uma identidade étnica, mas passou a reconhecer-se como Tabajara através de contatos com outros grupos indígenas, participação em movimentos e reivindicação de direitos. O processo de etnogênese e a capacidade dos grupos indígenas de se reconfigurarem e se reconstruírem como resultado de

diferentes contextos históricos, sociais e políticos (Oliveira, 1998). Nesse sentido, a coleta de relatos e a conexão dessas informações têm sido fundamentais para reconstruir a história e as bases da identidade indígena Tabajara.

4.2.3 Retomada: o início do processo de reivindicação territorial

Em 2012 ocorreu a primeira retomada, que foi em Mukatu, numa fábrica de cimento. Esse processo de retomada aconteceu após os assentados terem chamado a comunidade para reivindicar a área que fazia parte da sesmaria da Jacoca.

E aí, passa-se o tempo e em 2012, a gente faz a nossa primeira retomada. E acho que no final de 2011, 2011 para o início de 2012, acho que por aí mais ou menos. Nossa primeira retomada, que foi em Mukatu, numa fábrica de cimento, a gente foi chamado lá pelos assentados, é, já que a gente já entendia que aquela área ali fazia parte da sesmaria da Jacoca. [...] A gente começa a se juntar, em uma das nossas unificações e vem o estudo de demarcação... Que foi em 2015, que ele se inicia de 2015 a 2017. E aí assim, eu estou fazendo essa, contando essa história pra mostrar essa nossa trajetória até aqui. Então aqui hoje a gente já tem uma saúde relativamente diferenciada, a gente ainda tem e que ainda precisa da oficialização desse estudo que foi feito em 2015 e foi completado agora recentemente, precisa da oficialização dele pra gente ter essa concretude mesmo de uma saúde diferenciada, mas a gente mesmo já teve vários resultados positivos a partir dessa nossa reivindicação que se inicia em 2005 (Entrevistado 4).

Nesse processo de reivindicação territorial, a comunidade passou por diferentes fases e desafios ao longo dos anos. Desde a primeira retomada em 2012, a comunidade percebeu a importância de unir forças e buscar soluções coletivas para garantir seus direitos e preservar sua cultura e território.

A saúde diferenciada mencionada no relato refere-se à forma como a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), por meio do Distrito Sanitário Especial Indígenas (DSEI), oferece atendimento básico de saúde para a população indígena, especificamente o povo Tabajara. Essa abordagem diferenciada considera a cultura, os costumes e as necessidades específicas desse grupo étnico. As equipes multidisciplinares da SESAI fornecem assistência na própria comunidade indígena, na oca, pois atualmente não há estruturas de atendimento adequadas disponíveis. A falta de oficialização das terras indígenas dificulta a construção de Unidades Básicas de

Saúde Indígena (UBSI) e outras infraestruturas necessárias para oferecer assistência adequada à população Tabajara.

4.3 Sentidos e Impactos da Luta Pela Terra na Saúde Mental do Povo Indígena Tabajara

Aqui são analisados os resultados das entrevistas abertas, a partir das quais emergiram categorias relacionadas aos objetivos geral e específicos da pesquisa. Com base nos depoimentos, elaboraram-se os relatos e as discussões das ideias relacionadas às categorias de 1) Impactos do Processo de Reivindicação Territorial na Saúde Mental; 2) Identidade e Racismo; 3) Estratégias dos Tabajara para a promoção do cuidado à Saúde Mental.

A saúde desses povos está intrinsecamente ligada à terra, e esses determinantes sociais têm um impacto direto na saúde mental das comunidades como um todo (Wayhs; Bento; Quadros, 2019). Essa correlação é evidenciada pelos relatos dos entrevistados, quando expostos aos conflitos.

4.3.1 Impactos do processo de reivindicação territorial na saúde mental

Como o povo Tabajara através dessas entrevistas percebe o sofrimento psicológico no território? As entrevistas mencionam que a ansiedade, depressão e comportamentos estressados têm sido observados. Diante dos relatos das falas, foi possível identificar conteúdos nos impactos do processo de reivindicação territorial na saúde mental.

Sim, ansiedade, depressão, estresse. Eu fico pensando isso sobre nós (Entrevistada 1)

Mas percebi nas pessoas, minhas irmãs assim como te falei. Como Araci, comportamentos estressados e ansiosos (Nome fictício, entrevistado 3).

Tenho notado, ansiedade e depressão (Entrevistada 5).

Essas tensões psicológicas resultantes do processo de reivindicação territorial podem levar a uma série de sintomas e problemas de saúde mental. A ansiedade é uma resposta comum, caracterizada por preocupações excessivas, inquietação e

sensação de perigo iminente (Moura *et al.*, 2018). Essa ansiedade pode ser tanto generalizada, afetando diversos aspectos da vida diária, quanto específica, relacionada diretamente ao processo de reivindicação territorial.

A depressão também é uma consequência frequente dessas situações. Os sentimentos de tristeza profunda, falta de interesse, desesperança e baixa autoestima podem se instalar à medida que os indivíduos se deparam com desafios contínuos, perdas e incertezas (Feitosa; Bohry; Machado, 2011). A perda do território, que muitas vezes representa a conexão emocional e ancestralidade da comunidade, pode ser particularmente dolorosa.

O estresse é um fator emocional comum durante o processo de reivindicação territorial, que frequentemente envolve confrontos com partes interessadas externas, como empresas e governos locais. Esses conflitos podem se arrastar por períodos prolongados, gerando uma constante sensação de pressão e sobrecarga emocional. A incerteza e os confrontos podem sobrecarregar as pessoas envolvidas, levando a sintomas físicos e mentais, tais como insônia, tensão muscular, fadiga e irritabilidade (Joca *et al.*, 2023).

Segundo Góis (2008) a continuidade do estresse leva ao desestresse ou estresse crônico, um estado emocional negativo que desorganiza o organismo como um todo, enfraquecendo seus vínculos familiares e comunitários. Além disso, quando a frustração não pode ser resolvida há a sensação contínua de falta de controle sobre a vida, que amplia a intensidade do estresse e impulsiona a constituição da ansiedade e de outros tipos de sofrimento emocional como a depressão. Outros conteúdos presentes nos relatos dos entrevistados incluem violências, traumas, questões econômicas e a negligência das instituições.

4.3.2 Violência e trauma

Além dos elementos apresentados anteriormente, os conflitos territoriais frequentemente resultam em violência e traumas. As participantes destacam a sensação de ameaça, falta de segurança, medo e questões psicológicas e sociais decorrentes desse contexto. Uma das entrevistadas relata um episódio específico de violência, mencionando que acordou com balas de borracha disparadas pela cavalaria da polícia no acampamento em que estavam.

Um acontecimento que houve na reivindicação foi acordar com balas de borrachas pela cavalaria da polícia, no acampamento que estávamos. E o senador Padre Frei Anastácio que é um apoiador da causa indígena sendo agredido por estar defendendo as causas de nós, indígenas (Entrevistada 1).

Nota-se que no processo de reivindicação viemos sendo afetados como ameaça e falta de segurança, de tal forma isso afeta diretamente a saúde emocional, bem como vivenciamos o medo e questões psicológicas e sociais (Entrevistada 5).

Essas participantes também relatam obstáculos adicionais que enfrentaram durante o processo de reivindicação. Uma delas, que é uma liderança mulher menciona ter sido presa em seu próprio território enquanto defendia o meio ambiente contra o desmatamento e a destruição dos rios. Ela descreve essa experiência como um sequestro, ressaltando que ela e o cacique foram presos por defenderem o território, as matas, os animais e o meio ambiente.

O meu obstáculo é, enfrentei prisão no nosso território, no qual nós fomos fazer um processo de meio ambiente, defender o meio ambiente que a mata estava sendo desmatada e o rio estava sendo *desfasado*, então por nós defendermos o nosso território, nossos ambientes, nossas matas, nossos bichos, fui eu e o cacique Carlos preso e ao mesmo tempo sequestrados, né? E por nos defender, gente passou nesse processo (Entrevistada 2).

Esses relatos demonstram as consequências profundas da violência e do trauma vivenciados pelas participantes. Há diversos motivos pelos quais a terra é o foco principal do patrimônio indígena. Primeiramente, a relação estreita que as comunidades indígenas possuem com a terra é de natureza cultural, social, econômica e espiritual, sendo fundamental para sua sobrevivência material e preservação cultural. A ligação com a terra é uma parte intrínseca de sua identidade e modo de vida. Além disso, é possível observar que os povos indígenas que possuem suas terras ancestrais demarcadas, homologadas e regularizadas sofrem menos violências e enfrentam menos precariedade em comparação com aqueles que não possuem esse direito garantido.

A demarcação das terras proporciona uma maior segurança e autonomia para essas comunidades, permitindo que elas exerçam seus modos de vida tradicionais, como a agricultura sustentável, a pesca e a caça, além de preservar suas culturas e

tradições (Cimi, 2010). A ameaça constante, a falta de segurança física e emocional, bem como a violência direta, geram impactos significativos em sua saúde e bem-estar.

4.3.3 Questão econômica

A disputa territorial pode ter um impacto significativo na economia local, afetando os meios de subsistência das comunidades indígenas (Paz, 2023). As falas dos entrevistados indígenas destacam alguns dos principais desafios econômicos enfrentados durante e após o processo de reivindicação territorial. Esses desafios incluem o medo e a falta de segurança e a escassez de alimentos.

Entre os obstáculos, o medo, a falta de segurança, escassez de alimentos, a discriminação (Entrevistada 5).

Enfrentamos vários obstáculos, não tem uma economia adequada (Entrevistada 7).

O processo de reivindicação territorial resulta na restrição do acesso dos indígenas às suas terras tradicionais, o que limita suas possibilidades de coleta de alimentos. Além disso, a presença de empreendimento pode ocasionar a degradação ambiental, afetando ainda mais a disponibilidade de recursos naturais. Essa escassez alimentar coloca as comunidades indígenas em uma situação de maior vulnerabilidade econômica. A pobreza e a busca por sobrevivência em condições extremas – de acordo com o cenário apresentado aqui – parece estar de acordo com a compreensão de Góis (2008, p. 128), quando afirma que a ansiedade em pessoas pobres: “está ligada às questões imediatas de sobrevivência com história de pouca ou nenhuma solução, tais como a fome, a violência iminente, a desorganização familiar, o desemprego ou o péssimo salário em uma dura jornada de trabalho”.

4.3.4 Negligências das instituições

Além disso, há também a questão da negligência das instituições. Muitas vezes, os conflitos territoriais revelam falhas no sistema jurídico e na governança local. A falta de regulamentação clara e a ausência de mecanismos eficazes para resolver disputas podem contribuir para a escalada e a perpetuação desses conflitos. Essa lacuna institucional torna ainda mais difícil para as partes envolvidas encontrar uma solução.

Em relação a isso a atuação das autoridades públicas são neutras. A FUNAI não ajuda porque não vejo muitas coisas para ajudar (Entrevistada 1).

Da FUNAI está bom o apoio que estão nos dando, mas a prefeitura não está dando, porque na realidade deixar a desejar. Eles faz por um e por outros não (Entrevistado 3).

São instituições que apoiam a causa, porém deixa muito a desejar quando se fala de Demarcação de territórios indígenas (Entrevistada 5).

As entrevistadas expressaram insatisfação com a atuação das autoridades públicas, tanto a FUNAI quanto a prefeitura local, no que diz respeito à demarcação de territórios indígenas, mas também aos cuidados de saúde da sua população. Perguntados sobre se houve algum tipo de suporte durante o processo de reivindicação territorial, a maioria relata não ter recebido qualquer tipo de apoio institucional.

Embora reconheçam que a FUNAI tem oferecido algum suporte, há críticas em relação à efetividade desse apoio. Por outro lado, a prefeitura é apontada como negligente e seletiva em seu suporte, demonstrando falta de compromisso com a causa indígena. Essas percepções levantam preocupações sobre a imparcialidade e a eficácia das autoridades públicas no processo de demarcação de territórios indígenas. As entrevistadas destacam a necessidade de um suporte mais consistente e abrangente, que atenda às demandas e garantias legais dos povos indígenas.

4.4 Questões de Identidade e Racismo

Segundo Ciampa (1984), a identidade é uma abordagem complexa e multifacetada que enfatiza a natureza dinâmica e social da construção identitária, destacando o papel do trabalho e das relações sociais na formação das identidades individuais e coletivas. Ele enfatiza a importância da interação social e da linguagem na formação da identidade. Nesse sentido, nos relatos dos entrevistados de adotar nomes indígenas nas redes sociais demonstra um esforço de construir e afirmar a sua identidade étnica. Principalmente diante de estereótipos e preconceitos que eles enfrentam em seu cotidiano, eles buscam reafirmar a sua ancestralidade e resistir às tentativas de apagamento de sua cultura.

5º ano de luta começamos a trabalhar a parte da afirmação da identidade nas redes sociais como meu nome era Ubiratã, comecei a

colocar como Ubiratã Tabajara e sucessivamente com os outros indígenas (Nome fictício, entrevistado 6).

Além disso, a identidade é constantemente contestada e negociada no contexto social (Ciampa, 1984). Os relatos dos entrevistados sobre o silenciamento e negação de sua identidade indígena no litoral sul evidenciam as lutas e desafios enfrentados na construção e afirmação de sua identidade étnica.

Sofri, quando muitos dizem que no litoral sul não existe Tabajara pois nós foi silenciado [...] por não falar que era Tabajara nesse litoral sul, ou se não se falasse morria, então hoje a gente... e eu mesmo sofro muito racismo, preconceito, [...] que não existe Tabajara [...], que a gente tiver ouvindo que vem afetando diariamente (Entrevistada 2).

Sim, a gente indígena, já que nós convivemos na aldeia todos os dias, a gente sofre preconceito [...]. Não, tipo assim o que eu sou jamais vou deixar de ser e jamais vou abrir mão da minha identidade ou da minha etnia (Entrevistado 8).

Um dos principais questionamentos relacionados às vivências da população indígena Tabajara está associado às questões de identidade e pertencimento. Ao longo dos anos, essas comunidades têm passado por um processo de intensa desvalorização e perda de território, o que pode gerar um sentimento de deslocamento. Esses povos têm lutado para preservar suas tradições e resgatar sua memória cultural, buscando fortalecer sua identidade como povo indígena e reafirmar seu direito de serem reconhecidos e respeitados.

Ao reafirmar sua identidade e, conseqüentemente, enfrentar as conseqüências do racismo na sociedade, muitos membros dessas comunidades começam a questionar e até mesmo negar suas próprias origens e cultura. Isso pode levar a problemas psicológicos, conforme mencionado pela entrevistada 2:

Então eu abordar sobre o processo do meu filho, Aruã, que hoje ele não participa da luta, por tanto do racismo e preconceito do povo Tabajara do litoral sul. Então Aruã hoje ele não usa um cocar, não participa do ritual, diz que não é indígena. Como é que ele não é índio se ele é filho de um indígena? Então hoje ele acredita, por tanto do racismo, tanto preconceito dentro dos colégios, que essa área tem que entrar dentro dos colégios e tirar esses tipos de preconceito para crianças que é indígena e hoje ele sente que não é pertencente do povo indígena Tabajara (Nome fictício, Entrevistada 2).

No caso de Aruã, filho da entrevistada 2, vemos como ele internalizou as mensagens negativas que recebeu em relação às suas origens e cultura, levando-o a negar sua própria identidade indígena. Segundo Ciampa (1984) as identidades são repostas e pressupostas, e são esses processos que orientam a constituição contínua do processo de identificar-se. Quando o povo indígena atua no sentido de fortalecer as identidades, através de histórias, símbolos, vestimentas e rituais, busca “repor” a identidade coletiva. Ao contrário disso, quando as pessoas de “fora” associam indígenas a estereótipos raciais estão pressupondo que aquela pessoa cabe nesses significados e deveria agir de acordo, nesse sentido, a discussão de identidade de Ciampa (1984) aproxima-se do debate de Goffman (1988 *apud* Nascimento; Leão, 2019).

Ao longo da história, podemos observar inúmeros exemplos de exclusão e dominação de diversos grupos na sociedade, motivados por diferentes razões. O racismo, que persiste até os dias de hoje, é um sistema de discriminação sistemática que se baseia na raça e se manifesta por meio de comportamentos conscientes ou inconscientes, resultando em desvantagens ou privilégios para diferentes indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual pertencem. Frequentemente, o preconceito racial é um julgamento baseado em estereótipos sobre pessoas que fazem parte de determinado grupo racial, podendo ou não levar a práticas discriminatórias (Almeida, 2019).

Além disso, os relatos indicam que a sociedade muitas vezes não reconhece a cultura e a forma de organização dos povos indígenas, levando a situações de racismo, como mencionado pelos entrevistados.

Sim, o preconceito ele é muito presente quando se fala de povos e comunidades tradicionais, a sociedade não tem conhecimento e com isso discrimina nossa cultura e nossa forma de organização (Entrevistada 5).

Muito o que a gente se pinta, tem vezes que a gente estava vendendo artesanato na Universidade Federal, eu e meu filho e por estar pintado eles não deixou a gente entrar no Uber. Deixou a gente lá e não levou. E a gente tem passado por muito preconceito e Racismo. O pessoal começa a brincar e através da brincadeira diz que você não é um indígena. Diz que não é para ter iPhone, não ter carro e nós somos a mesma coisa que os brancos (Entrevistada 2).

Sim, recebemos vários preconceitos nas instituições na prefeitura e também com alguns Povos indígenas por não ter um olho tão puxado

de não ter um cabelo liso em vários espaços políticos em âmbito Nacional, Regional, Estadual e Local e o maior preconceito dos próprios indígenas que perderam o território e pensam que não tem mais direito (Entrevistado 7).

Essas situações de exclusão, como terem sido impedidos de entrar em um Uber por estarem pintados e serem alvo de brincadeiras que questionam sua autenticidade indígena são constantes. Além disso, eles também destacaram o preconceito enfrentado em instituições e por outros povos indígenas. Esses relatos evidenciam como o racismo e o preconceito afetam a vida e a identidade dos indígenas Tabajara, gerando exclusão, discriminação e uma negação de sua própria cultura e herança.

4.5 Estratégias dos Tabajara Para A Promoção do Cuidado à Saúde Mental

Os entrevistados mencionam diferentes estratégias utilizadas pelos Tabajara para promover o cuidado da saúde mental em sua comunidade. A primeira entrevistada destaca a importância da medicina natural e do conhecimento presente no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), bem como a atuação de profissionais especializados, como psicólogos e psiquiatras. Ela também menciona que a participação em grupos, como o de mulheres, foi uma estratégia para a promoção da sua saúde e das demais mulheres do grupo. Nas abordagens dos Tabajara, tanto aspectos terapêuticos, como o uso da medicina natural e a presença de profissionais especializados, quanto aspectos educativos, como oficinas e o resgate da cultura e história do povo Tabajara, são valorizados. Essas estratégias visam fortalecer a saúde mental da comunidade de forma integrada, valorizando tanto o cuidado individual como o coletivo.

A Medicina Natural, Conhecimento Do CAPS, Os Especialistas Como A Psicóloga O Psiquiatra. Também O Processo Do Grupo Que Nós Temos Para [...] Trabalhar A Medicina Tradicional. Eu Sou Referência De Um Grupo De Mulher, Porque Eu Vivía Em Um Processo De Depressão E Como Eu Tinha Aquele Processo De Depressão, Eu Achei Trabalhar Com A Medicina *Terápica*. No Nosso Território Que Venha Melhorar O Problema Mental Das Mulheres, Se Sentar Conversar, Dialogar E Contar Da Dor Uma Da Outra. E Daí Eu Fui Melhorando E Hoje Estou Aqui Reivindicando, Junto Com Meu Povo (Entrevistada 2).

Atuação Com Acolhimento, Escuta E Realização De Atividades De Educação Em Saúde Para Promover Conhecimento A Comunidade Sobre A Temática E Orientar As Pessoas Que Precisam De Ajuda E Apoio Psicossocial (Entrevistado 5).

Com As Estratégias Educativas Com As Crianças, Jovens, Mulheres E Homens Como Oficinas De Cerâmica, Oficina Da Língua Materna Tupi-Antigo E Sobre A História Oral De Como A Gente Era De Como A Gente Reiniciou A Nossa Luta E Daí Empoderando Com Nossos Usos, Nossos Costumes, Nossas Tradições, Nossa Língua E Praticando Como Viver Novamente Em Uma Comunidade E Representar Um Povo (Entrevistado 6)

A comunidade é um espaço onde as pessoas se reúnem e interagem, refletindo aspectos da sociedade em que estão inseridas. É um local de moradia e residência permanente, onde ocorre o crescimento, a orientação e a proteção do indivíduo em relação à natureza e à sociedade. (Góis, 1994). Diante desse cenário, o autor aponta para dois possíveis caminhos para promover a saúde mental e enfrentar o desestresse: o apoio social e o desenvolvimento comunitário.

Os trechos de entrevista apontados acima parecem expressar a consciência de que o trabalho em grupos de apoio e o desenvolvimento da própria comunidade são fatores positivos para a melhoria da saúde mental. As entrevistas destacam a importância do apoio psicossocial no tratamento de problemas mentais, como a depressão. Além disso, ressaltam a necessidade de promover a saúde e o conhecimento dentro das comunidades, por meio de atividades educativas e de valorização das tradições e culturas locais. Essas informações nos levam a refletir sobre a importância das políticas públicas voltadas para a saúde mental, que devem incluir o acesso a terapias naturais e tradicionais, o fortalecimento dos serviços de saúde psicossocial, a promoção da saúde comunitária e a valorização das culturas e saberes locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo de compreender como a luta pelo território vem afetando a saúde mental dos indígenas Tabajara, descrevendo o processo de reivindicação territorial e os possíveis determinantes sociais da saúde mental associados a essa luta; e investigando através das percepções dos próprios indígenas, os problemas de saúde mental na comunidade; e analisar o processo de assumir a identidade indígena, buscando refletir sobre as possíveis implicações na saúde mental decorrentes do racismo e de outras formas de exclusão. Com base nos instrumentos utilizados, como o questionário socioeconômico, a entrevista aberta, a

entrevista de história de vida temática e a observação participante, foram obtidos resultados significativos.

Com resultados foi possível perceber as experiências de sofrimento psicológico entre os participantes devido às reivindicações territoriais. As experiências relatadas pelos entrevistados revelaram que o envolvimento nesse processo de reivindicação de território está intrinsecamente ligado a um quadro de resposta emocional que envolve sintomas de depressão, ansiedade e estresse. Os indivíduos enfrentam adversidades constantes, as quais são resultado das pressões externas e das tensões decorrentes das reivindicações. Isso inclui vivenciar traumas, ser vítima de violência por motivos raciais, lidar com conflitos interpessoais e enfrentar desafios psicossociais. Através das observações diretas, entrevistas e interações com a comunidade indígena, foram identificadas diversas questões relacionadas ao tema.

O trabalho de campo também permitiu perceber a importância do apoio comunitário e da mobilização social na resistência e na preservação da saúde mental. A solidariedade entre os membros da comunidade, a valorização da cultura indígena e a organização coletiva de fatores de proteção fundamentais para enfrentar os desafios enfrentados pelos Tabajara.

Por fim, o estudo aponta para necessidade de ações e políticas públicas efetivas para mitigar os impactos negativos do processo de reivindicação territorial na saúde mental dos indígenas Tabajara. É fundamental fortalecer os mecanismos de proteção e implementar intervenções que visem proteger e promover a saúde mental desse povo. Uma das contribuições sugeridas é o fortalecimento das redes de apoio comunitário, promovendo espaços seguros e acolhedores para que os indivíduos indígenas possam compartilhar suas experiências e buscar suporte emocional, considerando que foi mencionada a negligência das instituições locais perante a população indígena, principalmente no que diz respeito à saúde mental dessa população. O CREPOP traz uma cartilha de “REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS”, que buscam orientar a atuação das (os) psicólogas (os) nas diferentes realidades e contextos culturais dos povos indígenas, considerando suas especificidades e respeitando suas formas de conceber a saúde mental. Essa abordagem leva em consideração os aspectos socioculturais, históricos e territoriais dos povos indígenas, reconhecendo a importância de considerar esses fatores na promoção da saúde mental dessas comunidades (Cfp, 2022).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AUGUSTO, Cleiclele Albuquerque; SOUZA, José Paulo de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; CARIO, Silvio Antônio Ferraz. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da SOBER (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 51, n. 4, p. 745-764, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ/>. Acesso em: 24 maio 2023.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 39-68, abr. 2006. FapUNIFESP. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/fGbD5TshWKbCXScWRZt9hGH/#>. Acesso em: 14 maio 2023.

BATISTA, Marianna Queiróz; ZANELLO, Valeska. Saúde mental em contextos indígenas: escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. 2016. 12 f. **Estudos de Psicologia**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/8cWScCRZNYFkrbQw5LkwBTB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRAGATO, Fernanda Frizzo; BIGOLIN NETO, Pedro (org.). Conflitos territoriais indígenas no Brasil: entre risco e prevenção / indigenous land conflicts in brazil. **Revista Direito e Práxis**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 1-40, 8 mar. 2017. Mensal. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/dep.2017.21350>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/QwksQbVvrLyPMrsrYBzJjMk/>. Acesso em: 24 maio 2023.

CALLOU, Tiago Alves; MELO, Miguel Ângelo Silva de. Ritualística Tabajara: o toré como meio de avivamento étnico. **Odeere: Revista do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, [S.L.], v. 3, n. 5, p. 147-160, 2018. Mensal. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edições UESB. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/3677>. Acesso em: 09 mar. 2023.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) junto aos povos indígenas**. Brasília, DF: CFP, 2022. Disponível em: <https://Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologasos-Junto-aos-Povos-Indigenas.pdf> (cfp.org.br). Acesso em 15 dez. 2023.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento** (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984. Acesso em: 19 nov. 2023.

CIMI. (org.). Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2010. Brasília-Df: **Conselho Indigenista Missionário - Cimi**, 2010. 156 p. Capítulo I. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.iciict.fiocruz.br/bitstream/bvs/6104/2/903955672.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

CHIRIBOGA, Oswaldo Ruiz. O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do sistema interamericano. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, [S.L.], v. 3, n. 5, p. 42-69, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/xVYbxfpjbPwYk6dXB4s3WBr/>. Acesso em: 19 maio 2023.

CORREIA, Silvia Barbosa; VIANA, Luciana Maria Maia. Identidade indígena: olhares a partir da psicologia social. Fractal: **Revista de Psicologia**, [S.L.], v. 35, n. 2023, p. 1-10, 14 abr. 2023. Mensal. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação –

UFF. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/MBhnhjgzDQKxp5S3w4yqNhH/>. Acesso em: 19 maio 2023.

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu (org.). Teoria Método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FARIAS, Eliane Silva de; BARCELLOS, Lusival Antônio. **Indígenas Tabajara: ressignificando a cultura através das práticas educativas**. João Pessoa: **Realize**, 2017. 8 p. IV Congresso Nacional Educação CONEDU. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA6_ID10208_17102017000644.pdf. Acesso em: 19 maio 2023.

FEITOSA, Michelle Pereira; BOHRY, Simone; MACHADO, Eleuza Rodrigues; Depressão: Família e seu papel no tratamento do paciente. **Encontro Revista de Psicologia**. Vol. 14, nº. 21, Ano 2011. Disponível em: pgsskroton.com.br/seer/index.php/renc/article/download/2499/2393 Acesso em 12 de out. de 2023.

FERNANDES, Fernando Roque. Cidadanização e etnogêneses no Brasil: apontamentos a uma reflexão sobre as emergências políticas e sociais dos povos indígenas na segunda metade do século xx. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), [S.L.], v. 31, n. 63, p. 71-88, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/cdt6PLVVgWPMnvGRxNjsvMg/>. Acesso em: 14 maio 2023.

FERREIRA, Luciane Ouriques.O. **Estigma e Vulnerabilidade em Saúde Indígena: a prática mbyá do ‘esperar troquinho’ no centro de Porto Alegre, RS**. In: MONTEIRO, S., and VILLELA, W. comps. Estigma e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 161-181.

ISBN: 978-85-7541-534-4. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/hrc5s/pdf/monteiro9788575415344-12.pdf> . Acesso em: 19 maio 2023.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro.

Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. 2008. Curso de Ciências da Saúde, Cadernos de Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2008.v24n1/17-27/>. Acesso em: 24 maio 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008. 220 p.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Saúde comunitária pensar e fazer**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores. 2008. 257p.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. NOÇÕES DE PSICOLOGIA

COMUNITÁRIA. **Repositório Institucional- Ufc**, Fortaleza – Ceará, p. 1-70, 1994.

2ª Edição. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42535/1/1994_liv_cwlgois.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

JOCA, Sâmia Regiane L et al. Estresse, depressão e hipocampo Stress, depression and the hippocampus: francisco silveira guimarães. **Rev Bras Psiquiatr**, São Paulo, p. 46-51, 25 2023. Mensal. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbp/a/qbDTWLYkGg6VkXRQnYRVStF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu (org.). **Teoria Método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, Inara Moreno *et al* (org.). A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, Ariquemes, p. 423-441, 1 jun./jul. 2018. Mensal. Disponível em: [https://repositorio.unifaema.edu.br/bitstream/123456789/1649/1/MOURA%20et%20a l..pdf](https://repositorio.unifaema.edu.br/bitstream/123456789/1649/1/MOURA%20et%20a%20l..pdf). Acesso em: 12 out. 2023.

NASCIMENTO, Larissa Alves do; LEÃO, Adriana. Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 103-121, mar. 2019. Mensal. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702019000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/sNMq8fztJLGcfvsQ47ckrSn/>. Acesso em: 14 maio 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-93131998000100003>.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 3, n. 6, p. 61-84, out. 1997. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71831997000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/fh9cpRfmbxt4QNkmvnZyffg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 nov. 2023.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 15, n. 42, p. 07-21, fev. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/YdhBGdVXmppChKMyNkKTLjh/>. Acesso em: 17 maio 2023.

PALITOT, Estevão Martins; CRUZ, Amandda Yvonne Figueiredo da. **"Pisando em Terra**

Tabajara": conflitos e retomadas no processo de territorialização dos tabajara da paraíba.

2022. p. 01-14. Disponível em: https://www.33rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=779. Acesso em: 08 mar. 2023.

PAZ, Andréa Martucelli Magalhães. O POVO INDÍGENA YANOMAMI E A SUA LUTA CONTRA A VULNERABILIDADE. **Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro/Rj, p. 1-69, 2023. Semanal. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/33843/TESE%20PARA%20ENVIO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 nov. 2023.

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. Acesso em: 19 de nov. 2023.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira**. Serviço Social & Sociedade, [S.L.], n. 133, p. 480-500, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/?format=pdf#:~:text=Indigenous peoples and the right to land in,do direito dos povos indígenas brasileiros à terra>. Acesso em: 08 mar. 2023.

SILVA, Valdir Pierote; BARROS,Dias Barros. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Rev. Ter. Ocup. Univ.** São Paulo, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010. Disponível em: 14087-Texto do artigo-17065-1-10-20120518 (1).pdf. Acesso 24 de maio de 2023.

WAYHS, Ana Clara Dorneles; BENTO, Beatriz do Amaral Rezende; QUADROS, Fatima Alice de Aguiar. **Políticas públicas em saúde mental indígena no Brasil**. Políticas Públicas: desafios nos contextos atuais, [S.L.], n. 4, p. 68-78, 2 jul. 2019. Universite de Limoges. Disponível em: <https://www.unilim.fr/trahs/1577>. Acesso em: 09 mar. 2023.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa**: um debate em aberto. 2014. 18 f. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Social, Ufms, Campinas, 2014.

Disponível em: file:///C:/Users/sever/Downloads/A_amostragem_em_bola_d e_neve_na_pesquisa_qualitati.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

JOGOS TRADICIONAIS INDÍGENAS

Mailson Moreira Silva
Josemary Freire Rocha
Arthur Heinsteim Apolinário Souto

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho trata-se de uma pesquisa sobre os jogos tradicionais indígenas para o conhecimento e demonstrar as modalidades esportivas, lúdicas e específicas de alguns povos indígenas, ciência, tradições, cultura, rituais, espiritualidades, intercâmbio entre povos indígenas, a confecção dos materiais utilizados para os jogos, sua história e como se utiliza na tradição

Segundo Silva (2005) toda pesquisa exploratória é aquela que se encontra em fase inicial, que tem como finalidade buscar informações sobre o tema em questão possibilitando um esboço e uma visão inicial e ampla do conteúdo pesquisado, neste sentido nossa pesquisa se caracteriza como exploratória pois buscou explorar o Esporte Indígena, em especial os jogos indígenas do povo Potiguara da Paraíba.

Segundo o Museu do Futebol, que é uma instituição da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo criado em 2006. Os Jogos dos Povos Indígenas no Brasil é um encontro de caráter esportivo e cultural realizado desde 1996 por iniciativa indígena brasileira e do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena (ITC) coordenado pelos indígenas da etnia terena Marcos e Carlos.

O comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC) é uma organização indígena nascido em 1991 e é responsável pelo projeto e realização dos jogos dos povos indígenas em parceria com esferas governamentais e patrocinadores: (FUNAI) Fundação Nacional do Índio é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Foi criado pela lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967. É vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública com sede em Brasília, Distrito Federal e presidente Marcelo Augusto Xavier da Silva

Ministério do Esporte – ME: era responsável por construir uma Política Nacional de Esporte além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalhava ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano foi um ministério brasileiro criado em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.^[2] Em janeiro de 2019, a pasta foi extinta e incorporada ao Ministério da Cidadania pelo presidente Jair Bolsonaro.

1.1 Justificativa

O principal objetivo dos jogos indígenas é cultivar os esportes praticados pelas diversas etnias e preservar as modalidades seus valores culturais, influenciar a população indígena a praticar e fortalecer a cultura indígena, manifestar seus valores e respeito com a natureza, e utilizar práticas conservacionistas e transmitir para as futuras gerações o conhecimento adquirido com seus pais, avós e tataravós que deixaram seu legado para sua cultura.

Com o objetivo central de promover o esporte sócio-educacional como identidade das culturas autóctones, voltado à promoção da cidadania indígena, à integração e aos valores originais.

Os Jogos têm como objetivo específico: proporcionar a cada participante, o conhecimento de novas modalidades esportivas tradicionais; incentivar o coletivo na prática dos esportes tradicionais e, como consequência, propiciar uma vida mais digna e respeitosa no inter-relacionamento com toda a sociedade envolvida, resgatando assim, o orgulho do brasileiro nato, “o homem índio”;

Criar um novo conceito de se fazer conhecer e estabelecer uma relação de igualdade com a sociedade envolvente, cuja linguagem será também os valores principais dos elementos da natureza;

Possibilitar através do esporte esse momento de respeito às diferenças e de promoção da diversidade cultural e étnica que caracteriza os indígenas brasileiros - Jogos do homem-natureza; demonstrar e possibilitar o intercâmbio das manifestações esportivas e culturais de cada povo indígena;

Resgatar e incentivar nas etnias indígenas, as práticas de seus esportes e costumes tradicionais; fazer a sociedade não indígena conhecer e valorizar todo segmento desportivo original indígena, como consequência, afastar o preconceito e estimular o respeito.

1.1.3 Objetivos Específicos

Ao expressar sobre os jogos indígenas o conhecimento e demonstração das modalidades esportivas, lúdicas e específicas ciência, tradições, cultura rituais, espiritualidades, intercâmbio entre povos indígenas, trazer o conhecimento sobre a confecção dos materiais utilizados para os jogos e sua história como se utiliza na tradição, imaginamos a riqueza que tem o Brasil, que são os indígenas, e que poderiam ser mais valorizados, falta políticas que invista no esporte tradicional.

Segundo Silva (2005) toda pesquisa exploratória é aquela que se encontra em fase inicial, que tem como finalidade buscar informações sobre o tema em questão possibilitando um esboço e uma visão inicial e ampla do conteúdo pesquisado, neste sentido nossa pesquisa se caracteriza como exploratória pois buscou explorar o Esporte Indígena, em especial os jogos indígenas do povo Potiguara da Paraíba.

2 PRESSUPOSTO TEÓRICO

2.1 Primeiro jogo dos povos Indígenas

Os Jogos nasceram em **1996**, por meio de uma iniciativa indígena brasileira dos irmãos Carlos Terena e Marcos Terena, representantes do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena (ITC), com o apoio do Ministério do Esporte do Brasil.

Foi realizado o primeiro evento dos Jogos dos Povos Indígenas, na cidade de Goiânia, em Goiás. A elaboração do evento, desde a escolha do espaço físico, até a definição das modalidades esportivas esteve sob a responsabilidade dos próprios indígenas da etnia KARAJÁ, TAPUIO e AVÁ-CANOEIRO.

2.1.2 Organizações responsáveis pelo projeto e realização dos jogos indígenas

De acordo com MUSEU DO FUTEBOL os Jogos dos Povos Indígenas no Brasil é um encontro de caráter esportivo e cultural realizado desde 1996 por iniciativa indígena brasileira e do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), com o apoio do Ministério do Esporte do Brasil, coordenado pelos indígenas da etnia terena Marcos e Carlos.

O Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC) é uma organização indígena nascido em 1991 e é responsável pelo projeto e realização dos jogos dos povos indígenas em parceria com esferas governamentais e patrocinadores, a FUNAI Fundação Nacional do Índio.

FUNAI: é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Foi criado pela lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967. É vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Ministério do Esporte – ME: era responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalhava ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano.

De acordo com Pinto e Grado (2009) assim como a primeira edição dos Jogos Indígenas Todas as edições posteriores contaram com o apoio do Ministério Extraordinário do Esporte, do comitê intertribal, da FUNAI assim como da Secretaria do Esporte e Lazer de cada cidade. O propósito de todas edições foram as mesmas, conagração entre todos os participantes, privilegiando os aspectos lúdicos da pratica esportiva promover a interculturalidade entre os povos indígenas do Brasil, intercâmbio entre os povos.

Os Jogos dos Povos Indígenas tem como lema “O importante não é competir, e sim, celebrar” (ALMEIDA, 2008). É interessante notar que as sedes dos Jogos são sempre em locais afastados das grandes cidades, contrariando a lógica dos torneios desportivos, mas extremamente coerente com a proposta indígena: em 1996 foi em Goiânia (GO); em 1999 em Guaíba (PR); em 2000 em Marabá (PA); em 2001 no Pantanal (MS); em 2002 em Marapanim (PA); em 2003 em Palmas (TO); em 2004 em Porto Seguro (BA); em 2005 em Fortaleza (CE); em 2007 em Olinda (PE); em 2009 em Paragominas (PA).

2.1.3 Jogos Indígenas Modalidades

As modalidades disputadas variam um pouco entre os torneios, mas basicamente são as que seguem:

Arco e flecha, arremesso de lança, cabo de guerra, corrida com tora, corrida de velocidade (100m), futebol, lutas corporais, natação, canoagem além de esportes e jogos tradicionais específicos de cada etnia.

Arco e Flecha: arma muito utilizada para caça, rituais e para a guerra. Na maioria das tribos o arco é feito de caule de Palmeira (tucum), mas existem algumas exceções: podem ser usados o aratazeiro, o pau-ferro, o ipê-amarelo, guatambú, biriba e a arueirinha.

[...]instrumentos largamente utilizados na caça tanto de aves como de mamíferos e peixes Vale lembrar que na cultura de diversas nações esses instrumentos são de utilização exclusiva dos homens, cuja função é a caça, enquanto às mulheres compete o plantio, a confecção de artesanato em palha e o cuidado das crianças pequenas. (RUBIO, FURTADA e SILVA, 2006, p. 112) .



Foto: Emerson Silva /ANT

O tamanho do arco varia de acordo com o uso que se fará do arco e com o costume da etnia. A flecha é feita de bambu, taboca, capim-cana-brava, fibra de dendê com variações nas pontas e penas. Na primeira edição dos jogos, a organização forneceu o equipamento para todos os participantes, fato que impediu bons

rendimentos nessa prova. Porém, nas outras edições dos Jogos, permitiu-se que os índios utilizassem o seu próprio equipamento. Cada delegação pode inscrever dois participantes diferentes, cada um com direito a três tiros. O alvo se localiza a uma distância de 30 metros e é marcado pelo desenho de um peixe.

Futebol: esporte já inserido no contexto cultural de vários grupos indígenas, sendo unanimidade nos jogos e praticado por atletas femininos e masculinos. As regras são regidas pela Instrução Geral dos Jogos e obedece ao padrão da Confederação Brasileira de Futebol, exceto o tempo de jogo, que é de 50 min, divididos em dois tempos de 25 min cada, com intervalo de 10 min.



Autor: Redação Fundesportes Publicado em 22 de outubro de 2015 às 10:52

O futebol de cabeça, realizado de acordo com Ferreira (2014) com os menos intuito do futebol, no entanto é jogado com a cabeça jogado apenas pelos homens, utilizam de um campo de futebol, a quantidade de atletas também é a mesma para o futebol comum, vence a equipe que obtiver a maior quantidade de gols.

Histórico: conforme as tradições culturais desportivas dos povos indígenas no Brasil, há informações de que etnias que desapareceram, praticavam o jogo de bola com os pés. Podemos citar os indígenas habitantes do Alto Xingu-MT, que praticam um esporte, chamado Katulaiwa, semelhante ao futebol, em que a bola é chutada usando somente os joelhos e a regra se assemelha ao do futebol - do mesmo modo, os Pareci, com o "futebol de cabeça", o Xikunahity. Daí se considera que há uma relação tradicional entre os povos indígenas e o esporte com bola. Talvez essa seja a

explicação para a semelhança entre indígenas e não indígenas brasileiros: a paixão pelo futebol. Um dos grandes atletas futebolistas e bi-campeão mundial de futebol, chamado Manoel Garrincha, era descendente dos indígenas Fulni-ô, de Águas Belas-PE.



(Foto: Júnior Salgueiro/GCOMMT)

Xikunahity (futebol de cabeça) o objetivo do jogo é cada equipe levar a bola para o lado oposto do campo (como se fizessem gol) e ao mesmo tempo não deixar que os oponentes façam o mesmo. Joga-se com duas equipes de dez jogadores. A diferença, é que o jogador só pode encostar na bola com a cabeça.

Cabeçabol é um dos esportes praticados pelos Paresi-Haliti (Foto: Júnior Salgueiro/GCOMMT). Cabo de Guerra: é disputada em equipe, cujo objetivo é o de medir a força física dos participantes. O objetivo do jogo é puxar o grupo oponente, fazendo com que ele cruze a linha central com sua marca de quatro metros do cabo. Vencer o cabo de guerra significa ter os índios mais bem preparados para o confronto físico, e por isso é uma das provas mais esperadas dos Jogos e cada tribo pode inscrever duas equipes (uma masculina e uma feminina), com dez participantes cada uma.



Imagem : [Cabo de guerra - Blog Fanato Sports sports.fanato.com.br](http://sports.fanato.com.br)

O cabo de guerra uma modalidade, realizada em equipe de até dez atletas indígenas, cada delegação inscreve dois grupos um masculino e um feminino. “Consiste em um momento em que as tribos demonstram suas forças físicas. Para cada equipe é permitida a inscrição de duas equipes, masculina e feminina, com dez integrantes para cada, com dois reservas”. (ALMEIDA e COSTA, 2016, p. 07).

A corda pode ser confeccionada com diversas fibras naturais variam de local e etnia, pode ser feita de fibras de: bananeira, biriba, sapucaia, pau-de-jangada, agave (sisal), folhas de palmeiras.

Canoagem: cada delegação deve enviar dois atletas a canoa é o meio de transporte mais tradicionalmente utilizado pelos povos indígenas, porém o tipo de canoa e o material utilizado para sua fabricação, é bastante variável. Por isso, foi escolhida a canoa fabricada pelos Rikbatsa (navegável por todas as etnias), como o modelo oficial da disputa. Cada delegação deve enviar dois atletas.



Foto: Emerson Silva /ANT

De acordo com Almeida e Costa (2016) uma das modalidades presentes nos jogos indígenas é A canoagem é um meio de transporte utilizado pelos indígenas tanto para locomoção usual como para a pesca. Nos jogos indígenas quando cada aldeia ou cada etnia a depender da abrangência do evento poderá escrever dois atletas. As canoas são sorteadas a cada bateria, ou largada. Os participantes usam seu próprio remo, as canoas são disponibilizadas pela comissão organizadora. Uma modalidade que requer força muscular, habilidade com canoagem, concentração e equilíbrio além de muito contato com a natureza.

Corrida com Tora: as toras são feitas da palmeira buriti, e com massa em torno de 100 Kg, devem ser carregadas pela equipe ao percorrerem uma distância pré-determinada. Para a competição, cada equipe deve inscrever dez participantes. O Buriti, espécie chamada pelos povos indígenas de “árvore-da-vida” é totalmente aproveitada

por comunidades em áreas de extração. Possui folhas em formato de leque, frutas do tipo coco e tem um crescimento muito lento, porém, apresenta grande longevidade, já que alguns tipos com mais de 10 metros podem ter entre 100 e 400 anos.



A corrida de tora é uma modalidade que exige resistência (Foto: Sidney Oliveira/Agência Pará)

Segundo Ferreira (2004) a corrida de tora consiste em uma modalidade, desprova de espírito esportivo das equipes que a praticam como ritos e como lazer, praticada pelos povos indígenas esse jogo é necessário muita força e equilíbrio, os atletas devem correr com um tronco de árvore com uma média de 50 quilos, deve se revessar com outros atletas de sua equipe, o peso do tronco da árvore, a quantidade de metros a ser percorrido e a quantidade de participante para cada equipe fica a critério da organização do Jogo Indígena.

Huka Huka: a luta corporal indígena realizada por homens e mulheres e o esporte está inserido na cultura tradicional criada para defesa e combate utilizada pelos povos que o praticam: os povos indígenas Xinguanos, Bakairis e os Xavantes, de Mato Grosso. Os Gaviões Kyikatêjê/Parakatêyes, do Pará, praticam o Aipenkuit, e os Karajás praticam o Idjassú. Esse esporte foi inserido nos Jogos desde a primeira edição, como apresentação. O desejo de se realizar uma competição de lutas corporais nos Jogos é grande, mas é muito improvável devido à grande diversidade de estilos de luta e técnica.

A Huka-huka é uma luta de agarramento (grappling⁸), parecida com a luta greco romana ou wrestling e possui quedas similares como: firemans carry, bodylock, bear hug, double leg, single leg, suplex, lateral drop, arm spin, flyng mare, shouder throw, collar elbow, pinch headlock, lifting, cross buttock, standing arm roll, entre outras



Fotos: Mário Vilela/Funai

Segundo, (MARTELL, 1993; THOMPSON, 2001). Algumas etnias lutam em pé, outras ajoelhadas no chão, como o Huka Huka. Por isso, fazem-se apenas demonstrações das lutas existentes na cultura indígena brasileira. *Cad. Educ. Fís. Esporte, Marechal Cândido Rondon*, v. 20, e-28608, 2022. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/index>

Histórico: A luta corporal dos povos indígenas do Xingu e dos índios Bakairis, de Mato Grosso, o Huka Huka, inicia com os atletas ajoelhados, ela começa quando o dono da luta, um homem chefe, caminha até o centro da arena de luta e chama os adversários pelo nome, os lutadores se ajoelham e girando em círculo-anti-horário frente ao oponente, até se entreolharem e se agarrarem, tentando levantar o adversário e derrubá-lo ao chão. Os Karajá do Tocantins já possuem outro estilo, pois os atletas iniciam a luta em pé, se agarrando pela cintura, até que um consiga derrubar o outro ao chão. O atleta vencedor abre os braços e dança em volta do oponente, cantando e imitando uma ave. Os Gaviões Parakateyês do Pará, e os Tapirapés e Xavantes de Mato Grosso, têm uma certa semelhança no desenvolvimento das lutas.

Não existe um juiz tradicional para essa modalidade, e sim um observador/orientador indígena que seria chamado de dono da luta, cabendo aos atletas reconhecer a derrota, vitória ou empate. Não há prêmio para o vencedor da luta em todas etnias praticante deste esporte. Há reconhecimento e respeito por toda a comunidade.

Mine Maratona: cada etnia deverá formar uma equipe com 10 atletas corredores e mais três reservas. Os competidores terão que dar duas voltas na pista, dentro da arena. Caso haja empate na segunda largada, haverá a terceira largada. A largada será sempre entre duas etnias (equipes) escolhidas previamente por sorteio.

Atletismo: a realização dessa modalidade passou por várias experiências de adaptação para a definição de seu formato chegou-se à conclusão da prova de 100 metros rasos (masculino e feminino), como ideal para o modelo dos Jogos dos Povos Indígenas.



Corrida de 100 metros Foto: © Ministério do Esporte/Roberto Castro

O Atletismo nasceu com o homem afinal, o mais antigo dos nossos ancestrais já andava e era obrigado a correr, a saltar e a lançar coisas. Era a dura luta contra os predadores e a busca por alimentos. Pode-se dizer que ao aprimorar essas habilidades, o homem garantiu sua história.

Arremesso de Lança: é uma prova individual realizada apenas pelos homens, nos Jogos, a contagem dos pontos é feita de acordo com a distância da alcançada, ou seja, vence aquele que atingir maior distância. As lanças são cedidas pela Comissão Técnica de Esporte, e fabricadas de maneira tradicional, usando madeira rústica. A adaptação desse armamento, desde o I Jogos, objetiva a distância, e não o alvo.



(Foto: Sidney Oliveira/Agência Pará)

De acordo com (Almeida e Costa, 2016) o arremesso de lança é uma modalidade dos jogos indígenas muito comum entre os povos Brasileiros, uma prova individual que consistem em arremessar uma lança em maior distância.

Histórico: Várias etnias indígenas conhecem esse armamento, possuindo técnicas diferentes de confecção das lanças. A confecção de cada lança depende da finalidade a que se destina, ponteiros de ossos, pedras ou mesmo madeiras mais duras como, a raiz da arueira, tucum ou pau-ferro.

Na tradição indígena, é usada para caça, pesca ou para defesa em um ataque de animal feroz ou defesa pessoal.

Natação: São travessias de rios ou lagos em trechos de 500 a 800 metros. Vence aquele que cruzar primeiro o marco de chegada, cada delegação indígena poderá inscrever no máximo duas equipes, uma feminina e uma masculina, composta de dois atletas.



Foto: Osterno Parrião

Entre estas modalidades de acordo com (Almeida e Costa, 2016) temos outras modalidades como natação, futebol, luta corporal corrida de 100 metros e corrida com revezamento.

A relação de vida dos povos indígenas estará sempre associada à água a primeira hora da vida de um bebê indígena começa com o seu primeiro mergulho; em um rio ou lago por sua mãe. Grande parte da recreação das crianças é realizada dentro d'água, atravessando de uma margem a outra ou mesmo mergulhando, se preparando para serem grandes caçadores de peixes. Um dos rituais realizado pelos Xavantes de Mato Grosso, dentro de um rio, é quando da preparação dos adolescentes para a furação da orelha, que é oxoxoxo, em que um grupo permanece mergulhado até a altura do peito e, nesse período, batem simultaneamente os braços, realizando uma coreografia aquática. Eles acreditam que assim haverá o amolecimento do lóbulo auricular, facilitando.

2.1.4 Jogos Indígenas Potiguara da Paraíba com participação dos Tabajara

Assim como outros povos indígenas, os povos indígenas que habitam as terras paraibana tem seus jogos indígenas que acontecem anualmente e que estar em sua IX edição, “primeira edição em 2011, os Jogos Indígenas da Paraíba foram idealizados pelas lideranças indígenas da etnia Potiguara e a Secretaria de Esporte e Juventude do Governo da Paraíba” (SANTOS et al, 2015p.03)

De acordo com Barcellos (2017), no século XVI as nações indígenas no estado da Paraíba totalizavam 18 povos, com mais de 100.000 indígenas. Nos dias atuais, restam apenas duas etnias: uma no litoral Norte, os Potiguara, com aproximadamente 20.000 indígenas, e a outra no litoral Sul, os Tabajaras, com cerca de 1.000 pessoas

Figura 01: VIII Jogos Indígenas da Paraíba, realizados na aldeia Tracoiera Baia da Traição-PB de 11 a 15 de Abril de 2018



Fonte: Acervo do autor

De acordo com Barcellos (2012) devemos salientar que além dos potiguara que reside na Paraíba a população indígena da Paraibana também é constituída pelos Tabajaras que residem na cidade do conde.

Desde a primeira edição dos Jogos Indígenas da Paraibana ocorrida no ano de 2011, quem participava era apenas os Potiguaras, os Tabajaras tiveram sua primeira

participação apenas na VIII edição no ano de 2018, que de acordo com o site do Governo do Estado da Paraíba contou com a participação de 1,4 mil atletas indígenas da etnia Potiguara e Tabajara.



Fonte: Portal Correio Disponível em <https://portalcorreio.com.br/marcacao-sedia-jogos-indigenas-da-paraiba-2019>. Acesso em: 12 de nov. 2019

2.1.5 Povo Tabajara da Paraíba e seu primeiro torneio de jogos indígenas.

O território indígena do povo Tabajara fica localizado no litoral sul da Paraíba formado por 1000 indígenas divididos em 246 famílias, que se dedicam, sobretudo, à pintura, ao artesanato em madeira e fibra, cerâmica e atividades de construção.

Alguns habitantes migram para áreas urbanas e trabalham também como professores e servidores públicos e na construção civil.

Desde que o povo indígena tabajara deu início ao processo de retomada e reivindicação do seu território, não tinha feito nenhuma comemoração pela iniciativa,

só em 2019 o povo indígena Tabajara da Paraíba realizou seu primeiro evento de comemoração dos 13 anos de luta que aconteceu no dia 21 e 22 de setembro, na Aldeia Vitória, em Mata da Chica, no município de Conde.



No primeiro dia de programação foi apresentado um toré e logo em seguida houve uma mesa de abertura. O primeiro torneio de jogos teve as modalidades: arco e

flecha às 11h da manhã.



Imagem de toré do Povo Tabajara – PB <https://www.instagram.com/aldeiavitoria>

Para SANTOS 2015, o ritual do Toré tem importante significado como prática religiosa¹ para a etnia Potiguara, sendo também considerada manifestação cultural de muitas comunidades indígenas da região nordeste



Imagem de competição de arco e flecha Foto: <https://www.instagram.com/aldeiavitoria>

À tarde foram realizadas as competições de: cabo de guerra, corrida com tora, maratona e barra bandeira. Todas as modalidades são com performances masculina e feminina.



Imagem de cabo de guerra masculino Foto: <https://www.instagram.com/aldeiavitoria>



Imagem de cabo de guerra feminino Foto: <https://www.instagram.com/aldeiavitoria>

No segundo dia teve competição de futebol masculino e feminino. Com participação e apoio de várias entidades, o evento marcava a comemoração dos 13 anos de luta em que o povo Tabajara deu início ao processo de reivindicação do seu território e pelo seu reconhecimento perante a sociedade, além das articulações em torno da retomada do seu território.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Jogos Tradicionais: Para Huizinga (2004) o jogo apresenta características únicas, sendo elas: O divertimento; atividade voluntária; praticadas em momento de tempo livre tornando obrigação apenas quando constitui uma função cultural reconhecida, como o ritual; satisfação da própria realização; e segue uma ordem estabelecida pelas próprias leis que o compõe.

Segundo Almeida (2008), há uma semelhança entre o rito e o jogo, pois todo jogo possui seu conjunto de regras previamente definidas e consentidas por seus praticantes, o que o torna passível de ser disputado inúmeras vezes, além disso, os

ritos são acompanhados de jogos de destreza ou de sorte que são imbuídos de sentidos e significados ritualísticos. Assim, podemos afirmar que os jogos para os indígenas possuem características lúdicas, por onde permeiam mitos e valores culturais de cada etnia, assim os jogos precisam de um aprendizado específico de habilidades motoras, estratégias e/ou chances, sendo geralmente jogados em rituais ou visando à preparação do jovem para a vida adulta tendo regras dinamicamente estabelecida.

(ROCHA FERREIRA, 2005). Desta forma, os jogos tradicionais são; práticas corporais que colaboram para que valores, costumes, normas sociais e comportamentos desejados sejam assimilados por meio dos corpos dos indivíduos, tendo como base suas tradições

Os jogos tradicionais são feitos de modo bastante variado e dinâmico para afirmar sua vida lúdica e/ou ritual.

(FASSHEBER, 2006). Com isso, diversas etnias apresentam diferentes variações de jogos, entretanto, esses jogos estão se perdendo pelo contato com os não-índios, pois para estes são demasiadamente violentos ou possuem pouca atratividade

(JÚNIOR e FAUSTINO, 2009). Mesmo assim, alguns deles são encontrados na literatura atual, onde apresentaremos alguns exemplos de jogos tradicionais de diferentes etnias

4 METODOLOGIA

O percurso metodológico deste trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica que teve início no dia 1 de maio de 2022 até o presente momento, afim de obter as informações necessárias para a construção do trabalho, esclarecer as informações que foram encontradas primordiais para o desenvolvimento e enriquecimento do tema escolhido. Foram feitas pesquisas em diversos artigos científicos encontrados em banco de dados virtuais, Google, sites esportivos, Scielo Acadêmico, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena (ITC) e outros documentos que ajudaram a esclarecer e enriquecer o tema de informações.

De acordo com Silva (2005) a pesquisa em diversas áreas do conhecimento é de grande importância para a sociedade, com a pesquisa científica é possível encontrar elementos que levem tanto o pesquisador como a sociedade que se interessem pelo tema, compreender e transformar a realidade, de forma a despertar questionamento e criação de explicações para um determinado caso. Desta forma se faz necessária a pesquisa na área da Educação Física em destaque nosso tema Esporte Indígena.

4.1. Quanto à Abordagem do Problema

A abordagem do problema, trata-se de uma a pesquisa qualitativa, por não requerer o uso de técnicas estatísticas para quantificar a pesquisa. Segundo Silva e Menezes (2005) a pesquisa é considerada qualitativa quando:

Considerar que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. [...] não requer uso de métodos e técnicas estatísticas (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

Este item deve conter o tipo de pesquisa, a forma de abordagem, procedimentos e modalidade da pesquisa.

5 RESULTADO E DISCUSSÃO

Através de uma pesquisa bibliográfica que teve início no dia 1 de maio de 2022 até o presente momento, afim de obter as informações necessárias para a construção do trabalho, esclarecer as informações que foram encontradas primordiais para o desenvolvimento e enriquecimento do tema escolhido. Foram feitas pesquisas em diversos artigos científicos encontrados em banco de dados virtuais, Google, sites esportivos, Scielo Acadêmico, Fundação Nacional do índio (FUNAI), Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena (ITC) e outros documentos que ajudaram a esclarecer e enriquecer o tema de informações.

De acordo com Silva (2005) a pesquisa em diversas áreas do conhecimento é de grande importância para a sociedade, com a pesquisa científica é possível encontrar elementos que levem tanto o pesquisador como a sociedade que se interessem pelo tema, compreender e transformar a realidade, de forma a despertar questionamento

e criação de explicações para um determinado caso. Desta forma se faz necessária a pesquisa na área da Educação Física em destaque nosso tema Esporte Indígena.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Lusival. **Práticas educativo-religiosas dos indígenas Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012

BARCELLOS, Lusival; NASCIMENTO, José Mateus do. O povo Potiguara e a luta pela etnicidade. In: NASCIMENTO, José Mateus do (Org.). **Etnoeducação Potiguara Pedagogia da Existência e das Tradições**. João Pessoa: Ideia, p. 11-25, 2012.

BRASIL (2019) informações retirada do site oficial do Ministério do Esporte disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/jogos-indigenas>.

FERREIRA, M. B. R. Jogos Indígenas: Tradição e Mudança. In: **XI Congresso Ciências do Desporto e Educação Física dos países de língua portuguesa**. São Paulo 2006.

MARTELL, 1993; THOMPSON, 2001). Algumas etnias lutam em pé, outras ajoelhadas no chão, como o **Huka Huka**. Por isso, fazem-se apenas demonstrações das lutas existentes na cultura indígena brasileira.

Cad. Educ. Fís. Esporte, Marechal Cândido Rondon, v. 20, e-28608, 2022. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/index>

PINTO, Leila Mirtes dos Santos; GRANDO, Beleni Salete (Org.). **Brincar, jogar, viver: IX Jogos dos Povos Indígenas**. Cuiabá: Central de Texto, 2009.

ALMEIDA, G. A; COSTA, A. M. R. Jogos Indígenas: Integração e divulgação de Culturas. In: **revista eletrônica do UNIVAG**. Várzea Grande, MG- 2016.

ROQUE, L. **Jogos mundiais dos povos indígenas**: Brasil, 2015: o importante é celebrar! – Brasília: PNUD, 2017.

RUBIO, K; FURTADO, F. M; SILVA, E.C. Os Jogos Indígenas e as Contradições do Confraternar e o Competir. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Curitiba. 2016

SANTOS, P. J. C. et al. **Significado do toré para idosos da etnia potiguara nos jogos indígenas da Paraíba**. Congresso internacional de envelhecimento humano. Campina Grande. 2015

SILVA, Edna. L.; MENEZES, E. M. **Pesquisa e suas classificações**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Tjy7VVP6bOgJ:https://www.efdeportes.com/efd159/jogos-tradicionais-indigenas.htm+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

https://www.google.com/search?q=jogos+tradicionais+ind%C3%ADgenas&rlz=1C1OKWM_pt-BRBR969BR969&oq=jog&aqs=chrome.1.69i57j69i59l2j0i271l3.6493j1j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8#

<https://www.efdeportes.com/efd159/jogos-tradicionais...>

<http://ge.globo.com/to/noticia/2015/10/conheca-16-modalidades-dos-jogos-mundiais-dos-povos-indigenas.html>

PERFIL NUTRICIONAL E DESENVOLVIMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NOS POVOS INDÍGENAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Natália Rodrigues Lima¹

Zianne Farias Barros Barbosa²

1 INTRODUÇÃO

Os povos indígenas são os primeiros habitantes do Brasil, em decorrência desse cenário identifica-se a invasão dos europeus no continente americano, cujas lutas foram travadas em defesa da vida e ocupação territorial, bem como os desafios enfrentados para manter a cultura indígena. Diante desses fatos, estudos relatam que antes da colonização havia cerca de seis milhões de indígenas no Brasil, nesse período foi identificado um massacre por parte dos europeus no que resultou na perspectiva de perda de autonomia do seu território de origem, exploração de mão de obra, guerras e também conquista obtidas por parte da população indígena, bem como passaram por processos epidemiológicos causando graves riscos à saúde e até a morte de muitos indígenas, ocasionando a diminuição das populações e até mesmo extinção de algumas etnias em todo país.

Atualmente segundo fontes de dados do índice brasileiro de geografia estatística (IBGE, 2010), registra uma população indígena no Brasil de 896.917 indígenas, sendo 572.083 viviam na zona rural, e 324.834 habitavam na zona urbana, de acordo com esses dados pode se afirmar que existem populações indígenas em todos os estados do Brasil, e no Distrito Federal, sendo que maior percentual de indígenas é na região norte no estado, Amazonas com quantitativo de 55% da população do país, sendo 305 etnias diferentes e 274 dialetos indígenas falados diferentes (FUNAI, 2022).

Logo após esse cenário, estudos identificam que com alta taxa de natalidade teve um considerável crescimento mantendo-se presente até os dias atuais, porém é importante destacar que evidencia-se situações como pobreza e alto índice de desnutrição, causando diversos problemas de saúde e sociais nas populações indígenas (BORGES;*et.al.*,2020).

Muito tem se discutido a respeito do cenário atual das populações indígenas no Brasil, é importante destacar o crescimento das suas organizações e da criações dos órgãos que gerenciam políticas públicas para essa população, em que se destaca a segurança alimentar e nutricional e hábitos alimentares dos povos indígenas.

Observa-se a importância da alimentação tradicional indígena no seu contexto nutricional, compreende-se que os povos indígenas tem um papel fundamental na educação nutricional como exemplo de culinária tradicional e hábitos alimentares saudáveis, destacandose as práticas como agricultura, caça e a pesca que tornam os povos indígenas um exemplo a seguir sobre promover alimentação saudável e a nutrição.

Ao passar do tempo com todo o processo de colonização e entre outras questões voltadas ao território, bem como invasão de terras , desmatamento e o processo de integralização na sociedade, por essas e demais causas, essas práticas foram diminuindo, evidenciando a transição alimentar por maior consumo de alimentos industrializados por os povos indígenas (WEITZMAN, 2013).

Tendo em vista que os alimentos industrializados consumidos em maiores porções e com frequência pode oferecer riscos à saúde do indivíduo, destacam-se o aumento do consumo desses produtos por meio do crescimento das indústrias, propagandas alimentícias e suas tecnologias na qual favorece o maior uso de aditivos em produtos de natureza industrializado, bem como quantidades excessivas de sódio, açúcar, gorduras, conservantes entre outras substâncias nocivas à saúde, que compõem esses produtos, fazendo que ele seja um alimento pobre em nutrientes e ricos em gorduras e aditivos prejudiciais à saúde, com alto teor calórico e baixo valor nutritivo (BESERRA; *et.al*, 2020).

Observando a atual situação de saúde e doença, pode-se destacar situações relevantes sobre as causas das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e seu crescente avanço nas populações indígenas. Observa-se que as DCNTs que são consideradas de origem multifatorial, têm causado muitos danos à saúde do indivíduo, gerando diversos impactos a saúde, como limitações, indisposições e menor qualidade de vida.

Segundo estudos, nota-se que tem aumentado significativamente o número de óbitos decorrente dessas patologias. Entre elas podemos citar a hipertensão arterial sistêmica (HAS), Diabetes Mellitus (DM), Dislipidemia, Obesidade e doenças coronárias, entre outras. Seus fatores de risco estão associados ao hábito de vida como etilismo, tabagismo, alimentação rica em alimentos industrializados, sedentarismo, atingindo pessoas de todas as classes sociais e em todo mundo (MALTA; *et.al*, 2011).

Levando em consideração sobre as mudanças dos hábitos alimentares da população indígena, é visto o aumento de sobrepeso e obesidade, conseqüentemente a elevação dos casos de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Diante disso, teve como o objetivo avaliar a relação entre a transição nutricional e aparecimento de DCNTS entre os indígenas brasileiros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Povos Indígenas

Desde antes a colonização do Brasil, identifica-se a presença dos povos indígenas, que são os primeiros habitantes do Brasil e vivem de acordo com sua cosmologia envolvendo seus usos, costumes, tradição, diversidade étnica e suas organizações. Diante desses fatos identificase que essa população é de relevância numerosa, em relação aos dados do censo demográfico executado em 2010, de acordo com os parâmetros raça, cor e língua, os resultados obtidos do censo (IBGE, 2010) “são de 305 etnias diferente, e 270 dialetos diferentes falado entre os povos indígenas, espalhados por vários estados brasileiros, identificou também uma população total de 817.963, 502.783 vivem na zona rural e 315.180 nas zonas urbanas”. Além desses dados, com conhecimentos obtidos ainda existem povos

indígenas “isolados”, sem ter contado com a sociedade, e preservando sua integralidade social e cultural (PORTO, *et.al.* 2016).

Considerando os povos indígenas e sua multipluralidade, enquanto povos originários dessa terra, onde são travadas batalhas em defesa da vida e ocupação territorial, suscitamos a atenção a efetivação e fortalecimento da política de estado voltada a população indígena, na ocasião podemos citar a política indigenista, que foi imprescritível nesse processo de revidicação de direitos, pois com a efetivação de ações criou mecanismo para ampliação de pautas para a população indígena, como a criação de programas voltados para temáticas dos povos indígenas, bem como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que foi um programa criado para “integração total do indígena na sociedade”, sendo um sistema com algumas falhas, ao passar dos anos foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que permanece até os dias atuais, e que é responsável por regularização do território, reconhecimento étnico e promoção de ações voltadas ao fortalecimento da pesca agricultura, e desenvolve ações sociais nas comunidades e apoia na organização de eventos culturais nas terras indígenas.

Esses órgão públicos foram criados com a intenção de prestar assistência aos povos indígenas, de acordo com suas demandas e especificidades, sociocultural em áreas distinta, desde a questões territoriais como questões sociais e ambientais de certa forma as políticas indigenistas também tiveram seus pontos negativos, como exemplo instituir a tutela ao indígena, retirando o direito de ser protagonista em seu processo histórico. Convém lembrar que em meados de 1988, é evidente o marco histórico dessa época a Constituição de 1988, para os povos indígenas no Brasil esse marco refere-se a conquistas irreverente, fortalecimento e autonomia dos povos indígenas, direito a terra, deixando de depender do órgão público FUNAI, fortalecimento, preservação da língua materna, da cultura, garantia de direitos, ocupação dos espaços sociais, criação de organizações e implementação de políticas públicas, educação e saúde diferenciada (GARMELO; PONTES, 2012).

No entanto, na área de abrangência da saúde identificou-se, a dificuldade de assistência do Sistema Único de Saúde - SUS a essa população, onde foi realizada a descentralização, e criação de um subsistema dentro do SUS, para atenção

específica e diferenciada das comunidades indígenas, no ano de 1999 foi criada a Lei 9.836, conhecida como Lei Arouca, divergências entre o SUS e o subsistema, dificultava a efetivação da política de saúde indígena, para viabilizar o acesso a atenção a saúde básica e diferenciada, sob conquista do movimento indígena que passa a responsabilidade da saúde indígena para esfera federal. Por meio da Fundação Nacional Da Saúde (FUNASA) que faz parte do ministério da Saúde, dentro desse subsistema no ano de 2010 foi passado o gerenciamento da saúde indígena para Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que presta assistência a saúde dos povos indígenas, dentro dessas secretaria conduziu a criação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) nos estados onde tem terras indígenas demarcadas e povos indígenas reconhecidos pela FUNAI que atendem a população indígena no contexto de atenção básica à saúde na aldeias, e criação das Casas de Apoio a Saúde Indígena (CASAI) (GARMELO; PONTES, 2012).

Relacionando-se à saúde da população identifica-se que existe um maior número de mulheres que procuram o serviço de saúde por meio das Unidades Saúde da Família (USF) ainda que seja enquanto usuárias, ou acompanhantes de pacientes, nota-se maior interesse do público feminino no cuidado com a saúde e com a família, e busca da implementação de políticas públicas voltadas à saúde da mulher em geral (CARVALHO, 2018).

2.2 Hábitos alimentares da população indígena

Percebe-se que a alimentação tem um papel fundamental na vida e manutenção da saúde, além da nutrição é uma forma de expressão cultural, nesse contexto o alimento representa mais que as necessidades fisiológicas e garantia nutrientes para o corpo, é uma prática de satisfação, memória afetiva, bem estar e identidade, a cultura alimentar é destina de acordo com cada região do país, com a população indígena não é diferente, cada povo tem seus hábitos alimentares específicos de acordo com sua etnia, cultura, região, maneira de viver, forma de socialização e costumes. As comunidades indígenas são comumente reconhecidas por ter uma alimentação tradicional, saudável e uma culinária rica e peculiar de cada etnia e região, pois tem prevalência de determinados alimentos oriundos da produção agrícola e pesca, são eles o peixe, a macaxeira, farinha de mandioca,

inhame, batata doce, biju, crustáceos, ressaltando ainda a predominância no consumo de frutas nativas, hortaliças entre outros (LEITE, 2007).

Um estudo realizado segundo (ROCHA; *et.al*, 2016) indica o “I Inquérito de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, onde se observa que dentre os principais produtos cultivados nas roças ou plantações em áreas indígenas da região norte, a mandioca tem representatividade de 96,6%, o inquérito aponta também que 96,7% dos povos indígenas da região norte, avaliados no estudo,

caçam e pescam para comer e 91,7% coletam para comer”. Pode-se afirmar que os povos indígenas, tem uma diversidade alimentar rica, de acordo com o conceito nutricional, são alimentos cultivados na natureza, para os indígenas a alimentação é sagrada, desde o cultivo, preparação, distribuição até o consumo desses alimentos, na produção trabalham com atividades tradicionais, diante desse cenário utilizam-se de sistemas alimentares que são a base da alimentação dos povos indígenas, agricultura, pesca e caça (PEREIRA, 2021).

2.3 Transição alimentar do povo indígena

Muito se discute sobre a importância da alimentação e nutrição de modo geral, e ao passar dos anos com o contato próximo a civilização, é eminente a transição alimentar dos povos indígenas, em algumas etnias essa cultura alimentar é preservada longe de grandes centros urbanos, em contrapartida existem povos indígenas que foram dizimados do seu território e foi tirado o direito de subsistência da terra, o que era uma alimentação cultural a base da agricultura, pesca e caça, rica em nutrientes, foi passando a ser uma alimentação pobre em nutrientes e com adições de aditivos (MURA, *et.al*, 2010).

Dentre desses e outras problematizações trouxeram os povos indígenas para próximo dos grandes centros urbanos, longe de seu território, cultura e da natureza, inicia-se o processo de adaptação a outras culturas alimentares, com crescimento da indústria, a praticidade e baixo custo dos produtos industrializados o acesso a essas comunidades vem aumentando de forma significativa o consumo desses alimentos, gerando impactos diretos na alimentação e nutrição desse público, causando alterações no perfil nutricional e as DCNT, e números de morbidade, pode-se afirmar que um ponto a ser discutido é a situação de vulnerabilidade social,

em qual maioria das comunidades se encontram, a falta de acesso a informação, educação e a pobreza é um dos fatores que corroboram nesse processo de aculturação, sabemos que enfrentam situações de desigualdade social, como baixo índice de escolaridade afetam essas comunidades, relativamente essas variáveis vão ser menor em comparação a população não indígena do país. Por esses motivos tem-se um olhar voltado a essa forma de organização, saúde-doença e agravos que acometem a população indígena (ATHILA; LEITE, 2020).

Percebe-se a influência dos alimentos ultraprocessados em comunidades indígenas, tendo em vista nessas comunidades o acesso a esses alimentos se torna mais comum progressivamente, expondo a situações de risco a saúde e a vida, essa transição alimentar evidencia um marco que passa da desnutrição para obesidade, e a presença de doenças crônicas não transmissíveis as (DCNTs) são crescentes, algumas alimentos são mais presentes nessa alimentação, com o açúcar e o sal e também são consumidos em quantidades elevadas. Dessa forma podemos destaca o processo de transição demográfica que consequentemente gerou alterações no estilo de vida de populações tradicionais, como exemplo as transições alimentares que são frutos do processo de aculturação dos indígenas nessa sociedade “civilização”, promovendo essas e outras mudanças nos hábitos alimentares e na saúde dos povos indígenas (MOURA, *et.al*, 2010).

2.4 Alimentos ultraprocessados

Segundo o Guia Alimentar da população brasileira (Brasil, 2014) “os alimentos ultraprocessados são nutricionalmente desbalanceados, tendo em vista a sua formulação e apresentação, tendem a ser consumidos em excesso e a substituir alimentos in natura ou minimamente processados”. Esses alimentos são elaboradas a partir das grandes indústrias e das tecnologias alimentícias com excesso de produtos nocivos a saúde em sua composição, trazendo muitos prejuízos aos indivíduos que consomem.

Sao constituídos por substâncias como sódio, açúcar, gorduras, aditivos, estabilizantes, conservantes e outros componentes que fazem dele um produto nocivo à saúde, principalmente se consumidos em grandes quantidades, são exemplo desses alimentos, os produtos embutidos e enlatados, como refrigerantes, salgadinhos, biscoitos recheados, carnes processadas, entre outros. Os alimentos

ultraprocessados passam por vários estágios de processamentos, são produzidos em grandes quantidades pelas fábricas, em relação ao sabor costumam ser alimentos palatáveis, do ponto de vista do consumidor, atrativos e estão sempre prontos para serem consumidos, só agregam valores calóricos e não possuem fonte de nutrientes adequadas para a dieta e manutenção das funções do organismo (LOUZADA, 2015).

Tendo em vista que os alimentos ultraprocessados, comprometem o estado nutricional do indivíduo, principalmente quando esses alimentos são consumidos com frequência e em grandes quantidades na dieta, eles estão cada vez mais presente na alimentação e compreende uma parcela elevada de consumo da população brasileira. Esses alimentos podem trazer vários malefícios à saúde, pois contêm quantidades elevadas de calorias, e não possuem fontes boas de nutrientes para o corpo. A relação diretamente com o consumo dos alimentos ultraprocessados tem um impacto negativo, pois associado de maus hábitos alimentares e sedentarismo podem ocasionar muitos danos à saúde, sabemos que as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs) é uma das correlações entre os maus hábitos alimentares e estilo de vida do indivíduo (SALDANHA, 2017).

2.5 Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na comunidade indígena

Em decorrência das mudanças de hábitos da população indígena destaca-se o aumento relevante nos casos de (DCNT) nessa população, subestima-se que há muitos fatores negativos ligados diretamente a mudanças de hábitos e estilo de vida, onde compreende-se que havia uma alimentação tradicional advinda da pesca, agricultura e caça, no processo de transição alimentar esse cenário está sendo substituído, por alimentos ultra processados, em decorrência de vários fatores, compreende-se que as comunidades indígenas estão cada vez mais vulnerável a essas doenças. Sobre influências socioculturais, situações como pobreza, questões relativas à saúde com ingestão de alimentos de cuja fonte nutricional é baixa, questões sociais como alcoolismo, tem marcado o crescente número de indígenas com as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) (SANTOS, 2021).

São definidos como Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), a obesidade, hipertensão arterial sistêmica (HAS), Diabetes Mellitus (DM),

Dislipidemia e doenças coronárias. Sobre as DCNT, podemos afirmar que: Segundo estudos a Obesidade é comum em mulheres indígenas, essa patologia tem causa multifatorial, e questões sociais estão correlacionadas é identificada pelo o acúmulo de gordura corporal, seguido de fatores determinantes prejudiciais à saúde, que causam no indivíduo carências nutricionais em dietas que fornecem aporte calórico alto em relação as necessidades diárias e individuais do organismo, associado ao estilo de vida como o sedentarismo, ambos contribuem para que a obesidade caracterize um problema globalizado de saúde pública, utiliza-se de um método universal para identificar o diagnóstico nutricional do indivíduo que é o Índice de Massa Corporal IMC, realizado através da coleta dos dados antropométricos, peso e altura onde identifica classificação do indivíduo segundo a literatura, parâmetros alterados podem identificar a obesidade em três graus como obesidade I, obesidade II e obesidade III. Essas causas multifatoriais incluem fatores genéticos, estilo de vidas e doenças associadas, tornando maior prevalência de pessoas com diagnostico de obsidade (LOPES, 2014).

Importante enfatizar sobe a Dislipidemia, que pertence ao grupo das DCNT, é e causadas por aumentos elevados de colesterol no sangue, a VLDL que são definidas como lipoproteínas presente no fígado, o HDL que é conhecido por causar efeito antagônico diminuindo os níveis de colesterol na corrente sanguínea, em contra partida o LDL que também é um colesterol, e seus níveis precisam estar no valor adequado, o inverso disso pode causar vários riscos à saúde, níveis muito baixos de HDL, e elevados de LDL, TG, caracteriza a Dislipidemia que são fatores desencadeantes que causam a aterosclerose e a hipertensão arterial sistêmica (HAS). Por essas e outras causa é importante evitar consumos exagerados de alimentos ricos em gorduras saturadas na dieta (SILVA, 2019).

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) tem aumentado de forma significativa, principalmente em mulheres de população indígena, é caracterizada por aumento significativo da pressão arterial, dependendo do organismo pode apresentar sintomas ou não, é responsável pela diminuição da expectativa de vida e aumento de doenças relacionadas, sua causa é considerada multifatorial, comprometem as funções dos órgãos, causando danos à saúde do indivíduo, é um dos principais fatores de risco a saúde e pode gerar também doenças cardíacas, acidente vascular cerebral (AVC). Para prevenir é importante levar uma vida ativa

com presença de hábitos saudáveis e evitar excesso de sódio na dieta, bem como incluir consumo de alimentos ricos em nutrientes (CHAGAS,2019).

A Diabetes Mellitos (DM) é um tipo de desordem que ocorre a nível de metabolismo, causado pela resistência insulínica no organismo, dificultando assim a metabolização da glicose no sangue por meio da produção de insulina, a Diabetes se caracteriza em três tipos da doença, a Diabetes gestacional, Diabetes Mellitos 1(disfunção genética) e a Diabetes mellitos 2 (frequente em adultos), que é causada por vários fatores, genéticos, sociais, no caso da população indígenas de acordo com o estudo compreendemos que existem mais prevalência de DM tipo 2 (BENFATTI, 2014).

Observando o cenário compreende-se com base nas referências epidemiológicas, são grande os riscos causados por Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), e sabemos que a Obesidade, Dislipidemia, quanto DM e HAS, tem um aumento significativos na população brasileira em geral, mais especificamente em populações indígena no processo de “aculturação” nesse cenário de transição alimentar, estudiosos emitem alerta pois existem riscos enormes a saúde que afetam a qualidade de vida, de tal forma que as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) são consideradas questões universais de saúde pública (SANTOS; 2021).

3. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com fonte de dados dos últimos 15 anos, quanto aos objetivos, de caráter exploratório, onde foram explorados trabalhos expostos, partindo da questão norteadora:

De que forma a mudança de hábitos alimentares entre a população indígena podem impactar no perfil nutricional e no desenvolvimento de Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT)?

Para a seleção do material de estudo, as principais fontes de busca e pesquisa consultadas foram pesquisas em livros, periódicos e teses, através de artigos científicos encontrados nas bases de dados eletrônicos Scientific Electronic Library (SciELO), Pubmed e da plataforma de pesquisa online Google Acadêmico, utilizando-se os descritores consultados no Descritores em Ciências da Saúde

(DeCS/MeSH); “população indígena”; “perfil nutricional”; “saúde indígena.”, “doenças crônicas não transmissíveis”. Para a construção dos resultados, foram incluídos os artigos de pesquisa de campo de maior pertinência, que abordaram aspectos referentes ao tema, publicados nos últimos quinze anos e escritos no idioma português.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados dos estudos que foram avaliados para estabelecer a relação entre as mudanças de hábitos alimentares dos povos indígenas e alterações do perfil nutricional e no desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis estão descritos e sintetizados no Quadro 1. É importante destacar que essa é uma linha de pesquisa onde não se tem muitos artigos atuais sobre o presente tema, porém é um assunto de extrema relevância.

Os resultados do quadro abaixo retratam o espelho atual da situação da saúde dos povos indígenas, quando tratam-se de perfil nutricional, DCNTs e transformações em sua transição alimentar, contidas no PRIMEIRO INQUÉRITO NACIONAL DE SAÚDE E NUTRIÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS, demonstram alguns parâmetros relevantes as informações já destacada nesse estudo. Em relação a HAS correlacionada ao IMC, estatisticamente os dados nos mostra menor evidência na região Norte, seguindo por maior percentual na região Centrooeste, e inferior no sul e sudeste. Quando relacionado a níveis socioeconômicos nota-se que a coexistência é prevalente, um dos fatores que corroboram para o aumento das DCNTs, é importante enfatizar o grau de escolaridade e questões tanto sociais quanto econômicas são fatores que pesam nesse contexto, essa é a realidade do cenário da proporção da hipertensão arterial em mulheres indígenas das quatro regiões do Brasil (CARDOSO; *et. al*, 2018).

De acordo com os resultados obtidos segundo os autores (OLIVEIRA; CORDEIRO, *et. al.*, 2012), apesar da hipertensão e a diabetes representarem, respectivamente, apenas 16,4% e 1,8% das doenças citadas pelos indígenas, observaram que as mesmas são as que chamam atenção, pois elas aparecem como outros agravos, destacando-se no decorrer dos anos entre os potiguaras, em virtude do número de atendimentos médicos realizados nas aldeias aos indígenas cadastrados no Programa Hiperdia. Ressalta-se a presença de alterações nos parâmetros

alimentares e perfil nutricional, caracterizando o processo de transição alimentar em que comunidades indígenas vem sofrendo ao decorrer do tempo. Entre essas alterações o êxodo rural é algo que aproxima as comunidades indígenas e estão mais suscetíveis a adquirir as DCNTs.

Em relação à transição alimentar, a cada vez que vai viabilizando o acesso entre povos indígenas e grandes centros urbanos, onde tem acesso a alimentos industrializados, o aumento do consumo de alimentos ultra processados é gritante. Como indicador dessa realidade estudos demostram que durante a pesquisa realizada em determinada aldeia era evidente a presença de embalagem de produtos ultra processados indicando assim alto consumo desses produtos pela comunidade. Mesmo diante dessa realidade ainda existem parte dessa população que ainda preservam as práticas tradicionais da agricultura com principal fonte de alimentação do núcleo familiar. E como consequência desses autoconsumo de alimentos ultra processados altas taxas de indivíduos portadores de diabetes e hipertensão, chamando atenção também para o aparecimento de desnutrição infantil, sendo relativo a questões socioeconômicas como baixa renda (ROCHA; SILVA, 2016).

Sobre a desnutrição é importante destacar que não é apenas as comunidades indígenas que passam por esse processo de transição alimentar, no Brasil estudos apontam que esse processo vem ganhando evidência aos passar dos anos. Em uma sociedade considerada em sua maior população de baixa renda, por um longo período a principal preocupação era desnutrição, nesse contexto atual, houve um processo de transição alimentar que passou de desnutrição para obesidade evidentemente em um público maior de crianças e adolescentes, distinguindo a diminuição de consumo de alimentos in natura, em maior consumo de alimentos ultra processados e práticos ofertados pela indústria de alimentos, consideravelmente esses dois perfis nutricionais, tanto quanto a desnutrição causada pela falta ou escassez de alimentos, quanto a obesidade causado por consumo excessivos de alimentos industrializados, são nocivos à saúde e afeta a qualidade de vida do indivíduo (ULRICH; BRIETZKE, 2021).

Estudos vão identificar os fatores relevante quem tem causado alterações no perfil nutricional segundo o autor (KIAN, KAUHANA OLIVEIRA; 2015) os crescentes índices de obesidade encontrado em mulheres se dar pelo fato de mulheres estarem

mais propícias a consumirem alimentos ultra processados, por fatores de baixa escolaridade, e um estilo de vida considerável sedentário é perca da cultura alimentar e a aproximação ao centros urbanos corroboram para esses índices.

Em relação às patologias mais frequente nos resultados, observa-se uma maior frequência da hipertensão arterial sistêmica, seguida da transição de sobrepeso para a obesidade, nota-se a coexistência de indivíduos que estão com sobrepeso, evoluindo para a obesidade. No entanto, correlacionando o sobrepeso e a obesidade em questões de gêneros existe uma maior prevalência do desenvolvimento de sobrepeso em mulheres. Além da transição alimentar já citada, questões sociais e econômicas, mudanças de hábitos alimentares, sedentarismo, em relação a faixa etária, observa-se que é maioria em mulheres adultas, são os indicadores que podem ser observados nos estudos investigados. Em relação aos homens, observa-se maior prevalência de HAS, seguido de alterações no perfil nutricional como o sobrepeso e obesidade, em indígenas da Etnia Xucuru do Ororuba (FAVARO; *et.al.*, 2015).

Em evidência, um estudo realizado com indígenas Xucuru do Ororuba trouxe as seguintes questões a serem discutidas, evidentemente em concordância com os resultados acima, nessa determinada população os dados semelhantes, em relação a maiores parâmetros de IMC em mulheres, resultando em sobrepeso e obesidade. Mulheres com sobrepeso (52,2%), com obesidade 21(%), homens com sobre peso (41%), com obesidade (7,5%), esses dados estão associados a baixa ingestão de alimentos ricos em nutrientes, o processo de “aculturação” e descaracterização do ambiente tradicional, e perda do seu território de origem e as reorganizações submissas ao passar dos anos (BARROS; *et.al*, 2018).

Segundo Santos (2016) os resultados demonstram em seu estudo, avaliando a imagem corporal, IMC e HAS, em indígenas no Xingu, que a relação do sobrepeso e obesidade foi maior entre os homens avaliados, em mulheres foram receptivamente maior em relação a obesidade central, contudo foi mais elevada em mulheres (69,4%) quando comparamos com os homens (12,2%). Em relação a autoimagem corporal, a maioria indicou insatisfação e não houve alterações de acordo com o gênero. Quando essa satisfação se refere a autoimagem relacionada ao excesso de peso e a obesidade, maior índice em mulheres, se diziam

insatisfeitas com a autoimagem corporal. Também foi perceptível valores indicando alteração da pressão arterial e do índice glicêmico em indígenas da etnia Xingu.

Quadro 1. Descrição dos artigos que avaliaram as mudanças de hábitos alimentares, surgimentos de DCNT e impactos no perfil nutricional da população indígena.

AUTOR/ ANO	TEMA	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS ENCONTRADOS
CARDOSO, ANDREY MOREIRA; <i>et al.</i> , 2018.	Hipertensão Arterial Em Mulheres indígenas do Brasil: Resultado do primeiro inquérito nacional de saúde e nutrição dos povos indígenas	Estimar e comparar a prevalência da hipertensão arterial e identificar fatores associados a mulheres indígenas nas macrogeriões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul/Sudeste brasileiras	Trata-se de uma pesquisa de origem transversal que avaliou mulheres entre 14 e 49 anos, residentes em aldeias utilizando amostra probabilística estratificada representativa de quatro microrregiões. Foram calculadas valores da pressão arterial sistólica e diastólicas, prevalência	De acordo o Primeiro Inquérito de Saúde dos povos Indígenas, observou-se que a prevalência da HAS foi menor no Norte, atingindo valores superiores chegando a 117/74,4 mmHg no CENTRO-OESTE, SUL E SUDESTE, assim como a prevalência de HAS em NORTE: 4,0%, NE 10,7%, CO 16,9%, S/SE 17,5%. A prevalência nacional foi 10%, a HAS também foi associada com o IMC, idade, anos de estudo. A pressão sistólica e a pressão diastólica mostram as mesmas associações da HAS, além da pressão inversa de acordo com índice socioeconômico.

			de HAS e fatores associados.	
--	--	--	------------------------------	--

ROCHA; SILVA, 2016.	Mudanças dos hábitos alimentares entre os Akwen Xerente.	Avaliar as alterações causadas no processo de transição alimentar pela população indígena.	Tratou-se de uma pesquisa com abordagem etnográfica qualitativa, no período de setembro de 2013 a 2014, com 350 indígena da aldeia funiô.	No decorrer da pesquisa tornou-se evidente a transição dos hábitos alimentares nas populações indígenas, isso foi observado pela presença em toda aldeia de embalagens de alimentos industrializados, outros fatores como déficit no plantio de roças, benefícios governamentais, demarcação de terras e acesso a tecnologias. No entanto a prática alimentar está definida como modelo da
---------------------	--	--	---	--

				<p>sociedade industrial, alimentação é um fator de preocupação para aquelas aldeias visto que o surgimentos das doenças como Hipertensão e diabetes, tem aumentado, bem como a desnutrição infantil. Porém algumas famílias ainda mantém o cultivo de roças, utilizando de alguns recursos naturais para a sobrevivência e manutenção da cultura.</p>
--	--	--	--	---

<p>KIAN, KAUHANA OLIVEIRA; 2015.</p>	<p>Excesso de peso e paridade em mulheres indígenas de Dourados, MS</p>	<p>Avaliar a associação entre excesso de peso e paridade entre mulheres indígenas em idade fértil no município de Dourados-MS, controlada para fatores de confusão</p>	<p>Foi realizado estudo transversal, de base populacional acerca do excesso de peso em mulheres indígenas com idade entre 15 e 49 anos residentes nas aldeias em Dourados, MS.</p>	<p>Foi realizada a coleta de dados e nas 399 mulheres foram avaliadas foi identificado a coexistência de sobrepeso em 37,3%, e 28,3% de obesidade totalizando 65,6% de excesso de peso.</p> <p>Importante destacar que não foi identificado nenhuma mulher com baixo peso e a média de idade é de 29 anos. Enquanto a avaliação do IMC houve alterações de acordo com a faixa etária, escolaridade, uso de contraceptivo hormonal e números de filhos.</p> <p>Em mulheres que preferiram consumir contraceptivo hormonal nota-se que com o aumentou a faixa etária evidenciou a proporção de 1, 07 vezes mais o excesso de peso.</p>
--	---	--	--	--

FAVARO; <i>et al.</i> , 2015.	Obesidade e excesso de peso em adultos indígenas Xucuru do Ororuba, Pernambuco, Brasil: magnitude, fatores socioeconômicos e demográficos associados.	O presente estudo tem objetivo de estimar a prevalência excesso de peso em adultos Xucuru do Ororuba em Pernambuco.	Refere-se a um estudo de corte transversal, que foi realizado na terra indígena (TI) Xucuru do Ororuba no município de Pesqueira Pernambuco, foi realizado uma investigação ampla sobre o perfil nutricional e prevalência das doenças crônicas não transmissíveis.	Foram investigados 361 homens (45,8) e 433 mulheres (54,2), a amostra final foi composta por 794 indivíduos, de acordo com as características do público investigado de acordo com as questões socioeconômicas e demográfica quanto ao estado nutricional 2,6% dos indivíduos apresentam baixo peso, e o sobre peso foi identificado em 44,1% dos homens e 54% das mulheres, quanto a obesidade foi 7,5% e 21% respectivamente. O excesso de peso foi mais frequente em mulheres e indivíduo maiores de 29 anos, a renda per capita também foi um fator determinante no aumento da probabilidade da prevalência de obesidade principalmente em homens.
-------------------------------	---	---	---	--

<p>MAZZETI, CAMILA MEDEIROS DA SILVA, 2013.</p>	<p>Estado Nutricional dos indígenas Pataxó de 5 aldeias de Minas Gerais, Brasil.</p>	<p>Avaliar o estado nutricional, o perfil sociodemográfico, econômico, o saneamento básico e a forma de obtenção de alimentos, dos indígenas das 5 aldeias Pataxó em Minas Gerais.</p>	<p>O presente estudo teve como método o estudo epidemiológico descritivo de delineamento transversal sobre o estado nutricional, o perfil sociodemográfico, econômico, o saneamento básico dos indígenas das 5 aldeias Pataxó em Minas Gerais.</p>	<p>De acordo com o estudo observou-se que 51 % da população estudada era do sexo feminino, de idade média entre 17 e 23 anos, cerca de 25,1% eram crianças, 24,8% adolescentes, e 45,9 adultos 4,2 idosos. Entre as crianças destacam-se ausência de déficit entre o peso por idade, o excesso de peso atingiu 3% das crianças e 10% dos adolescentes, o excesso de peso foi mais frequente no sexo feminino. Entre a faixa etária de adultos e idosos apresentase maior prevalência de sobrepeso e obesidade em maior escala em mulheres adultas. No que refere-se a classificação dos valores dos pontos de corte da CC, nota-se alterações significantes com riscos elevados de acordo com o sexo. O acúmulo de gordura visceral em mulheres, foi observado em maior evidencia em mulheres somando (90 %), em relação os homens (29,9%).</p>
---	--	--	--	---

<p>TAVARES, FILIPE GUIMARÃES; <i>et al.</i>, 2013</p>	<p>Níveis tensionais de adultos indígenas Suruí, Rondônia, Brasil</p>	<p>Analisar o processo de transição alimentar e epidemiológico, relacionar os agravos, como prevalência da hipertensão arterial e investigar a relação com estado nutricional em adultos indígenas Sururi.</p>	<p>Foi realizado estudo transversal, para descrever os níveis tensionais em adultos, foram visitadas 9 aldeias e avaliado 251 indivíduos, foi realizada a aferição da hipertensão arterial, relação cintura quadril (RCQ), bem como as medidas antropométricas (peso e altura), perímetro braquial, pregas cutâneas e IMC. A população em estudo foi categorizada pelas</p>	<p>A população apresentou proporções semelhantes entre homens e mulheres, a estrutura etária corresponde a uma população jovem com média até 40 anos, média do peso e estatura foi superior no sexo masculino. O IMC foram semelhantes em ambos os sexos, as média da maioria da medidas antropométricas foram superior nos homens, exceto da prega cutânea (PCT) única que apresentou variável estatisticamente significativa entre os sexos. Mais da metade dos adultos apresentaram excesso de peso sendo essa proporção semelhante entre os sexos, em relação ao perímetro da cintura e a RCQ foi consideravelmente maior em mulheres a PAS variou 90 mmHG a 163 mmHg, com média de 111,7 mmHg, ambas as medias foram superior ao sexo masculino, embora sem significantes</p>
---	---	--	---	--

			<p>condições socioambientais e por faixa etária e indicadores nutricionais segundo o gênero.</p>	<p>estatísticas. A prevalência de HAS foi maior nas faixas etárias mais elevadas, globalmente e no sexo masculino.</p> <p>Nas mulheres, verificou hipertensão arterial acima dos 40 anos de idade a prevalência de HAS foi maior em indivíduos com concentração abdominal de gordura (PC e RCQ) e em indivíduos de menor nível socioeconômico.</p>
--	--	--	--	--

SANTOS; <i>et al.</i> , 2013.	Cultura alimentar e índice de massa corporal em índios em Terezina - PI	Avaliar o perfil nutricional, consumo habitual de alimentos de índios e investigar o índice de massa corporal dessa população em estudo.	Trata-se de uma pesquisa epidemiológica, de base quantitativa e transversal. Foi realizada com famílias indígenas das etnias Guajajara e Kanela, advindos do estado do Maranhão. Foram avaliados por alunos de Nutrição, foram constituídos com perguntas abertas e fechadas Sobre consumo alimentar habitual, nos quais. Foram registrados os	O estudo foi realizado com 175 participantes, sendo 29,7% criança, 11,4% adolescente, 58,9% adultos, sendo 52% do sexo feminino e 63,4% do sexo masculino da etnia guajajara. Entre as crianças avaliadas percebe-se percentual elevado de sobrepeso, sendo 16, 6% das guajajara e 31,2% das kanela. Nos adolescentes também foi identificado auto percentual de sobrepeso 20% não houve associação significativa entre o etnia e estado nutricional das crianças e adolescentes participantes do estudo. Em relação ao consumo alimentar foi constatado que maior parte (90%) da população em estudo realizam pelo menos três refeições diárias, os alimentos mais comuns são arroz, farinha, feijão, frango, laranja e banana.
-------------------------------	---	--	--	--

			alimentos consumidos pela família.	
OLIVEIRA; <i>et al.</i> , 2012.	Situação de vida, saúde e doença da população Indígena Potiguara.	Destacar o contexto sociocultural científico, como produção de conhecimento visando oferecer informações úteis para o fortalecimento de	Estudo exploratório de abordagem quantitativa para o levantamento de questões relacionada a situação de vida, saúde e doença. Foram utilizadas amostras com caráter de investigação.	De acordo com os resultados obtidos, observa-se que a morbidade referida pelos participantes a HAS apresenta 16,4 % e a diabetes 1,8% dos participantes, no que trata-se da transição epidemiológica e demográfica, destaca-se as alterações nos padrões

		<p>ações para o planejamento de promoção a saúde da população em estudo.</p>		<p>alimentares e nutricionais, levando em conta as necessidades e que o déficit nutricional está marcado por alterações no nível de atividade física e composição da dieta. Nas populações que estão mais próxima das áreas urbanas, percebe-se o aparecimento de novos problemas de saúde, isso se dar devido as mudanças nos hábitos de vida e alimentação, ocasionando maior probabilidade a desenvolver hipertensão, diabetes e obesidade e câncer.</p>
--	--	--	--	---

ROCHA, ANA KARINA SILVA; <i>et al.</i> , 2011.	Prevalência da síndrome metabólica em indígenas com mais de 40 anos no Rio Grande do Sul, Brasil	Estudar a prevalência da síndrome metabólica (SM) em indígenas com idade maior do que 40 anos em duas cidades no Rio Grande do Sul, Brasil.	Estudo transversal, descritivo e analítico foi realizado nos municípios de Porto Alegre e No período entre julho e agosto de 2009. Para avaliar a Síndrome Metabólica, foram coletadas amostras de sangue e medidas antropométricas. Foi aplicado questionário sobre hábitos alimentares saudável.	O índice da coexistência da SM foi de 63,5% mais pertinente ao sexo feminino, bem como a prevalência da obesidade que de acordo com as amostra considerando a distribuição do IMC 25 (16,7%) indígenas eram eutrófico, 71 (47,3%) eram obesos e 54 (36,0%) estavam com sobrepeso, alterações na circunferência abdominal, glicemia em jejum e HDL, colesterol e presença de HAS, hipertrigliceridemia e obesidade foram atribuídos a SM. Em relação aos hábitos alimentares dessa população em estudo identificou-se que os indígenas tinha uma dieta pouco saudável com baixo consumo de vegetais, frutas e legumes e não eram praticantes de atividade física, foi constatado alto consumo de doces, refrigerantes, álcool e alimentos ultra processados.
--	--	---	--	---

<p>CASTRO, TEREZA CONTIJO; <i>et al.</i>, 2010.</p>	<p>Estado nutricional de indígenas kaingang, matriculados em escola indígena do Rio Grande do Sul, Brasil</p>	<p>O estudo teve como objetivo avaliar o perfil nutricional dos indígenas em diferentes faixa etária em escolas na TI kaingang, no Rio Grande do Sul, observando a transição nutricional, e doenças metabólicas associada ao perfil nutricional dessa população.</p>	<p>Foi realizado um estudo transversal de base escolar com 3.254 indígenas, em 12 TI , no RIO Grande do Sul, foi avaliado o peso, estatura e circunferência da cintura, e classificação do estado nutricional.</p>	<p>De acordo com o estudo realizado, foram realizados avaliação em crianças adolescentes e adultos, na avaliação global de prevalência de distúrbios entre as crianças e adolescente observou a coexistência de baixo percentual de déficit, em relação peso/idade, prevalecendo assim déficit na estatura e excesso de peso. Entre o adultos identificou alterações com prevalência de excesso de peso em 80% e mais de 45% estava com risco aumentado para complicações metabólicas. Em relação as crianças as alterações não tiveram alterações em um gênero específico. Nos adolescentes estaticamente o excesso de peso foi identificado nas meninas. Entre os adultos avaliados foi identificado valores elevados na CC sendo tais valores mais elevado em mulheres.</p>
---	---	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa 2022.

Dados semelhantes foram encontrados em outros estudos correlacionando parâmetros semelhantes, porém de acordo com análise da coleta de dados antropométricos e circunferência da cintura, foi observado a superioridade de obesidade em mulheres indígenas da etnia pataxó em Minas Gerais, ao qual observou que maior quantidade do acúmulo de gordura corporal era em mulheres somando (90%) da população avaliada, em associação os homens teve o percentual de (29,9%) dos indivíduos avaliados no povo indígena Pataxó, Minas Gerais (MAZZETI, 2013).

Em relação a desenvolvimento de alterações no perfil nutricional o autor (TAVARES, FILIPE GUIMARÃES; *et al.*, 2013) vai mostrar que homens e mulheres de nove aldeias em Rondônia do povo Sururi, tem valor parecidos em relação ao IMC, diferente do que mostra outros estudos destacados nessa pesquisa que a evidência feminina é maior esses fatores diferem do contexto em qual está inserido a população e as realidade da vida que cada povo indígena específico. Porém na RQC foi mais evidente em mulheres e a HAS em maior quantidade em homens porém vem atingindo mais mulheres com faixa etária superior a 40 anos, esses e demais resultados são informações sobre o parâmetro da saúde dos indígena do Sururu, Rondônia.

São muitos os casos que evidencia das mudanças de hábitos da população indígena no qual corroboram para o surgimentos de doenças e alterações no perfil nutricional em populações indígenas segundo (OLIVEIRA; 2012) cada vez mais próximo dos centros urbanos por meio da transição epidemiológica e demográfica, maior evidencias de ter maus hábitos alimentares, e manter um estilo de vida sedentário é considerado as principais causas do desenvolvendo as DCNTS.

De acordo com algumas investigações há um indicativo da predominância da síndrome metabólica que é ocasionada pelo acúmulo de gordura corporal, HAS e resistência insulínica, no qual foi identificado cerca de 63,5% em maior prevalência em mulheres, em relação ao índice massa corporal identificou uma média de 25 (16,7%) dos indivíduos eram eutrófico, 71 (47,3%) eram obesos e 54 (36,0%) estavam com sobrepeso, alterações na circunferência abdominal, glicemia em jejum e HDL, colesterol e presença de HAS, hipertrigliceridemia e obesidade foram atribuídos a SM, esses dados estão relacionado a uma dieta pobre em nutrientes e

rica em alimentos industrializados e adição de excesso de aditivos, sódio e açúcar, são alarmantes os dados obtidos sobre uma população conhecida por uma cultura alimentar predominante tradicional e saudável (ROCHA, *et. al*, 2011).

Segundo Santos (2016) os resultados demonstram em seu estudo, avaliando a imagem corporal, IMC e HAS, em indígenas no Xingu, que a relação do sobrepeso e obesidade foi maior entre os homens avaliados, em mulheres foram receptivamente maior no que difere a obesidade central, contudo foi mais elevada em mulheres (69,4%) quando comparamos com os homens (12,2%). Em relação a autoimagem corporal, a maioria indicou insatisfação e não houve alterações de acordo com o gênero. Quando essa satisfação se refere a autoimagem relacionada ao excesso de peso e a obesidade, maior índice em mulheres, afirmavam insatisfeitas com a autoimagem corporal. Também foi perceptível valores indicando alteração da pressão arterial e do índice glicemia em indígenas da etnia Xingu.

Parâmetros como circunferência da cintura foram realizados a correlação com essa transição alimentar da população indígena (CASTRO, *et. al*) trazem esses resultados que maioria dos entrevistados estão com risco aumentado para doenças metabólicas, na avaliação global é evidente risco na transição de desnutrição para obesidades em várias faixa etária, como crianças, adolescentes adulto em especial as mulheres vem se destacando na maioria dos estudos realizados.

Diante dos resultados encontrados, em comunidades indígenas, destaca-se um cenário vulnerável em que se encontra a saúde dos povos indígenas, tornando-se objeto de estudo pois muitos estudiosos busca-se compreender esse universo amplo, que causa interesse para realização de pesquisas para abordar essa temática, afim de esclarecer situações importante na área da saúde como todo, e trazer realidades sobre dados científicos concretos na literatura, que deslumbre a ideia que a sociedade tem do indígena, vários processos aconteceram desde a colonização do Brasil, de tal modo identifica-se a transição alimentar que causa grandes avanços de predominância de doenças e agravos nessa população, um retrocesso para a saúde indígena. Diante desse cenário podem-se citar vários estudos aqui distinguido que mostra a relação da transição alimentar e suas consequências para os indígenas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre análise dos dados encontrados, subtemde-se que de acordo com a literatura é notório o processo de transição alimentar em comunidades indígenas não isoladas em todo território brasileiro, em virtude disso destaca-se a coexistência das DCNTs, com ênfase da predominância de alterações no perfil antropométrico causado pela transição de sobrepeso para obesidade principalmente em mulheres.

O processo de transição está presente entre o estado de desnutrição para obesidade em crianças e adolescente e altos índices prevalentes de HAS, sendo maior na população adulta e no que difere de gêneros maior evidencia em mulheres, as demais enquanto diabetes mellitos, Dislipidemia tem valores relativamente consideráveis.

As DCNTs são consideradas de causas multifatoriais e atingem pessoas no mundo inteiro e podem ser alteradas de acordo com os hábitos de vida do indivíduo. Quando se trata de saúde de povos indígenas, devem-se construir estratégias para melhorar esses indicadores e promover qualidade de vida, manter os padrões tradicionais preservando a cultura alimentar.

Por fim, é necessário implementar mais ações de educação em saúde nas comunidades assistidas pelo Sistema Único de Saúde-SUS, e seu subsistema a Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI e intensificar a atuação dos profissionais de saúde dos DISEIs em área, a fim de combater e prevenir doenças e preservar a saúde e a qualidade de vida nas comunidades indígenas e sua importante existência para a história do Brasil, de forma que minimize os danos evitando que ocorra a extensão de etnias, buscando a preservação da cultura alimentar para a saúde, e suas organizações tradicionais que é um modelo e exemplos de vivência em suas comunidades, em todo território brasileiro.

REFERÊNCIAS

ATHILA, Adriana Romano; LEITE, Maurício Soares. **A medida da fome: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil, 2020.**

Disponível em: CSP_2080_19_Medidas (scielo.br). Acesso em 27 de outubro de 2022.

BARROS, Gustavo Galdino de Menezes; *et. al.*: **TRANSIÇÃO NUTRICIONAL E SUA RELAÇÃO COM A PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL EM**

ÍNDIOS BRASILEIROS, 2018. Disponível em: TRANSIÇÃO NUTRICIONAL

(4).pdf. Acesso em 18 de outubro de 2022.

BEFANTTI, Bianca; **Hipertensão arterial e diabetes, entre outros males, atingem um número crescente de indígenas do Xingu e preocupam especialistas, 2014.**

Disponível em [https://Índios brasileiros estão cada vez mais doentes - Comunicação \(unifesp.br\)](https://Índios brasileiros estão cada vez mais doentes - Comunicação (unifesp.br), 2014: acesso em 30 de março de 2022), 2014: acesso em 30 de março de 2022.

FROTA, Karoline de Macêdo Gonçalves: **Crianças e adolescentes que consomem alimentos ultraprocessados possuem pior perfil lipídico? Uma revisão sistemática: 2020.**

Disponível em: SciELO - **Saúde Pública - Crianças e adolescentes que consomem alimentos ultraprocessados possuem pior perfil lipídico? Uma revisão sistemática** Crianças e adolescentes que consomem alimentos ultraprocessados possuem pior perfil lipídico? Uma revisão sistemática (scielosp.org). Acesso em 19 de maio de 2022.

BORGES, Maria Fernanda de Souza Oliveira; SILVA, Ilce Ferreira; KOIFMAN,

Rosalina: **Histórico social, demográfico e de saúde dos povos indígenas do estado do Acre, Brasil, 2020:** Disponível em: SciELO - Saúde Pública - Histórico social,

demográfico e de saúde dos povos indígenas do estado do Acre, Brasil Histórico social, demográfico e de saúde dos povos indígenas do estado do Acre, Brasil (scielosp.org), acesso em 19 de maio de 2022.

BRASIL, 2017. Disponível em: <https://Arquivototal.pdf> (ufpb.br): acesso em 27 de março de 2022.

BRASIL, 2019: Disponível em : SciELO - Saúde Pública - Prevalência estimada e fatores associados à hipertensão arterial em indígenas adultos Krenak do Estado de Minas Gerais, Brasil Prevalência estimada e fatores associados à hipertensão arterial em indígenas adultos Krenak do Estado de Minas Gerais, Brasil (scielosp.org); acesso em 03 de abril de 2022.

CARVALHO, Jessica Tamires Santos; ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA, 2018. Disponível em: https://JÉSSICA_TAMIREES_SANTOS_CARVALHO.pdf (ufs.br). Acesso em 02 de abril de 2022.

CASTRO, Tereza Contijo; *et. al*: Estado nutricional dos indígenas Kaingáng matriculados em escolas indígenas do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 2010. Disponível em: SciELO - Brasil - Estado nutricional dos indígenas Kaingáng matriculados em escolas indígenas do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil Estado nutricional dos indígenas Kaingáng matriculados em escolas indígenas do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Acesso em 30 de setembro de 2022.

CORDEIRO, Rita de Cassia; *et, al*: SITUAÇÃO DE VIDA, SAÚDE E DOENÇA DA POPULAÇÃO INDÍGENA POTIGUARA, 2012. Disponível em: Reme V16 n1.indd (fiocruz.br). Acesso em 25 de setembro de 2022.

CHAGAS, Cristiane Alvarenga: Prevalência estimada e fatores associados à hipertensão arterial em indígenas adultos Krenak do Estado de Minas Gerais, LOUZADA, Maria Laura da Costa: *et.al.*: Alimentos ultra processados e perfil nutricional da dieta no Brasil:

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/dm9XvfGy88W3WwQGBKrRnXh/?lang=pt&format=pdf>, 2015: acesso em 30 de março de 2022.

FÁVARO, Thatiana Regina; *et. al.*: Obesidade e excesso de peso em adultos indígenas Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil: magnitude, fatores socioeconômicos e demográficos associados, 2016. Disponível em: SciELO - Brasil - Obesidade e excesso de peso em adultos indígenas Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil: magnitude, fatores socioeconômicos e demográficos associados Obesidade e excesso de peso em adultos indígenas Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil: magnitude, fatores socioeconômicos e demográficos associados . Acesso em 28 de setembro de 2022.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI), 2022: Disponível em: Último censo do IBGE registrou quase 900 mil indígenas no país; dados serão atualizados em 2022 — pt-br (www.gov.br). Acesso em 27 de outubro de 2022.

GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia; Saúde Indígena: uma introdução ao tema, 2012. Disponível em https://saude_indigena_uma_introducao_tema.pdf: Acesso em 27 de março de 2022.

ULRICH, Jamile; BRIETZKE, Franceli: RELAÇÃO OBESIDADE X DESNUTRIÇÃO INFANTIL, 2021. Disponível em: 298-73-509-1-10-20211007 (4).pdf . Acesso em 18 de outubro 2022.

KIAN, Kuhana Oliveira: Excesso de peso e paridade em mulheres indígenas em Dourados, MS, 2013. Disponível em: BVS Saúde dos Povos Indígenas: Excesso de peso e paridade em mulheres indígenas em Dourados, MS (fiocruz.br). Acesso em 12 de Outubro de 2022.

LEITE, Maurício Soares: III - Alimentação e nutrição indígena 7. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena; 2007: disponível em <https://barros978857541587009.pdf> acesso em 26 de março de 2022.

LOPES, Helaine Ferreira Vilarino: PREVALÊNCIA DA OBESIDADE NA POPULAÇÃO INDÍGENA DO BRASIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA 2014. Disponível em: 045187273.pdf (fiocruz.br). Acesso em 02 de abril de 2022.

MALTA; Deborah Carvalho; NETO, Otaliba Libânio de Moraes; JUNIOR; Jarbas Barbosa da Silva: Apresentação do plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil, 2011 a 2022; 2011. Disponível em: Apresentação do plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil, 2011 a 2022 (iec.gov.br): Acesso em 19 de maio de 2022.

MAZETII, Camila Medeiros da Silva; Estado nutricional dos indígenas Pataxó de 5 aldeias de Minas Gerais, Brasil, 2015. Disponível em: BVS Saúde dos Povos Indígenas: Estado nutricional dos indígenas Pataxó de 5 aldeias de Minas Gerais, Brasil (fiocruz.br). Acesso em 28 de setembro de 2022.

MEDEIROS, G.B.J *et al.* Manual de avaliação nutricional, editora IESP, Cabeldelo-PB, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Guia Alimentar da População Brasileira; 2 Edição, 2014; acesso em 02 de abril de 2022.

MOURA, Patrícia Garcia; *et al.* : População indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal, 2010. Disponível em: [https:// SciELO - Brasil - População indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal](https://SciELO-Brasil-Popula%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena%3A%20uma%20reflex%C3%A3o%20sobre%20a%20influ%C3%AAncia%20da%20civiliza%C3%A7%C3%A3o%20urbana%20no%20estado%20nutricional%20e%20na%20sa%C3%BAde%20bucal) População indígena: uma

reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. Acesso em 27 de março de 2022.

MURA, Fabio (coord.). Relatório de Fundamentação Antropológica para caracterizar a ocupação territorial dos Tabajara no Litoral Sul da Paraíba. Instrução técnica Executiva n.34/DAF/2010. João pessoa, ago.2010.

PORTO, Rafael Gastal; et.al; PRODUÇÃO, MODO DE VIDA E

SINGULARIDADES: O CASO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DA ETNIA WAI WAI EM RORAIMA 2016. Disponível em: <https://146843458723721-RafaelPortoCongresso-SBSP-2016.pdf> (embrapa.br). Acesso em 26 de março de 2022.

MOREIRA, Cardoso Andrey; et. al: HIPERTENSÃO ARTERIAL EM MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL: RESULTADOS DO INQUÉRITO NACIONAL DE

SAÚDE E NUTRIÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS, 2018. Disponível em: Hipertensão arterial em mulheres indígenas no Brasil: resultados do inquérito nacional de saúde e nutrição dos povos indígenas (fiocruz.br). Acesso em dia 05 de outubro de 2022.

ROCHA, Ttiana Evangelista da Silva; et.al: Mudanças dos hábitos alimentares entre os Akwen Xerente, 2016. Disponível em: SciELO - Brasil - Changing dietary habits among Akwen Xerente Changing dietary habits among Akwen Xerente . Acesso dia 25 de setembro de 2022.

ROCHA, Ana Krina Silva; et. al: Prevalência da síndrome metabólica em indígenas com mais de 40 anos no Rio Grande do Sul, Brasil, 2011. Disponível em: 06--ARTIRocha--41-45 (scielosp.org) . Acesso em 17 de outubro 2022.

SALDANHA, Suzana Freira Leite; Comportamento sedentário e consumo de alimentos

ultra processados de adolescentes em um município do nordeste do SANTOS,
Fabiana

Jesus: INSEGURANÇA ALIMENTAR E AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO
TRANSMISSÍVEIS NA POPULAÇÃO INDÍGENA: revisão integrativa;2021.
Disponível em: <https://Monografia - Fabiana. Jesus d. Santos. certo.pdf>
(animaeducacao.com.br). Acesso em 27 de março de 2022.

SANTOS, Kennedy Maia: IMAGEM CORPORAL, ÍNDICE DE MASSA
CORPORAL, PERÍMETRO DA CINTURA, ALTERAÇÃO DA PRESSÃO
ARTERIAL E INTOLERÂNCIA À GLICOSE ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DO
XINGU, BRASIL, 2016. Disponível em: Universidade Federal de São Paulo
(fiocruz.br). Acesso em 18 de outubro de 2022.

SANTOS, Marize Melo et al. Cultura alimentar e Índice de massa Corporal de Índios
em Teresina-PI. Disponível em: CULTURA ALIMENTAR E ÍNDICE DE MASSA
CORPORAL DE ÍNDIOS EM TERESINA-PI | Cadernos Camilliani e-ISSN: 25949640
(saocamilo-es.br). Acesso em 17 de Outubro de 2022.

SILVA, Ilton Palmeira: DISLIPIDEMIAS E DISTURBIOS CARDIOMETABÓLICOS
EM POPULAÇÕES INDÍGENAS; 2019. Disponível em: TESE Ilton Palmeira
Silva.pdf (ufpe.br). Acesso em 02 de abril de 2022.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SISVAN, 2011.
Disponível em: SISVAN (saude.gov.br) Acesso em 28 de maio de 2022.

TAVARES, Felipe Guimarães; *et. al.*: Níveis tensionais de adultos indígenas
Suruí, Rondônia, Brasil, 2013. Disponível em: SciELO - Brasil - Níveis tensionais

de adultos indígenas Suruí, Rondônia, Brasil Níveis tensionais de adultos indígenas Suruí, Rondônia, Brasil. Acesso em 10 de Outubro de 2022.

WEITIZMAN; Rodica; As práticas alimentares “tradicionais” no contexto dos povos indígenas de Minas Gerais, 2013; Disponível em: Redalyc.As práticas alimentares “tradicionais” no contexto dos povos indígenas de Minas Gerais. Acesso em 19 de maio de 2022.

A INFLUÊNCIA DA ESTÉTICA NA POPULAÇÃO INDÍGENA TABAJARA DA PARAÍBA

Raissa Marília Rodrigues da Silva

Josemary Freire Rocha

Heloyza Helena de Oliveira Tomé

1. APRESENTAÇÃO

A relação entre estética, identidade cultural e saúde é um tema central nas comunidades indígenas, onde práticas ancestrais se conectam a questões contemporâneas de autoafirmação e autoestima. A população indígena Tabajara da Paraíba é um exemplo marcante dessa interação.

Neste contexto, o uso do urucum, elemento tradicional amplamente empregado pela comunidade, destaca-se como um recurso que vai além do estético, funcionando também como símbolo de resistência e valorização cultural. Os Tabajara têm no urucum um aliado para a pintura corporal e facial, prática que expressa identidade, protege a pele e reafirma a conexão com seus ancestrais.

Este trabalho aborda uma pesquisa de campo na área da estética e cosmética, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população indígena Tabajara. Observando o cotidiano da comunidade, foi possível analisar o impacto da estética em suas vidas, especialmente na contribuição para cuidados com a pele, o corpo e na renovação da autoestima.

Durante a pesquisa de campo, identifiquei que muitos integrantes da comunidade não utilizam protetor solar em sua rotina e permanecem expostos ao sol sem o cuidado necessário para proteger a pele. Além disso, constatei que poucos já tiveram acesso a procedimentos estéticos. A introdução de práticas estéticas na aldeia busca, portanto, promover benefícios como o conhecimento sobre a importância do protetor solar, os cuidados com a saúde e o corpo, e o bem-estar geral.

O trabalho também leva em conta o uso de recursos naturais, como ervas medicinais, chás, o urucum e o jenipapo, que são amplamente utilizados na fitoterapia e em tratamentos de saúde e beleza. O objetivo principal é levar práticas de estética facial e corporal para dentro da aldeia, visando a melhoria da saúde e da autoestima da população indígena Tabajara, situada na Aldeia Vitória, no município de Conde, Paraíba.

Os indígenas são reconhecidos por manterem tradições e conhecimentos ancestrais em diversas áreas, incluindo a beleza. Este campo abrange um amplo repertório de práticas de cuidado com a saúde, a longevidade e a aparência. Atualmente, a estética exerce uma influência direta e indireta no cotidiano das pessoas, e, entre os indígenas, os conhecimentos adquiridos na interação com a natureza são amplamente utilizados. Através de práticas culturais, são empregados produtos extraídos diretamente da natureza, sem adição de cosméticos ou industrializados.

Nesse cenário, o urucum, fruto de coloração vermelha, é um dos principais aliados no uso diário dos indígenas, especialmente nas pinturas corporais e faciais. Além de sua relevância cultural, ele oferece benefícios estéticos e protetores, reforçando a importância de aliar os saberes ancestrais às práticas modernas de saúde e bem-estar.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 História do Povo Tabajara da Paraíba

O povo Tabajara ele foi dado como extinto na Paraíba, devida a repressão sofrida pelos grandes usineiros, fazendeiros e colonizadores e diante disso o povo Tabajara ficou 150 anos silenciados, sem poder dizer que éramos indígenas, sem poder praticar nossas culturas, os saberes ancestrais, nossas tradições, falar nossa língua materna que é o Tupi antigo. Um jovem chamado Ednaldo foi se despedir da sua família para ser jogador no Benfica, seu tio João Boinho lhe falou de uma profecia que ia surgir um jovem que ia retomar todas as terras Indígenas e assim que ele foi escutado a nossa história e decidiu não ir ser jogador e foi em busca de mais tronco familiar, e nesse mesmo ano de 2006 esse jovem juntou com alguns anciãos do nosso povo que foram em busca de documentações com ajuda da FUNAI para saber melhor sobre nosso histórico e diante desses relatos o povo começou reagrupa, e

assim se fez a primeira aldeia da Barra de Gramame onde começou a ter reuniões mensais na aldeia e assim um foi conhecendo o outro, um primo conhecia outro e aí já ia chamando para as reuniões e assim fomos se reagrupando novamente, buscando a ter nossa cultura, nossa língua, a retomar nossa ancestralidade com a ajuda dos Potiguaras que demos início a nossa luta. Nesse processo de reencontro vale salientar quando fomos expulsos do nosso território, fomos obrigado silenciar, o povo indígena Tabajara ele se evadiu para cidades e periferias de Conde, Alhandra, Pitimbu e João Pessoa ainda se encontram uma parte da população indígena na cidades e periferias, e diante desse processo no ano de 2011 iniciou-se uma retomada contra a fábrica de cimentos Elizabeth onde a gente iniciou a retomada em Alhandra na grande Mucatu e nessa retomada ficamos lá durante 8 meses com muita luta e resistindo porém contudo o grupo era muito pequeno e houve um acordo com a fábrica Elizabeth onde a gente veio para a terra de Mata da Chica situada no município do Conde onde se deu a criação da segunda aldeia que se chama Aldeia Vitória, onde firmamos a nossa cultura e muitos que estavam morando na periferia começaram a fazer suas casas, criando seus filhos na cultura em seus costumes tradicionais e atualmente temos três aldeias e dois anexos da aldeia Barra de Gramame e da aldeia Vitória situadas no municípios do Conde Pb.

O povo Tabajara tem uma população em média de 2.000 indígenas, mas segundo o censo do IBGE que não foi atualizado como sendo apenas 750 indígenas, nós como povo silenciados por muitos anos já tivemos vários avanços em questão de retomada, em questão de livros que fala sobre nossa história e TCCS atualmente somos conhecidos municipalmente, estadual, a nível de regiões, nacional e internacional não somos mais um povo instinto e nem silenciado e hoje nossa voz ecoa.

“Arrancaram nossas folhas, quebraram nossos galhos, cortaram nosso tronco, mas esqueceram de arrancar nossas raízes. O povo Tabajara está vivo.”

2.2 Benefícios do Urucum e a auto estima

O urucum, uma planta nativa da América do Sul, é um exemplo emblemático dessa relação, sendo utilizado há séculos por diversas comunidades indígenas para fins cosméticos e espirituais. O urucum é uma fruta que usamos a sua semente para

a prática de nossas pinturas na face e no corpo para nossos rituais. O urucum é também usado como protetor natural, também serve para hidratar o cabelo.

Os procedimentos estéticos facial, capilar, corporal ajudam a levantar aquele auto estima que está baixo deixando a mulher com um olhar diferente do que tinha em seu corpo antes de fazer os procedimentos estéticos.

A estética desempenha um papel essencial na construção da autoestima feminina entre os Tabajara. A pintura com urucum não é apenas um embelezamento superficial, mas uma reafirmação de pertencimento e conexão com as raízes culturais. O resgate e a manutenção dessas práticas têm fortalecido a posição das mulheres indígenas, especialmente diante de desafios como a aculturação e os estigmas sociais.

O urucum, para os Tabajaras, vai muito além de uma simples tinta corporal, representando uma conexão profunda com a natureza ao reforçar a cosmovisão indígena que reconhece o meio ambiente como fonte de vida e saber. Sua utilização na pintura corporal é um símbolo de identidade cultural, marcando a pertença ao grupo e diferenciando-os de outros povos, além de possuir um significado espiritual, sendo considerado um elemento protetor contra energias negativas e doenças. A pintura com urucum também é uma expressão artística, permitindo a criação de padrões únicos que refletem a criatividade e a individualidade de cada pessoa. Para as mulheres Tabajaras, o urucum tem um papel central na construção da autoestima e na afirmação da identidade feminina, realçando a beleza, celebrando a ancestralidade e fortalecendo a conexão com suas raízes.

A liberdade de criar desenhos personalizados não apenas valoriza sua feminilidade, mas também promove confiança e bem-estar. Além disso, o urucum oferece benefícios significativos para a pele, como proteção solar natural, ação antioxidante, propriedades anti-inflamatórias e capacidade cicatrizante, contribuindo para a saúde e a estética. A preservação dessa tradição é essencial para garantir a perpetuação da cultura Tabajara, fortalecendo sua identidade por meio da transmissão intergeracional dos conhecimentos e promovendo o respeito à diversidade cultural. Ao mesmo tempo, a valorização do urucum e da cultura Tabajara pode atrair o interesse de turistas, incentivando o turismo sustentável e gerando renda

para as comunidades locais, reafirmando a importância de proteger e celebrar esse patrimônio único.

2.4 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada na Aldeia Vitória com algumas pessoas (entre 18 a 26 anos), tendo como meu público alvo será a população indígenas Tabajara. A Pesquisa foi feita, com 10 perguntas, o intuito da pesquisa é saber como a estética influencia a vida deles, mesmo morando na aldeia, saber se diariamente usam.

Na minha pesquisa de campo visei muito o que é a estética na minha aldeia o como levar meu conhecimento do meu curso para o meu povo indígena tabajara.

Na primeira pergunta que fiz de se eles usam o protetor solar e 90% da resposta foi que não usava o protetor solar visando que eles ficam muito exposto ao sol e sem o protetor solar estão causando várias doenças de pele que ao longo dos anos começaram aparecer.

Na segunda pergunta foi se ela usava creme para acne e 85% disseram que não usava o creme mesmo tendo acnes não usava.

Na terceira pergunta se costumam fazer o skincare e 90% disseram que nunca fez e que não sabia como fazer.

Na quarta pergunta se fizeram alguns procedimentos estéticos e quais fizeram e 50% disseram que nunca fez sequer um procedimento estético e os outros 50% fizeram.

Na quinta pergunta perguntei quais os serviços estéticos, mas procurava os 50% que fizeram tratamento estético, foi o serviço da estética corporal e facial.

Na sexta pergunta qual procedimento estético mexeu com sua autoestima e alguns falaram da massagem modeladora e limpeza facial.

Na sétima pergunta se padrões de beleza já fizeram ficar com auto estima baixa 85% disse que já por militarem que índio tem que ser da cor morena e cabelos lisos e os 15% disseram que não mexem com a auto estima deles.

Na oitava pergunta foi qual procedimento estéticos gostariam de fazer uns disse modeladora, drenagem linfática, microagulhamento, radiofrequência.

Na nona perguntei qual procedimento natural já fizeram responderam como medicamentos naturais.

Na décima e última pergunta perguntei se eles sabiam que alimentação saudável e exercícios físicos são mais recomendados por um esteticista depois de fazerem um procedimento estético e 90% disseram que não sabia e os 10% disseram que sabiam.

A tradição de utilizar o urucum como elemento central da estética Tabajara desempenha um papel essencial na preservação da cultura indígena, fortalecendo a identidade cultural ao transmitir conhecimentos de geração em geração e garantindo a perpetuação das práticas ancestrais. Além disso, ao promover o respeito à diversidade, essa valorização da estética indígena contribui significativamente para a apreciação da riqueza cultural brasileira. A divulgação dessas tradições também pode incentivar o turismo sustentável, atraindo visitantes interessados em conhecer os costumes e a história do povo Tabajara, gerando oportunidades econômicas e reforçando a importância da preservação cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência da estética na população indígena Tabajara da Paraíba, centrada no uso do urucum, transcende aspectos puramente visuais, demonstra a profunda conexão entre a cultura, a identidade e a natureza. Ela integra elementos de saúde, cultura e autoestima, promovendo o empoderamento feminino e a valorização das tradições. Ao mesmo tempo, destaca a importância de políticas públicas e iniciativas que preservem e incentivem essas práticas, garantindo que continuem a prosperar como símbolos de resistência e identidade cultural, contribuindo para a preservação das tradições indígenas e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O urucum, para as mulheres Tabajara, é mais do que um cosmético. É um símbolo de identidade, um elo com a natureza e um instrumento de empoderamento. Ao pintarem seus valores para as futuras gerações. É fundamental que a sociedade reconheça e valorize essa rica tradição, garantindo que as práticas culturais indígenas continuem a florescer e a inspirar a todos nós.

Analisando a minha pesquisa em campo na minha Aldeia Vitória, alguns do meu povo nunca fez um procedimento estético, vou levar pra eles o meu conhecimento de como a estética poderá mudar a nossas vidas.

Levando a estética até a minha aldeia, vai melhorar a autoestima deles, o cuidado com a pele, fazer procedimentos estéticos, visando sempre o bem estar de cada um, usando a fitoterapia com meio de cuidados medicinais e chás.